Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui as páginas 45 e 264.

CARLOS DE ALMEIDA PRADO BACELLAR

OS SENHORES DA TERRA - FAMÍLIA E SISTEMA SUCESSÓRIO ENTRE OS SENHORES DE ENGENHO DO OESTE PAULISTA, 1765 - 1855

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFA. DRA. MARIA LUIZA MARCÍLIO.

SÃO PAULO
1987

CARLOS DE ALMEIDA PRADO BACELLAR

OS SENHORES DA TERRA - FAMÍLIA E SISTEMA SUCESSÓRIO ENTRE OS SENHORES DE ENGENHO DO OESTE PAULISTA, 1765 - 1855

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFA. DRA. MARIA LUIZA MARCÍLIO.

SÃO PAULO
1987

ÍNDICE

		pag.
Agradecimentos		02
Introdução		05
Capítulo 1	- Fontes Documentais	21
Capítulo 2	- Técnicas e Métodos	31
Capítulo 3	- Padrões Demográficos de uma Elite Agrária	60
Capítulo 4	- Opção pela Consanguinidade	91
Capítulo 5	- Arranjos Matrimoniais	109
Capítulo 6	- Geografia do Mercado Nupcial	127
Capítulo 7	- Terra dos Engenhos	149
Capítulo 8	- Dote: Adiantamento da Herança	168
Capítulo 9	- Sucessão Final	202
Capítulo 10	- O Suceder das Gerações	231
Capítulo 11	- Consciência de Elite	252
Conclusão		269
Anexo - Relação dos chefes de famílias do Oeste, com a respectiva data de primeiro recenseamento em que aparecem		273
Fontes Manuscritas		279
Bibliografia		281

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação começou a brotar ainda nos idos de 1979, através de uma bolsa de Iniciação Científica concedida pela FAPESP. Era parte de um projeto mais amplo, que visava melhor conhecer uma camada específica da sociedade paulista entre meados do século XVIII e meados do século XIX, a elite agrária. Proposto por nossa orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, sob o título de "População, Terra e Herança na Capitania Paulista", o trabalho foi desenvolvido por três pesquisadores, cada qual encarregado de uma determinada área da Capitania/Província de São Paulo, delimitada segundo seus processos específicos de povoamento, ocupação da terra e organização do espaço econômico. Desse modo, o território paulista subdividiu-se nas seguintes áreas: a) Vale do Paraíba; b) Capital e arredores; c) Litoral; d) Rota do gado e do muar; e) Oeste pioneiro da cana e do café.

Coube a mim a área referente ao Oeste Paulista. Concluídos dois anos de pesquisa, apoiados por bolsa de iniciação científica da FAPESP, inscrevi-me no Curso de Pós-Graduação da FFLCH-USP, onde, ainda sob orientação da Profa. Maria Luiza Marcílio, e em continuação à pesquisa específica sobre o Oeste Paulista, apresentei projeto de dissertação de mestrado denominado "A família do engenho e do café no Oeste Paulista, 1765-1836". Contei, a partir de

então (1982), com dois anos de bolsa de mestrado pela FAPESP, e com um ano de bolsa de mestrado pelo CNPq. A partir de 1986, o CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina) criou um espaço onde pudemos apresentar e debater alguns resultados prévios de nossas análises.

É difícil enumerar todos a quem gostaria de agradecer pelo apoio, incentivo, colaboração e amizade. À Maria Luiza Marcílio, não somente uma orientadora, mas também uma amiga a nos envolver com seu carinho e empolgação, sempre ao nosso lado nos momentos mais difíceis, fica minha especial gratidão e amizade.

Aos colegas de pesquisa também sou grato. À Ana Silvia Volpi Scott, que também está defendendo seu Mestrado, companheira de arquivos, congressos, longas conversas e trocas de idéias, passando também pelas mesmas dificuldades e alegrias. Ao Alencar Silva Coelho, Almir de Carvalho Bueno, Ângela Joana Nicoletta e Maria Lúcia Romeu, que não continuaram suas pesquisas, mas a quem devo muito.

Não poderia também esquecer os colegas de pós-graduação, alguns já Mestres, que estiveram sempre presentes nesses anos todos criticando e dando sugestões: Lucila Reis Brioschi, Jaelson B. Trindade, Fernando Torres Londono, Mary Del Priore, Renato P. Venâncio, e muitos outros.

À todos os companheiros de Arquivo do Estado, que constantemente me incentivaram, e principalmente à D.

Glorinha e D. Azoraidil, que pacientemente me aturaram por anos a fio, sempre prontas a ajudar na consulta e leitura da documentação.

Agradeço também à FAPESP e ao CNPq pelas bolsas de mestrado.

Sou muito grato a meus pais e irmãos, que sempre me deram muita força.

Por fim, sou especialmente grato à Helô, companheira de todos os dias, minha grande incentivadora.

INTRODUÇÃO

Se pudessemos recuar dois séculos no tempo, e retornar a uma das vilas pertencentes ao Oeste Paulista, encontraríamos um mundo simples e essencialmente agrícola, de subsistência. Entrando na pequena e rústica vila de Itu, ano de 1773, veríamos um minúsculo povoado, erguido então há pouco mais de cem anos pelo capitão Domingos Fernandes, conforme reza a tradição (1). Até então, aquele pequeno núcleo urbano vivera sob uma economia restrita, onde alguns vendiam os parcos excedentes das roças de subsistência, outros sobreviviam às custas dos reflexos do fastígio e declínio da atividade mineradora das Gerais. A maior parte dos individuos, no entanto, continuava isolada em sua faina

---

(1) MARQUES, M.E. de Azevedo, Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Provincia de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, tomo 1, p. 35, verbete "Itu".

cotidiana, vivendo de seu suor, como fizeram seus pais e avós.

A vila de Itu teria provavelmente uma aparência nada especial. Saint-Hilaire, ao visitá-la em 1810, assim a descreveu:

"A cidade é comprida e estreita, sendo composta de algumas ruas paralelas, de pouca largura mas bem traçadas, e uma série de ruas transversais, geralmente estreitas e margeadas de muros. Nas ruas principais, a calçada defronte das casas é pavimentada com mosaicos de pedra lisa e dura. Nas outras não há pavimentação, e os pés dos passantes afundam na areia. As casas são caiadas e em sua maioria feitas de taipa; algumas, que podem ser consideradas quase bonitas, têm outro pavimento além do térreo, mas em sua maior parte são pequenas, baixas e feias..."(2).

Se descontarmos um ou outro melhoramento possivelmente introduzido após 1773 - tal como a calçada pavimentada e os sobrados - , veremos o quão despojada era Itu quando, há pouco, era passado seu primeiro centenário. Jundiaí e Moji Mirim, as duas únicas outras vilas do Oeste, não eram diferentes.

Tal aspecto originara-se de uma economia eminentemente despojada de luxos, onde a utilização de materiais nobres na construção era rara. Ainda mais, o

---

(2) SAINT-HILAIRE, A. de, Viagem à Província de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976, p. 172.

caráter eminentemente agrícola e de subsistência dessa economia não dera oportunidades para o desenvolvimento de núcleos urbanos comparáveis às vilas mineradoras. A população, vivendo, em sua maior parte, em seus roçados, utilizava a vila apenas enquanto ponto de aglutinação social e de contato com as autoridades coloniais (3).

Se nos deslocássemos para fora da área urbana, encontraríamos um povoamento rarefeito, pequenos proprietários, aqui e acolá cultivando gêneros de primeira necessidade. Não obstante, um hipotético viajante que percorresse os caminhos próximos a Itu naquele ano de 1773 notaria que algumas propriedades destoavam dentro daquele conjunto de roças. Eram poucas, desprovidas de grandes recursos, mas eram diferenciadas. Dedicavam-se a produzir o açúcar, embora em quantidades modestas, quase nada diante dos grandes engenhos que ainda estavam por surgir.

Poderíamos visitar e verificar a produção de três destes engenhos no ano de 1773. O primeiro, possuído pelo Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva, produziu 400 arrobas de açúcar, com a ajuda de cinquenta e dois escravos. O segundo, cujo proprietário era o Tenente de Cavalaria Antônio Ferraz Pacheco, fez 200 arrobas de açúcar com catorze escravos. E o terceiro, de propriedade do Ouvidor

---

(3) "Nos domingos e dias-santos Itu se enche de animação. Nesses dias (...) os fazendeiros das redondezas vão à cidade assistir à missa, mas durante a semana as principais casas ficam fechadas, e as ruas desertas". SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 174.

Lourenço de Almeida Prado, obteve 250 arrobas de açúcar com dezessete escravos. Em comum, os três engenhos tinham a produção de muito milho, feijão, farinha de mandioca e aguardente, provavelmente para o sustento da família e sua escravaria, e o fato de seus proprietários declararem possuir casas na vila, nas quais, entretanto, não residiam (4).

A presença destes engenhos nas terras do Oeste Paulista era fato efetivamente recente. Vinte anos antes, durante o período em que a Capitania de São Paulo estivera anexada à do Rio de Janeiro, tais engenhos não existiam. Encontrava-se, isto sim, algumas engenhocas voltadas para a produção de aguardente. Segundo Petrone, foi somente durante o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) que se registraram as primeiras exportações de açúcar paulista (5), o que atesta a então recente instalação de engenhos de maior porte, dedicados à produção e exportação do açúcar.

O sucesso da implantação da lavoura da cana-de-açúcar em solo paulista foi notável. Uma conjuntura interna e externa favorável abriu caminho para o surgimento

---

(4) Conforme lista nominativa de 1773, vila de Itu:
- Tenente de Cavalaria Antônio Ferraz Pacheco, 1a. Cia, fogo 114, bairro de Inhemby;
- Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva, 1a. Cia, fogo 1;
- Ouvidor Lourenço de Almeida Prado, 1a. Cia, fogo 127.

(5) Conforme PETRONE, Maria Tereza S., A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851, São Paulo, Difel, 1968, p. 13.

de um grande movimento de expansão agrícola, jamais observada naquelas paragens ermas.

A estratégia da Coroa, no sentido de alterar a fisionomia daquela que era uma de suas capitanias mais pobres, iniciou-se com a ascenção do Marquês de Pombal ao governo português. O novo dirigente, marcado por fortes idéias fisiocráticas e iluministas, intentou, através de governadores melhor preparados e da introdução da monocultura de exportação, encontrar uma alternativa para a, cada vez mais crônica, queda nas arrecadações fiscais, causada principalmente pelo esgotamento do fluxo aurífero das minas do Brasil Central (6).

Concomitantemente, a conjuntura política internacional tomara rumos que forçaram Lisboa a tomar medidas mais efetivas de defesa de seus territórios ultramarinos, notadamente o Brasil, com suas extensas fronteiras junto às colonias castelhanas. O recrudescimento dos conflitos no Continente de São Pedro levou a uma revisão do papel reservado à Capitania de São Paulo no contexto local. Vista, até então, como uma capitania despojada de recursos e inaproveitável - o que provocou sua extinção em 1748 - , passou repentinamente a ser considerada como parte

---

(6) A atuação e as preocupações do Morgado de Mateus, primeiro Capitão-general paulista nomeado por Pombal, ficaram bem patentes na análise de BELLOTTO, Heloisa L., Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

fundamental do plano de defesa do extremo sul português. Dois níveis de interesse -- militar e econômico -- vieram assim a confluir, de modo a justificar a transformação da capitania paulista em foco de concentradas atenções metropolitanas. A restauração de sua autonomia administrativa em 1765 foi o primeiro passo do novo esforço.

Mas é preciso ressaltar que, a nível interno da própria capitania, um crescimento demográfico notável (7), iniciado ainda nas primeiras décadas do século XVIII, criou condições mínimas de povoamento para o sucesso de uma política inteiramente voltada para a ocupação lucrativa do solo.

A idéia básica era pois audaciosa: implantar a grande lavoura, propiciando assim o surgimento de uma economia exportadora, enriquecedora da economia regional. Por outro lado, a lavoura em larga escala, monocultora e escravista, implicava numa maior fixação do homem à terra, relegando a um segundo plano a lavoura de subsistência, caracteristicamente itinerante através de suas queimadas. Fixado o homem à terra, a Capitania estaria provavelmente mais segura contra a cobiça alheia, isto é, castelhana. Enfim, população estável, não itinerante e isolada em seus roçados, significava, aos olhos da Coroa, maior controle

---

(7) Conforme MARCÍLIO, Maria Luiza, Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836, São Paulo, tese de livre-docência pela FFLCH-USP, 1974, p. 124.

fiscal, maior disponibilidade de homens em armas e maior capacidade de produção de gêneros de primeira necessidade, preciosos para a manutenção dos conflitos ao Sul.

Desde o esforço inicial de Pombal, a expansão geográfica e econômica dos engenhos seguiu um ritmo relativamente constante entre meados do século XVIII e a década de 1790. A partir desta data, duas mudanças conjunturais internacionais teriam grande impacto sobre a lavoura da cana-de-açúcar, incrementando-lhes profundamente a lucratividade: as revoltas no Haiti, que paralisaram a produção de um de nossos maiores concorrentes e, logo após, o bloqueio continental decretado por Napoleão, que abriu o mercado inglês para o nosso açúcar.

Um crescimento acelerado na instalação de novos engenhos marcou a virada do século. A produção de açúcar para exportação crescia continuamente e, ainda durante o Primeiro Reinado, constituiu o principal gênero exportado pela Província de São Paulo (8).

Somente na década de 1840 o café, há pouco instalado no Vale do Paraíba, conseguiu sobrepujar o açúcar na balança comercial da Província (9). Este, no entanto, logrou subsistir em áreas restritas do Oeste, onde as condições do solo não permitiam o cultivo do café. Mas foram pequenas ilhas isoladas no imenso mar de café em que

---

(8) Conforme PETRONE, op. cit, p. 152 e seguintes.
(9) Conforme PETRONE, op. cit, p. 162.

se transformou o Oeste Paulista, representando progressivamente menor importância no comércio exportador de Santos.

Uma simples vista de olhos sobre o recenseamento de 1836 - o último abrangente e elaborado com eficiência - deixa transparecer a que ponto chegou a expansão da lavoura canavieira no Oeste Paulista. Passados cerca de setenta anos desde a introdução desta cultura, ela ocupara vastos territórios e migrara para o Oeste, dando origem a novas vilas (10). Dos raros engenhos de 1773, tinha-se agora 473 (11). De meros casos isolados, como o de Lourenço de Almeida Prado, observado em 1773, passou-se a uma multidão de senhores de engenho, visível nas quase duas dezenas de netos do mesmo Lourenço, que igualmente se dedicaram a produzir açúcar.

Em pouco mais de meio século, a Capitania/Província de São Paulo passou assim por uma mudança profunda em seu perfil sócio-econômico. O predomínio absoluto da economia de subsistência, itinerante e de trabalho familiar, cedera espaço a uma economia de lavoura para exportação, monocultora, estável e de trabalho

---

(10) No Oeste, após Itu, Jundiaí e Moji Mirim, surgiram, até o ano de 1836, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Capivari e Franca. O movimento de expansão demográfica e ereção de vilas na Capitania de São Paulo pode ser melhor entendido através de MARCÍLIO, Crescimento demográfico..., p. 225-231.

(11) MULLER, Daniel Pedro, Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, 3a. ed. facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 131.

escravo. Novas formas de poder pessoal são firmadas, não mais na disponibilidade de índios em flechas, mas sim na posse de escravos a trabalhar na lavoura.

As mudanças foram profundas. A capitania se enriquecera, e isto se tornou patente pelos inventários, que deixaram de arrolar pequenos bens sem valor para enumerar dezenas de escravos adquiridos a preço considerável (12).

Pouco a pouco, um restrito grupo de domicílios caracterizou-se por conseguir ascender à posse de um engenho e de um plantel de escravos, diferenciando-se do grosso dos domícilios que permaneciam em seu dia-a-dia de subsistência. Nos recenseamentos, estes domicílios passaram a ter seus chefes denominados Senhores de Engenho, e suas esposas também caracteristicamente tratadas por "Donas".

Se sabemos o porquê do sucesso dos engenhos em São Paulo, resta-nos obscuro o processo pelo qual este ou aquele domicílio conseguiu perfilhar no restrito grupo de senhores de engenho. É certo, no entanto, que as poucas famílias que conseguiram acumular um capital de vulto não exerciam inicialmente qualquer atividade relacionada à grande lavoura, somente então implantada na região. A origem destas poucas fortunas teve nascedouro em atividades outras,

---

(12) Os inventários setecentistas analisados por Alcântara Machado deixam transparecer a quase ausência de grandes patrimônios em bens móveis e imóveis, caracterizando uma sociedade pobre e de subsistência. MACHADO, Alcântara, Vida e morte do bandeirante, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, p. 37 e seguintes.

tais como o comércio com as áreas mineradoras ou a pequena lavoura, a fornecer escassos excedentes para as populações das Gerais.

Da problemática relacionada ao surgimento dos primeiros senhores de engenho, passa-se inevitavelmente à discussão dos mecanismos de formação de fortunas nas seguintes gerações de proprietários de engenho. Primeiramente, é preciso indagar como transcorreria o processo de transmissão de bens entre pais e filhos. Seria o status de senhor de engenho, acrescido de um mínimo de capital, transmitido via sucessão ? Haveria condições de igualdade entre os herdeiros, ou se praticava alguma forma próxima ao morgadio ? Enfim, os senhores de engenho surgidos algumas décadas após o pioneirismo da geração anterior, teriam, de modo semelhante, obtido suas fortunas em atividades outras que não a grande lavoura ? Ou, a partir de um certo momento, a lavoura da cana-de-açúcar passara a ser a origem do capital constituidor de novos engenhos, num movimento de auto-financiamento ?

Estas perguntas todas revelam o quase total desconhecimento de nossa historiografia acerca do processo de instalação inicial da grande lavoura monocultora escravista em solo paulista. A constituição dos grandes latifúndios, a introdução maciça da mão-de-obra africana, o surgimento de uma elite regional cada vez mais consistente, são aspectos virtualmente desconhecidos não somente a nível

da Capitania/Província de São Paulo, mas também no âmbito nacional.

Nossa intenção, nos capítulos que se seguem, é de buscar compreender como se constituiu uma firme elite agrária regional no contexto da introdução da grande lavoura no Oeste Paulista. Ao efetuar a reconstituição de histórias de vida dos domicílios envolvidos com a posse de um engenho, estamos acompanhando quase quatro gerações de grandes proprietários através dos registros documentais que nos legaram. Esta reconstituição longitudinal nos permitiu entrever como foram elaborados alguns mecanismos, visando a preservação e reprodução destas fortunas, indo muitas vezes de encontro à legislação oficial.

Diante destas nossas intenções de análise, era preciso definir nosso objeto de investigação. Quem era essa elite produtora de açúcar ? Como definir que um domicílio pertencia ou não à parcela mais privilegiada da população ?

Uma observação detalhada das listas nominativas - verdadeiros censos de nossa população paulista colonial - indicou a existência de muitos engenhos de açúcar entre 1765 e 1850, as datas limites destas listas. Embora um engenho em si fosse um elemento de diferenciação econômica de seu proprietário diante do restante da população, pudemos observar que havia várias grandezas de engenhos recenseados. A diferenciá-los, ostensivamente, estava o número total de escravos possuídos; alguns, possuíam dez ou vinte escravos, outros, quarenta, cinquenta ou mais. Também o volume das

safras, citadas nas listas, podiam, grosso modo, indicar que alguns senhores de engenho produziam cem, duzentas arrôbas de açúcar, enquanto outros ultrapassavam as duas mil arrobas.

Estas observações bastaram para a conclusão de que era preciso restringir o número de engenhos a serem incluídos em nossa análise, pois o contingente total de engenhos era muito elevado. Assim, decidimos voltar nossas atenções somente para os senhores de engenho que houvessem surgido, em ao menos um ano nas listas nominativas, com um plantel de quarenta ou mais escravos.

Segundo esse critério, os indivíduos que acompanhamos, evidentemente, constituíam o estrato mais elevado da sociedade paulista do final da Colônia aos primórdios do Império, concentrando em suas mãos uma porção, relativamente elevada, da riqueza regional. No entanto, as famílias da elite em estudo correspondiam a uma fração insignificante da população total do período.

Através de todo o século XVIII e XIX a população paulista "cresceu progressivamente, sem solução de continuidade". Tal conclusão, exposta por Marcílio em sua tese (13), é de grande importância para os estudos históricos sobre a capitania paulista. Primeiramente, para rebater, de forma veemente e cientificamente correta, a

---

(13) Marcílio, op. cit, p. 124.

tradicional corrente historiográfica que insiste em ver o século XVIII paulista como um momento de decadência sócio-econômica após o término do bandeirantismo (14). Se a a economia não chegou a verdadeiramente crescer, no entanto, não há provas de que tenha decaído em relação à extrema penúria dos séculos XVI e XVII, tão bem descrita por Alcântara Machado (15). Quanto à população, todavia, é incontestável que cresceu, e a níveis que mesmo atualmente parecem consideráveis.

Se o crescimento populacional foi elevado, não deve ter sido uniformemente distribuído por toda a Capitania/Província de São Paulo. A partir do século XVIII, o Oeste Paulista, o Vale do Paraíba e a cidade de São Paulo comandaram essa expansão demográfica, em função do sucesso da lavoura de exportação e do comércio que experimentaram.

---

(14) O mais famoso artigo dessa opinião é CANABRAVA, Alice P., "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67" in Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(4):95-120, out-dez. 1972. MARCILIO, op. cit, também trás interessante crítica a respeito.

(15) Op. cit.

Tabela 1 - As grandes famílias analisadas em função da população do Oeste e da população livre total da Capitania de São Paulo.

Ano	1798	1818	1836
Pop. Oeste Paulista	21.856	43.604	71.846
Pop. Capitania	162.345	221.634	326.902
% da Pop. Oeste em relação à Capitania	13.5	19.7	22.0
Total de indivíduos da família nuclear c/ 40 escravos ou mais	48	268	491
% em relação à pop. do Oeste	0.22	0.61	0.68

Fontes: Listas nominativas (1798, 1818 e 1836) e Muller, Daniel Pedro, Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo, 3a. ed. fac-similada, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (1836).

Tabela 2 - O crescimento populacional na Capitania - Província São Paulo, 1798-1836

Período	1798-1818	1818-1836	Total
Cresc. da Pop. Paulista	36.5%	47.5%	101.4%
Cresc. da Pop do Oeste	99.5%	64.8%	228.7%
Cresc. do total de indivíduos das famílias nucleares com 40 ou mais escravos.	458.3%	83.2%	922.9%

Fonte: Tabela 1.

As Tabelas 1 e 2 pemitem que sejam constatadas duas realidades. Primeiro, que a população do Oeste Paulista cresceu muito mais vertiginosamente que a capitania

como um todo, chegando a triplicar o seu contingente humano. Em segundo lugar, que o Oeste Paulista passou por um processo de rápido enriquecimento, com o conjunto de famílias proprietárias de quarenta ou mais escravos quase se multiplicando por dez. Veremos mais adiante como este restrito grupo de grandes proprietários, que beirava os 0.5% da população total do Oeste Paulista, deteve impressionantes percentagens da população escrava, confirmando sua posição de uma elite agrária regional.

Por ora, ficaremos na confirmação que os proprietários de quarenta ou mais escravos efetivamente era uma parcela ínfima da população regional, parcela esta que é nosso objeto de estudo. Após uma breve explanação sobre as fontes e métodos que utilizamos, iniciaremos por discutir os padrões de comportamento demográfico deste restrito contingente humano dos grandes proprietários de escravos e terras, procurando identificar características diferenciais em relação à sociedade paulista como um todo.

CAPÍTULO 1 – FONTES DOCUMENTAIS

Coleção das Listas Nominativas

Para concretizar nossa intenção de analisar os comportamentos demográficos do restrito grupo composto pelos grandes proprietários do Oeste Paulista, utilizamos, como documentação principal, a Coleção de Listas Nominativas anuais por habitantes das vilas paulistas, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.

Por determinação governamental, essas listas deveriam ser anuais, mas problemas diversos - seja na sua elaboração, seja na conservação - criaram lacunas nas séries referentes a cada vila. O conteúdo também não é uniforme, pois o objetivo destas listas variou, conforme a época, de acordo com a maior ou menor valorização dada a certas questões. Também a boa vontade do indivíduo incumbido de recensea- ; efletiu na qualidade do texto, na

veracidade das informações e mesmo na qualidade gráfica do documento.

Podemos distinguir, na verdade, três fases distintas na história da elaboração das listas nominativas:

a) 1765-1797. Listas com fins eminentemente militares, com vistas ao recrutamento para os conflitos ao Sul; sub-registro de homens (fuga ao recrutamento) e simples contagem do total de escravos. Há omissões de listas em alguns anos.

b) 1798-1822. Fase de organização da lista enquanto censo, quando tencionou-se conhecer a fundo a composição da população e a produção agrícola local, numa tentativa de melhor desenvolver, povoar e defender o território da capitania. Lista anuais, incluindo listagens de escravos por domicílio.

c) 1823-1850. Fase de desorganização dos trabalhos, devida à Independência. Procurou-se seguir os modelos anteriores e, no final do período, intentou-se introduzir algumas modernizações no sistema, sem sucesso. As listas são feitas a espaços irregulares, variando de vila para vila, e por fim se extinguiram.

A grande maioria das listas concentra-se no segundo período, justamente aquele onde foram elaboradas com maior riqueza. Apesar das diferenças de conteúdo apresentadas no decorrer de cada período, podemos fornecer sumariamente o rol de informações mais comumente

encontradas, na maior parte dessas listas, em cada um de seus domicílios:

- nome do chefe do domicílio;
- situação familiar de todos os seus membros em relação ao chefe: esposa, filhos, parentes, agregados, escravos;
- sexo, estado civil, idade, cor e naturalidade dos mesmos;
- ocupação do chefe;
- produção anual do domicílio;
- tipo de propriedade (eventualmente);
- listagem dos escravos, com nome, sexo, idade, cor e naturalidade (eventual antes de 1798, e constante a seguir).

Este "corpus" documental constitue-se numa belíssima fonte serial, muito rica, seja para estudos de ordem demográfica, seja para a história social. O número de listas para cada uma das vilas do Oeste é variável, de acordo com a data de criação de cada vila e com a eficiência do processo de elaboração e preservação documental:

Tabela 3 - As séries de listas nominativas no Oeste (a)

Vila	Período das listas	Número de listas
Itu	1765-1836	44
Moji Mirim	1765-1850	50
Jundiaí	1766-1850	49
Porto Feliz	1797-1843	30
Campinas	1797-1836	27
Piracicaba	1824-1835	5
Franca	1824-1835	7
Capivari	1836-1843	2
Casa Branca	1850	1

(a) A indicação completa do ano de cada lista, para cada vila, encontra-se ao final deste trabalho.

Como podemos observar, diversas vilas começam com suas listas tardiamente, aproximadamente nas datas em que alcançaram suas autonomias administrativas. Todavia, um senhor de engenho, morador em Campinas, não seria acompanhado apenas após 1797, pois anteriormente a esta data Campinas era um bairro de Jundiaí, e nele estavam registrados os mesmos senhores de engenho. Sendo o Oeste Paulista, neste período, uma região de grande crescimento econômico e demográfico, é natural que as unidades administrativas, inicialmente vastas e despovoadas, cedessem lugar a um maior fracionamento de seus territórios. Novos aglomerados urbanos estavam nascendo, e pouco a pouco, foram ganhando sua autonomia.

É preciso não confundir alteração na divisão administrativa e territorial com migração, também muito comum neste período. Muitos indivíduos que aparentemente teriam mudado de vila, na verdade, permaneciam fixos em suas

terras, que apenas haviam sido transferidas da jurisdição de um município para outro, recém-criado.

As vilas que acompanhamos no Oeste originam-se do território das duas únicas vilas criadas ainda no século XVII: Itu (1654) e Jundiaí (1655). No interior do amplo espaço geográfico abrangido por Itu foram erigidas diversas novas povoações: Porto Feliz (1797), Piracicaba (1823), Capivari (1832), Araraquara (1832) e Tietê (1842). Já nos largos limites de Jundiaí foram criadas Moji Mirim (1769), Campinas (1797), Franca (1824), Batatais (1839), Casa Branca (1841), Limeira (1842) e Rio Claro (1845) (1).

Nem todas estas vilas chegaram a produzir censos. Após a Independência, o processo de elaboração de listas nominativas entrou em franca decadência e as novas vilas então surgidas não se viram obrigadas a recensear suas populações. Deste modo, Araraquara, Tietê, Batatais, Limeira e Rio Claro ficaram à margem desta longa série documental.

Os Cadastros de Terras de 1817 e 1855.

Igualmente conservados no Arquivo do Estado de São

---

(1) MARCÍLIO, Crescimento Demográfico..., p. 227.

Paulo, os Cadastros de Terras (2) constituem-se num conjunto de listas elaboradas nas duas datas citadas, uma para cada vila existente, à época, no território paulista.

Os Cadastros de 1817 são aproximadamente uniformes para cada vila, fornecendo usualmente as seguintes informações:

- nome do proprietário e local de sua residência;
- nome da propriedade;
- área da propriedade;
- produção da propriedade;
- número de escravos alocados na propriedade;
- modalidade da origem do título de posse ou propriedade.

Quanto aos Cadastros de 1855, frutos da Lei de Terras de 1850, são de qualidades discrepantes de vila para vila. O de Itu, por exemplo, é extremamente pobre, indicando somente o nome do proprietário ou posseiro, o nome do bairro em que se localiza a propriedade e, eventualmente, alguma outra informação adicional. Via-de-regra, todavia, estes cadastros de 1855 são bem mais complexos, fornecendo:

- nome do proprietário ou posseiro;
- bairro onde se localiza a propriedade;
- nome da propriedade, seus limites e divisas;
- nome dos proprietários limítrofes;

---

(2) No Arquivo do Estado de São Paulo, onde se encontram, os Cadastros são denominados "Inventário dos Bens Rústicos" (1817) e "Registro Paroquial de Terras" (1855).

- produção agrícola da propriedade;
- área da propriedade (em geral somente a "testada");
- nome(s) do(s) proprietário(s) anterior(es);
- tipo de origem do título de posse ou de propriedade.

O levantamento destes dados referentes às propriedades fundiárias é fundamental para o entendimento desta nossa elite agrária. Ambos os cadastros foram exaustivamente trabalhados, mesmo quando referentes a vilas não pertencentes ao Oeste. Abarcando toda a capitania, tencionamos captar possíveis deslocamentos espaciais de uma elite claramente delimitada, que estava a buscar novas terras para incorporar a seu patrimônio. Assim, estes cadastros, ao mapearem as propriedades de todo um território, constituem documentação primordial para o conhecimento da complexa história da formação de nossa estrutura fundiária e do processo de constituição de nossas grandes propriedades. Ao final deste trabalho, apresentamos a relação das vilas cujos cadastros foram consultados.

Genealogias

As genealogias atuaram como fonte auxiliar na tarefa de levantamento e controle das duas fontes anteriores, servindo, constantemente, para consultas destinadas ao esclarecimento de dúvidas verificadas em todas as etapas de nosso trabalho. Facilitaram enormemente a tarefa de identificação dos pais e filhos de determinados indivíduos, bem como a de seus cônjuges. Forneceram vez ou outra informações complementares à lista nominativa, tais como datas de nascimento, casamento e óbito, profissão e local de residência dos membros de uma família.

O modo como foi redigida a genealogia, o maior ou menor destaque dado, pelo autor, a determinados ramos de um tronco familiar podem ser indicações ou resultados de determinadas práticas referentes à herança e ao casamento no interior desses mesmos troncos. O privilegiamento no tratamento de certo ramo de descendência pode também significar que este ramo foi o econômica e socialmente mais bem sucedido. Portanto, a genealogia, além de servir como auxiliar das demais fontes, pode, dependendo do enfoque, originar algumas análises de interesse.

Além disso, as genealogias foram fundamentais para todas nossas análises a respeito da consanguinidade nos casamentos, pois nos permitiam identificar a maior parte dos laços de parentesco criados entre as famílias de elite. Por fim, algumas genealogias nos forneceram informações acerca do local de nascimento e casamento de nossos cônjuges,

possibilitando aperfeiçoar nossa análise sobre o deslocamento geográfico e a escolha conjugal.

*

Ao lado desses três corpos documentais, outros, não seriais ou completos, foram igualmente examinados. Neste caso incluem-se os textos de viajantes e os testamentos e inventários publicados como adendo às genealogias.

CAPÍTULO 2 - TÉCNICAS E MÉTODOS

Técnicas de levantamento das listas nominativas

O levantamento documental foi uma fase extremamente longa de nossos trabalhos, principalmente devido ao grande volume de dados necessários para a realização de qualquer pesquisa em demografia histórica. Após um primeiro contato com as diversas séries de listas, referentes a cada vila, buscamos criar um método que seria o mais apropriado para nossos objetivos de caráter demográfico e social.

Basicamente, nossa proposta consistiu em levantar todos os domicílios (fogos) que houvessem possuído quarenta ou mais escravos em algum momento de suas presenças nas listas anuais. Obviamente, esses domicílios somente eram passíveis de localização a partir de uma determinada data, isto é, de uma determinada lista, na qual atingiam pela

primeira vez o patamar dos quarenta escravos possuídos e, a partir da qual, passava a fazer parte de nosso contingente humano analisado.

Após essa localização dentro das séries, duas etapas sobrevinham, repetidas para cada domicílio: primeiro, o contínuo acompanhamento dos mesmos até a última lista da série e também retrospectivamente, até a primeira lista da mesma série. Ou, conforme o caso, o acompanhamento até as datas em que o domicílio houvesse se constituído - via matrimônio - e extinguido - pelo rompimento da união, usualmente com a morte de um dos cônjuges. Assim, por exemplo, quando era localizado um senhor de engenho possuindo mais de quarenta escravos, na data de 1810, na vila de Itu, continuávamos a acompanhá-lo até a lista final de 1843 e retrocedíamos também até a de 1765. Deste modo, conseguíamos levantar as informações completas sobre cada indivíduo e domicílio que integrasse nossa categoria de análise.

O acompanhamento longitudinal de um domicílio, possível graças a este método, permite que se conheça este mesmo domicílio seja em seu momento de maior pujança, ao ultrapassar os quarenta escravos possuídos, seja em seu momento de criação, quase sem escravos. Isto significa, na verdade, que não nos restringimos apenas a levantar domicílios possuidores de quarenta ou mais escravos, realizando um corte no leque social. Ao seguir domicílios ao longo de sua trajetória, estamos acompanhando seus

esforços em ampliar fortunas, plantéis escravos, terras. Inevitavelmene, estaremos seguindo a trilha de domicílios que possuíram não somente amplas escravarias, mas também um, dois, três únicos escravos.

Todo este procedimento foi sempre acompanhado de uma minuciosa tarefa de controle dos domicílios que estavam sendo seguidos, afim de se evitar confusões. A amplidão do material assim o exigia. Porisso, elaboramos uma listagem dos nomes dos chefes dos domicílios acompanhados, sempre, em ordem alfabética do prenome - nunca do sobrenome, devido à sua inconstância (1) - e com anotações auxiliares referentes às datas das listas já levantadas para cada um. Se possível, incluíamos uma indicação da localização do domicílio dentro das divisões em bairros, companhias de ordenança e fogos, existentes nas listas, tudo com o fito de ajudar na tarefa de controle e transcrição do material. Uma listagem secundária, com os nomes das esposas dos chefes de domicílios, mostrou-se útil para o acompanhamento de fogos em que o marido falecia, e a chefia passava à sua esposa. Ambas as listagens foram feitas em um caderno, que chamamos de "caderno de controle".

Qualquer pesquisador que vá trabalhar com estas fontes e se proponha a efetuar um levantamento longitudinal dos domicílios, enfrentará inevitavelmente dois problemas

---

(1) Trataremos da questão da transmissão do sobrenome no Capítulo 11.

principais. O primeiro refere-se aos percalços da leitura paleográfica, volta e meia dificultada por problemas na conservação física do documento. O outro relaciona-se ao modo que poderíamos considerar ideal para melhor seguir longitudinalmente um domicílio qualquer. Adotamos o procedimento de identificar o domicílio pelo nome de seu chefe, reproduzindo, assim, a prática já adotada pelos recenseadores das listas. Prevendo-se a possibilidade de alteração na chefia do domicílio, principalmente pela morte do indivíduo, mantivemos uma rigorosa e confiável anotação paralela de controle do andamento dos trabalhos, conforme já explicamos, que pode auxiliar em diversas oportunidades.

Acima de tudo, mostrou-se imprescindível que, após trabalhada uma lista nominativa, referente a um único ano, em uma única vila, fosse feita uma comparação detalhada e paciente entre os domicílios até então coletados e os que foram localizados no ano em questão. Nesta comparação descobríamos que alguns novos domicílios haviam surgido, outros haviam simplesmente desaparecido, e outros apenas mudado de chefia.

Diante de tal situação, o procedimento comum era incluir na listagem de controle o novo domicílio, com uma nota lembrando que era preciso recuperá-lo, retrospectivamente, nas listas anteriores. Sobre os casos de desaparecimento de um chefe das listas sucessivas, duas hipóteses poderiam ser verificadas. O chefe de domicílio em questão poderia ter falecido, e, neste caso, precisávamos

tentar identificar o mesmo domicílio sob a chefia de sua esposa, filho ou sucessor; se esta tentativa inicial falhasse, poderíamos ainda controlar a identificação através das listagens de escravos, mais especificamente por meio dos nomes dos mesmos. Praticamente nunca verificamos um caso que não fosse solucionado por estas vias. Contudo, se o chefe do domicílio fosse um solitário, seja solteiro ou viúvo, poderia ocorrer a pura e simples extinção do domicílio após sua morte. Por último, restava sempre a possibilidade de migração de uma família, quando então o domicílio realmente desaparecia da lista de um bairro ou vila para, no entanto, surgir recenseado na lista do local para onde se deslocou.

Enfim, o trabalho contínuo indicou que o procedimento mais prático de se efetuar este trabalho sobre as listas consistiu em principiar pela leitura de uma delas e deste modo ir identificando os domicílios desejados. A ação em sentido oposto, isto é, procurar um domicílio por vez nas listas, é cansativa e impraticável devido ao tamanho das próprias listas.

Quanto à coleta do material, consideramos ser preciso copiar os dados de cada fogo, em cada ano, em folhas separadas, pois nosso objetivo final era agregar todas essas folhas em um mesmo dossiê, onde estariam, por conseguinte, reunidos todos os dados a ele referentes. Destes dossiês, em etapa seguinte, passávamos os dados para as "fichas de

reconstituição de famílias", modelo Louis Henry (2). Advertimos que a tentativa de transcrição dos dados das listas diretamente para as fichas de reconstituição é extremamente complexa, e deve ser evitada.

Utilizamos, para o levantamento de dados das listas, somente folhas de papel almaço quadriculado, pois na prática mostrou ser o melhor para a transcrição precisa de listagens de nomes de cada membro dos fogos, com seus respectivos dados sobre cor, idade, estado civil, etc.

Cada folha era encabeçada pelas informações básicas sobre o chefe, que permitiriam identificar o domicílio. Da esquerda para a direita, no topo, anotávamos o nome do chefe do domicílio em letras de forma maiúsculas, a numeração da companhia de ordenanças e o número de identificação de seu fogo, o nome do bairro, da vila, e o ano da lista. Feito isto, começávamos a transcrever os nomes de todos os moradores de fogo, inclusive agregados e escravos, seguindo esta ordem de anotação:

- nome do indivíduo, sexo, idade, estado civil, cor e naturalidade.

---

(2) Para uma exposição detalhada da técnica de reconstituição de famílias vide principalmente:

- HENRY, Louis, Manuel de démographie historique, Geneve, Droz, 1967.
- HENRY, Louis, Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien, 2a. ed, Paris, INED, 1976.
- HENRY, Louis, Técnicas de análise em demografia histórica, Curitiba, Univ. Federal do Paraná, 1977.
- HENRY, Louis, Démographie: analyse et modèles, Paris, Lib. Larousse, 1972.

A disponibilidade destes dados variava de lista para lista. Na extrema direita da folha, anotávamos a profissão do chefe e a de qualquer outros membros do fogo (quando fornecida), a produção do fogo, e toda observação que julgássemos conveniente para melhor conhecer as famílias.

Quanto à listagem de escravos, disponível em grande parte dos anos, o procedimento inicial consistiu em sua cópia integral, ano por ano, segundo a disposição das listas. Pretendíamos efetuar com tais listagens algumas análises demográficas sobre o amplo contingente de escravos pertencentes aos grandes proprietários paulistas. Todavia, devido a sua grande extensão, somente contamos com os levantamentos completos das listagens de escravos dos domicílios coletados nas listas da vila de Itu, que serviríam como amostra para toda a região Oeste. Para as demais vilas da região, limitamo-nos a efetuar a contagem geral do número de escravos, diferenciando-os por sexo, cor e estado civil. A análise mais profunda do contingente escravo será objeto de trabalho futuro. No momento, nossa atenção está centrada no estudo da parcela livre que compôs a elite econômica e social paulista, e os escravos somente servirão como ponto de apoio para as análises relacionadas à formação de fortunas.

A fase de levantamento das listas nominativas foi encerrada com uma rápida revisão dos documentos transcritos, de modo a corrigir eventuais falhas e erros que porventura

houvessem escapado à observação. O total de domicílios que compôs a amostra em questão subiu a 311, assim distribuídos:

Casais (incluindo 35 recasamentos).....242
Homens solitários (solteiros, viúvos e religiosos)....18
Mulheres solitárias (solteiras e viúvas).....18
Engenhos de proprietários absenteístas.....32
Convento.....1

TOTAL.....311

Desse total, somente os domicílios constituídos por casais fazem parte de nossas análises demográficas. Os demais, compostos por indivíduos solitários (sacerdotes ou celibatários definitivos), engenhos com o proprietário ausente e um único convento, serão úteis em nossa análise mais global acerca das formas de concentração e transmissão de fortunas.

O Método de Reconstituição de Famílias

O passo seguinte consistiu em transformar os dados levantados no Arquivo, de caráter serial e não demográfico, em dados demográficos utilizáveis para nossas análises. Para tanto, dispunhamos do Método Henry-Fleury de Reconstituição de Famílias, elaborado e testado com grande

sucesso por Louis Henry para reconstituir os padrões de comportamento demográfico de populações proto-estatísticas (3), e já aplicado nos mais diversos centros de pesquisa em todo o mundo.

Este método foi montado sobre dados de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Sua aplicação pioneira no Brasil deve-se aos esforços de Maria Luiza Marcílio, que partiu das listas nominativas, controlando suas informações com os registros paroquiais ainda existentes (4). Para tanto, a autora teve que criar adaptações no método, em função das características próprias e peculiares de nossa população, que as diferencia das européias.

Após havermos tomado contato com este método, aventamos utilizar a mesma orientação e meios de Marcílio, porém utilizando somente as séries anuais das listas nominativas de habitantes, que se mostraram, para nossas vilas, suficientemente ricas em informações (5).

---

(3) Henry experimentou seu método em duas obras hoje clássicas:

- HENRY, Louis, Anciennes familles genevoises: étude démographique, XVIe-XXe. siecle, Paris, PUF, 1956.
- HENRY, Louis e GAUTIER, E., La population de Crulai, paroisse normande: étude historique, Paris, PUF, 1958.

(4) Vide MARCÍLIO, Maria Luiza, Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986.

(5) Procurar os registros vitais de uma parcela (a elite) nos incontáveis registros paroquiais de toda a população demandaria tempo e esforços incalculáveis, o que nos obrigou a descartar a utilização dessa fonte documental.

A proposta inicial e ponto de partida do método consiste em reunir todas as informações de caráter vital sobre uma família em uma única ficha, a chamada Ficha de Reconstituição de Famílias, criada também por Henry (6), conforme modelo anexo.

Cada ficha diz respeito a um único casal e seus respectivos filhos que, após serem analisados individualmente, têm seus resultados juntados aos das demais fichas, de modo a se obter os padrões de comportamento demográfico do grupo como um todo.

O preenchimento destas fichas compõe-se de duas fases distintas, sendo a primeira de pura e simples transcrição dos dados obtidos via listas nominativas, e a segunda de realização de toda uma série de cálculos baseados nessas informações já então transcritas. Vejamos, pois, passo a passo, os principais pontos do processo de preenchimento.

Nome do marido e da mulher: contrariamente ao esquema proposto por Henry (7), adotamos como norma a classificação de qualquer pessoa segundo o nome de batismo, único que em nossa sociedade colonial permanecia constante. Assim, transcrevemos o nome completo de ambos os cônjuges conforme encontrados nas listas nominativas, acrescendo-se

---

(6) Ops. cit.
(7) Vide, por exemplo, HENRY, Técnicas..., p. 14.

sempre quaisquer alterações que porventura tenham sofrido através das listas sucessivas. Desse modo, a anotação do nome "Joze de Arruda (Amaral) Gurgel" indica que esse indivíduo ora assinava como Joze de Arruda Gurgel, ora como Joze de Amaral Gurgel. Em outros casos, anotava-se o nome sob a forma "Antonia Pacheca de Arruda (Anna de Arruda)", indicando a adoção de nomes de batismo diferentes. Enfim, quaisquer variações na assinatura do nome eram transcritas sobre as fichas, tais como inversões nos sobrenomes ("Pacheco da Fonseca" e "da Fonseca Pacheco") e alterações nas grafias, ou mesmo erros (Eufrasia/Eufrosina, Constancia/Constança, Eliazário/Elzeário). Preservamos sempre a grafia arcaica, tais como em Jozeph, Paxeco, Paxeca, Maxado, etc.

Muito comum era também a supressão do último sobrenome, especialmente quando este era herdado da mãe, numa prática ainda não bem conhecida e estudada no Brasil:

Joaquim Joze dos Santos (Camargo)

Joaquim Correa Leite (de Camargo)

Joze de Almeida Leite (Paxeco)

Joze Castanho de Almeida (de Moraes)

Joze Custodio de Oliveira (Leite)

Maria Joaquina Cordeira (Novaes)

Todas essas variações, minuciosamente anotadas, permitem empreender um pequeno estudo sobre a prática da adoção de nomes e sobrenomes entre os integrantes desta nossa elite agrária, conforme veremos mais adiante.

As duas linhas tracejadas existentes na ficha de família, uma logo acima do nome do marido e outra abaixo do nome da esposa, são reservadas para a anotação do nome de algum cônjuge anterior, caso algum dos membros do casal venha de um matrimônio anterior.

- Nomes dos pais do casal: na maior parte das vezes, foi preciso buscar os nomes dos avós nas genealogias, pois dificilmente eram fornecidos pela lista nominativa, com exceção dos raríssimos casos em que residiam com os filhos. Servem basicamente para orientar a localização de laços de parentesco entre os casais das diversas fichas, bem como para estudar o problema da transmissão do sobrenome.

- Profissão: neste espaço, anotávamos a ocupação ou profissão primeira do chefe do domicílio, juntamente com a indicação do ano em que tal informação surgira pela primeira vez nas listas. Anotávamos também possíveis mudanças de ocupação, indicando sempre a data do acontecimento.

- Casamento número...: aqui foi estabelecida uma numeração das fichas pela ordem alfabética de prenome do chefe do domicílio.

- Celebrado na...: originalmente, este espaço seria reservado à observação do local (paróquia) onde celebrara-se o casamento. Como tal informação é pouco disponível nas listas nominativas, fiamo-nos nas indicações fornecidas pelas genealogias. Adotamos também a prática de inscrever neste mesmo espaço os títulos nobiliárquicos e

patentes recebidas pelo chefe do domicílio, com as respectivas datas em que surgiam primeiramente citadas nas listas nominativas. A indicação da paróquia serve para complementar os estudos sobre a migração e consanguinidade no casamento, enquanto que a indicação dos títulos e patentes abre caminho para a visualização do crescimento do prestígio do indivíduo em questão.

- Nascido em, residente em: a indicação da naturalidade e local de residência dos cônjuges é fundamental para o estudo da migração desta nossa elite. O local de nascimento era fornecido comumente pelas listas de alguns anos específicos, e também pelas genealogias em geral.

*

Para se efetuar a análise demográfica de um casal, é imprescindível que se disponha de algumas datas mínimas, que balizem os vários momentos de sua vida em comum. Geralmente foram obtidas por cálculo, pois muito raramente eram fornecidas pelas listas.

- Data de casamento: a menos comumente obtida diretamente nas lista, estão onipresentes nas obras genealógicas, que por sua vez as buscaram em registros paroquiais.

- Data de nascimento: obtida pela subtração da idade do indivíduo da data da lista; como, no entanto, era muito comum o mal enregistramento da idade, podíamos nos

--*--

Todas essas etapas devem ser efetuadas com o máximo de cuidado, pois um cálculo errado de datas ou idade pode representar uma deturpação dos resultados finais. Pouca pressa e muita atenção são fatores de fundamental importância em qualquer trabalho de demografia histórica quando em sua fase de preparação da documentação e de análise.

A tarefa de preenchimento das fichas de reconstituição de famílias também subdividiu-se em duas etapas: uma, a de utilização dos dados coletados nas listas nominativas, conforme demonstrado acima; outra, iniciada após o término da anterior, quando resolvemos utilizar genealogias de famílias de elite paulistas com a preocupação de completar as possíveis lacunas deixadas pela fonte principal, as listas nominativas. O procedimento consistiu em localizar cada casal no interior das genealogias disponíveis e acrescentar à ficha de reconstituição qualquer nova informação ali descoberta. Tivemos algumas dificuldades nesta operação, principalmente devido a erros da própria genealogia no tocante ao nome dos indivíduos, o que dificultava o trabalho de localização. Mesmo assim, fomos plenamente recompensados com o ganho de inúmeras informações novas, preciosas para o perfeito preenchimento das fichas e obtenção de histórias de vida.

Tínhamos, agora em mãos, um bela e riquíssima coleção de fichas de famílias reconstituídas, sobre as quais deveríamos passar a realizar os cálculos de natureza estritamente demográfica. Porém, nem todas as fichas reconstituídas se mostram passíveis de semelhante análise. Já sabíamos de antemão que alguns tipos de domicílios não podiam ser reconstituídos, pois não apresentavam em sua composição um chefe de domicílio casado; é o caso de todos os fogos chefiados por indivíduos solitários - solteiros, viúvos ou clérigos - e do único convento, o dos Carmelitas de Itu, que possuía grandes plantéis de escravos. Igualmente, os engenhos cujos proprietários residiam fora não constituem objeto de reconstituição demográfica, mas serão analisados enquanto parte das fortunas de nossa elite.

Além desses domicílios, que não eram constituídos por casais, há também aqueles que, embora constituídos por um casal que foi reconstituído em ficha, esta apresentou lacunas sérias que impossibilitaram o prosseguimento das análises demográficas. Essas lacunas foram, principalmente, referentes a datas, no mais das vezes à de casamento, ou a informações das listas nominativas, causando falhas ao processo de reconstituição da vida reprodutiva do casal em questão.

Essa situação, todavia, já está perfeitamente prevista pelo idealizador do método. Porisso, Henry elaborou uma classificação dos tipos de fichas de reconstituição de famílias, conforme dispusessem ou não das

duas datas consideradas fundamentais por balisarem a vida fértil de um casal: de casamento e de fim de observação (8). A ficha completa seria aquela que apresentasse os dois dados, significando então representar uma família completa, da qual dispomos de informações totais sobre todo o período reprodutivo feminino dentro de uma união dita legítima. Esta seria a ficha que permitiria a elaboração de uma ampla variedade de estudos demográficos. As demais, consideradas "incompletas", permitem, todavia, a realização de algumas análises mais restritas.

O conjunto de todas as fichas que criamos caracteriza-se ainda por não poder abordar a questão da mortalidade, que praticamente só pode ser tratada quando a pesquisa adota os registros de óbito como uma de suas fontes, o que não foi nosso caso. No entanto, a falta de informações sobre a mortalidade não diminue o valor do conjunto de resultados aqui obtidos, haja vista a variedade dos aspectos pioneiros que pudemos abordar.

Portanto, as fichas completas, classificadas como "MF" (Mariage-Fermé) por Henry, "desempenham um papel preponderante no estudo da fecundidade e o rendimento da reconstituição de famílias é medido pela relação entre o número de fichas MF e o total de fichas M" (9). Ao verificarmos esta relação, no tocante às nossas fichas,

---

(8) HENRY, Técnicas..., p. 87.
(9) HENRY, Técnicas..., p. 87.

encontramos uma grandeza de 96.0%, que significa que 96.0% de nossas famílias com data de casamento conhecida (fichas M) estão completas (10). Este é um índice considerado excelente.

A etapa seguinte do método consiste em trabalhar apenas com as fichas de tipo MF, ou completas. Passamos então a preencher as cinco colunas da parte inferior esquerda da ficha de reconstituição. Alí, os cálculos são feitos com vistas às análises da fecundidade legítima e, para tanto, devem ser relacionados aos grupos de idade das mães (15-19 anos, 20-24, etc.) e aos grupos de duração do casamento em anos (0-4 anos, 5-9, etc.). Estes cálculos, repetidos para cada ficha, devem ser feitos com muita atenção e, posteriormente, passar por uma revisão.

As colunas devem ser preenchidas sempre na seguinte ordem:

- Idade da mãe: calcula-se as idades da mãe por ocasião do nascimento de cada filho;

---

(10) A classificação das fichas de família, segundo a posse de data de casamento e de fim de observação, é a seguinte:

Casamento	Fim de observação: com data (F)	Fim de observação: sem data (O)	Total
com data (M)	145 (MF)	6 (MO)	151
sem data (E)	71 (EF)	20 (EO)	91
Total	216	26	242

- Duração do casamento: calcula-se quantos anos decorreram entre o casamento e o ano de nascimento de cada filho;

- Intervalo em meses: a natureza de nossa documentação obrigou-nos a trabalhar somente com datas resumidas, constando apenas o ano (de casamento, nascimento, óbito) e sem indicação de dia e mês do acontecimento; disto decorre nossa impossibilidade de analisar os intervalos em meses entre o nascimento de cada filho, os intervalos ditos "intergenésicos";

- Duração em anos: para cada casal, anotamos, nesta coluna, em quais grupos etários e grupos de duração do casamento eles permaneceram casados. Por exemplo, consideremos um caso em que a mulher tenha contraído matrimônio aos 18 anos e falecido aos 30, estando portanto casada durante 12 anos. Esta mulher pertence aos 1,5 anos finais do grupo etário 15-19 anos, a 5 anos dos dois grupos seguintes e a 0,5 ano do grupo 30-34 anos, quando falece. As frações de 0,5 referem-se a arredondamentos preconizados por Henry, como forma de corrigir possíveis desvios na utilização de datas baseadas somente no ano (11).

- Número de nascimentos: aqui utilizamos os dados das colunas anteriores para preencher estas lacunas. Em sua metade superior, calculamos quantos filhos a mulher teve

---

(11) HENRY, Técnicas..., p. 89.

durante cada grupo etário em que esteve presente; e, na metade inferior da coluna, calculamos quantos filhos nasceram no decorrer dos grupos de duração do casamento.

Findo o trabalho com esta coluna relativa aos nascimentos, as fichas de famílias poderiam ser consideradas como prontas para sofrerem as primeiras análises demográficas. Contudo, consideramos que outras informações contidas em nossas fontes poderiam perfeitamente ser acrescidas às fichas, apesar de estas não possuírem espaços especialmente reservados para este fim. Henry havia planejado seu método e sua ficha de reconstituição para fins eminentemente demográficos, a partir dos quais o pesquisador poderia prosseguir em direção a análises mais aprofundadas dos diversos aspectos de uma sociedade. É um método construído com base unicamente em documentação eclesiástica de registros paroquiais. Nossos propósitos mais amplos, ao utilizar a Demografia Histórica como ponto de partida para análises de história social, requereram uma ampliação da capacidade original da ficha de reconstituição, de modo a poder reunir uma gama de informações de caráter serial e não serial, não previstas originalmente por Henry.

A ficha de reconstituição de famílias poderia ter suas funções e utilidades ampliadas, passando de simples sintetizadora de dados demográficos, principalmente os relativos à fecundidade, a instrumento de centralização de todas e quaisquer informações concernentes à família, possibilitando ao pesquisador conseguir rapidamente todos os

dados de que dispõe acerca da história longitudinal da mesma.

Nesse sentido, foram reunidas nas fichas as seguintes informações complementares:

- títulos das terras possuídas pela família;
- número de escravos possuídos em cada domicílio a cada ano;
- nome dos cônjuges dos filhos e dos respectivos sogros;
- relatos de viajantes, trechos de genealogias, tudo enfim que informasse sobre a história de vida das famílias que estávamos estudando.

Esse procedimento verificou ser efetivamente útil e rico, pois transformou o conjunto de fichas de família numa espécie de fichário de fácil manuseio e acesso para a busca de quaisquer dados relacionados às famílias estudadas. Vale lembrar que esses dados extras foram transcritos no verso das fichas, pois não mais havia espaços disponíveis para sua anotação junto aos dados demográficos.

Estratégias na escolha do cônjuge

A idéia deste estudo originou-se ainda no início da pesquisa. Quando da coleta e transcrição das listas nominativas, percebemos que inúmeras famílias apresentavam

algum laço de parentesco entre si. Mas foi na fase de reconstituição de famílias que ficou patente não somente a ocorrência da consanguinidade, mas também que o pleno conhecimento das redes de consanguinidade possibilitaria uma análise das opções conjugais e das estratégias de reprodução das fortunas.

Assim, partimos do pressuposto de que era necessário dispor dos nomes dos membros de uma família que tivessem contraído matrimônio, bem como dos nomes de seus respectivos cônjuges, e dos pais destes. Duas fontes seriam disponíveis para esta tarefa, as fichas de famílias reconstituídas e as genealogias. A primeira atuaria como ponto de partida e de referência para as análises, enquanto a segunda serviria como ponto de apoio e complementação da anterior.

Em linhas gerais, o método consiste em, conhecidas as ascendências genealógicas de ambos os cônjuges, procurar identificar se haveria ou não algum ancestral comum entre ambos; em caso positivo, restaria a tarefa de classificar a consanguinidade verificada, e, após sua tabulação, seria possível saber se havia ou não uma opção preferencial intra e inter-famílias.

O maior problema relacionado a esta análise residiu na forma a ser utilizada para reunir todas essas informações concernentes à consanguinidade, sem contudo perder de vista a individualidade de cada casal. Optamos por transcrever todos os nomes dos familiares e de seus

cônjuges numa lista semelhante à utilizada pelos genealogistas. Simplificadamente, os nomes eram anotados da forma seguinte, sempre ressaltando, por meio de numeração idêntica à adotada em genealogias, a que geração pertenceria o indivíduo no interior da família:

1.1 Antônio Ferraz de Campos x Maria da Cunha de Almeida, filha de...

2.1 Manoel Ferraz de Campos x (1a.) Ana Bueno de Camargo, filha de...

x (2a.) Francisca de Assis Negreiros, filha de...

Pelo exemplo acima, temos que Manoel Ferraz de Campos é o filho primogênito de Antônio Ferraz de Campos, e que se casou duas vezes. E, após os nomes das esposas, seguem-se (embora não indicados no exemplo) os de seus respectivos pais.

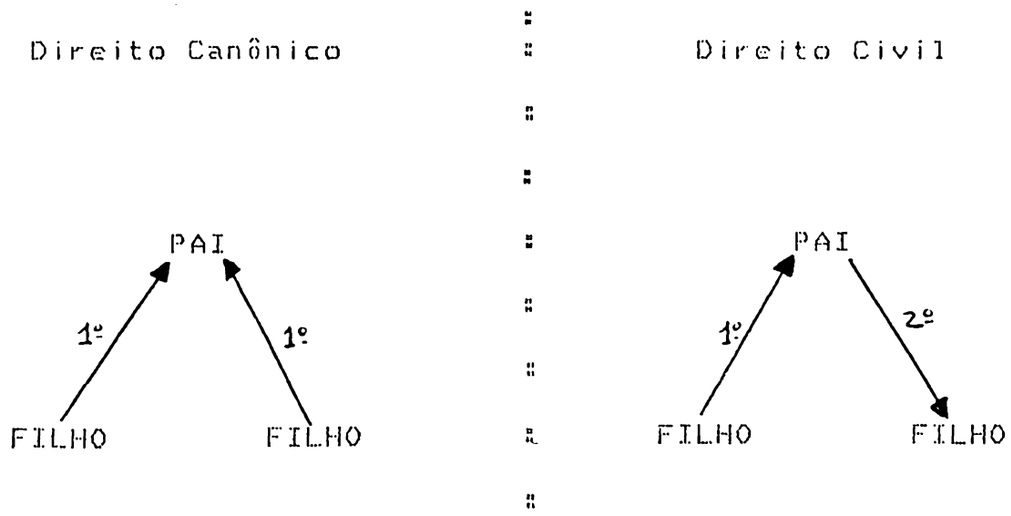
Esse sistema conseguiu reunir simplicidade e visão de conjunto da família, permitindo assim uma rápida e satisfatória análise seja do particular - um casamento específico - ou do coletivo - o conjunto de casamentos estudados.

A próxima etapa, após elaborarmos estas listas genealógicas, consistiu em procurar, com a ajuda das genealogias, um possível ancestral comum a ambos os cônjuges. Quanto mais distante o parentesco, maior a dificuldade em localizá-lo. Implicitamente, era preciso

também definir o que significaria "ser parente", ou seja, até qual grau de consanguinidade deveríamos vasculhar as genealogias, em busca de um hipotético ancestral comum. Pois, afinal, um ancestral em comum há dez gerações provavelmente não transformaria os cônjuges envolvidos em primos ou sequer parentes aos olhos das respectivas famílias. Em outras palavras, era preciso especificar, claramente, o que seria considerado "parente" e, dentro desta delimitação, quais os graus de parentesco possíveis.

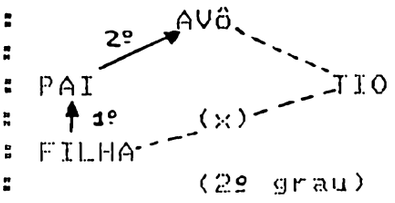
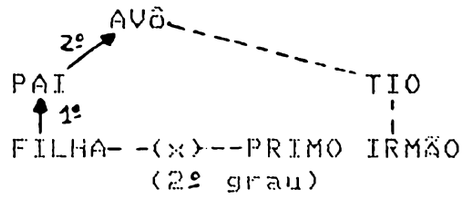
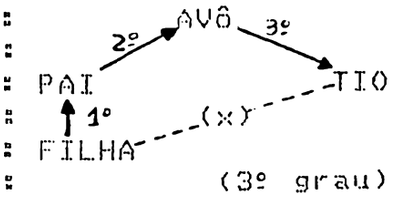
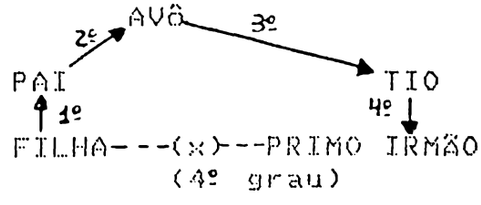
Tínhamos conhecimento de dois sistemas classificatórios, a saber, o do Código de Direito Canônico, e o do Código Civil Brasileiro em vigor. O primeiro estabelece o grau de parentesco através da contagem do número de gerações existentes entre um dos indivíduos analisados e o ancestral comum a seu cônjuge. Já o Código Civil estabelece a classificação partindo sempre de um dos indivíduos, contando os graus (ou gerações) até o ancestral comum e, a partir deste, também contando os graus até o outro indivíduo com quem tencionamos medir o parentesco - no caso, o cônjuge. Assim, dois irmãos configuram-se, no primeiro sistema, como parentes de primeiro grau, enquanto para o segundo seriam parentes de segundo grau, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1 - Exemplo de duas classificações de parentesco.



Nossa resolução em adotar o sistema do Código Civil apóia-se em sua maior clareza e facilidade de operação, conforme constatamos na prática. E principalmente também pelo fato de o Código Canônico não discernir entre o muito comum parentesco de tio-sobrinho (terceiro grau pelo Código Civil) e o de primos-irmãos (quarto grau pelo Código Civil), classificando a ambos como parentes de segundo grau, conforme vemos pela Figura 2:

Figura 2 - Diferenças na aplicação dos critérios classificatórios dos Direitos Civil e Canônico.

	Casamento tio-sobrinha	Casamento entre primos-irmãos
Direito Canônico	 (2º grau)	 (2º grau)
Direito Civil	 (3º grau)	 (4º grau)

A diferenciação efetuada pelo Código Civil é de vital importância, pois no casamento entre tio-sobrinha há uma problemática relacionada à união entre duas gerações distintas, o que já não ocorre no casamento entre primos-irmãos.

O Código Civil também estabelece que a consanguinidade de até sexto grau é impeditiva do casamento. Embora reconheçamos o destoamento deste critério do adotado à época pelo Direito Canônico, por ser menos abrangente no tocante aos impedimentos de sangue, adotamo-lo por considerar suficiente conhecer a realidade da consanguinidade até o sexto grau.

Segundo esse nosso critério, seis são os tipos de consanguinidade detectáveis:

- Terceiro grau ascendente: união com consanguíneo de terceiro grau de uma geração anterior (tio ou tia);
- Terceiro grau descendente: união com consanguíneo de terceiro grau de uma geração posterior (sobrinho ou sobrinha);
- Quarto grau: união com um filho de um tio, pertencente à mesma geração do cônjuge (primo-irmão);
- Quinto grau ascendente: união com primo-irmão do pai ou da mãe, uma geração acima;
- Quinto grau descendente: união com um filho de um primo-irmão, uma geração abaixo;
- Sexto grau: união com um filho de um primo-irmão do pai ou da mãe.

Afora essas seis categorias, restam as seguintes outras:

- Consanguíneo em sétimo grau ou mais: são os casos de consanguíneos identificados para além do limite de nossa análise, sexto grau;
- Parente por afinidade: são os indivíduos ligados à família não por laços de consanguinidade, mas por laços de afinidade (12);

---

(12) "O marido pelo matrimônio consumado contrai afinidade com todos os consanguíneos de sua mulher até o quarto grau, e assim, morta ela, não pode contrair matrimônio com alguma sua consanguínea dentro nos ditos graus. E da mesma maneira a mulher contrai afinidade com todos os consanguíneos de seu

- Não identificados: os indivíduos sem qualquer laço detectável de consanguinidade;
- Indefinidos, cuja situação não foi possível esclarecer.

Todos os cônjuges das famílias analisadas foram classificados dentro dessas categorias, visando estabelecer a freqüência do casamento consanguíneo.

---

marido até o quarto grau". Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Livro 1, títulos 67 - 72, citado por SILVA, Maria Beatriz Nizza da, Sistema de casamento no Brasil Colonial, São Paulo, T.A.Queiroz/Edusp, 1984, p. 130.

CAPÍTULO 3 - PADRÕES DEMOGRÁFICOS DE UMA ELITE AGRÁRIA

Desde meados do século XVIII o panorama social da capitania paulista começou a passar por profundas alterações. De uma população relativamente indiferenciada surgem algumas poucas famílias que deixaram a lavoura de subsistência e passaram à lavoura de exportação da cana-de-açúcar. A implantação da monocultura de exportação trouxe consigo a utilização maciça do braço do negro escravo, até então pouco presente em São Paulo.

A economia de exportação promoveu certamente mudanças consideráveis no interior da família. O trabalho braçal familiar, a cultivar pequenas roças de subsistência, cedeu lugar ao trabalho escravo, a trabalhar em engenhos de açúcar. As fortunas cresceram, e pais que pouco se preocupavam em "dividir sua pobreza", conforme expressão corrente nos testamentos setecentistas (1), passaram a se

---

(1) MACHADO, Alcântara, op. cit., p. 42.

afligir com a questão de como transmitir aos filhos a riqueza material que haviam acumulado. O indivíduo que deixara de dispor suas mãos para o trabalho braçal não desejaria jamais ver seus filhos voltarem a ele.

A nova realidade econômica levou essas famílias à elaboração de uma série de estratégias e comportamentos sociais visando preservar e, se possível, concentrar suas novas rendas e status. Inevitavelmente, essa adaptação à nova situação deve ter passado por uma alteração nos padrões de comportamento demográfico desse estreito grupo humano, diferenciando-o em diversos aspectos dos comportamentos correntes para o grosso da população.

Nossa intenção, neste capítulo, é a de tentar detectar quais foram essas alterações surgidas nos comportamentos demográficos da elite da cana-de-açúcar, como ponto de partida para a análise mais ampla dos mecanismos de concentração de renda, da terra e do poder desse mesmo grupo social.

*

A união conjugal de dois indivíduos constitui a base de nossas análises demográficas. Mas não nos restringimos à união conjugal consubstanciada na cerimônia dita legítima, chancelada pela Igreja. Semelhante postura resultaria inevitavelmente numa irrepresentatividade de

qualquer análise sobre o fenômeno social que se pretende enfocar. Diversos trabalhos, para várias áreas e períodos da história do Brasil, já alertaram que o casamento então considerado oficial, reconhecido pelas leis canônicas e pelo Estado, não foi generalizado. Seja devido à falta de recursos para alcançar o matrimônio religioso, seja devido à não rara considerável distância física entre os núcleos urbanos ou de povoamento, dificultando a já restrita ação dos párocos, o que se nota é que as uniões consensuais - ou ilegítimas, na visão da Igreja - eram frequentes, sobretudo entre os mais pobres (2).

Em vista disso, vamos trabalhar com os casais efetivamente constituídos, indiferentemente de serem ou não oficialmente legítimos. Não obstante, ao nível da faixa social analisada não havia grande incidência de casamentos consensuais, pois os indivíduos tinham todo interesse no matrimônio oficial e juridicamente reconhecido. A posse de

---

(2) Velloso de Oliveira advertia que "...têm sido constantemente repelidos da associação conjugal muitos pobres, por não terem meios de pagar as gravosas dispensas eclesiásticas, que aumentam e crescem por qualquer motivo, e que se deveriam fazer, pelo ofício dos párocos, de graça..." (OLIVEIRA, A.R. Velloso de, Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, 2a. ed, São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 59). A elevada frequência de uniões consensuais pode ser percebida através das altas taxas de ilegitimidade. Marcílio detectou 39% de ilegitimidade em São Paulo (A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, São Paulo, Pioneira/Edusp, 1973, p.157) Lapa, Paraná, taxa de 27.6% no perído 1770-1829 (VALLE, Marilia Souza do, Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa, 1770-1829, São Paulo, tese de doutoramento pelo FFLCH-USP, 1983, p.317)

bens patrimoniais passíveis de transmissão para os descendentes necessariamente forçava os casais a ascenderem às instâncias oficiais que regiam o matrimônio, como forma de garantir a transmissão segura desses bens. O casamento formal é o instrumento seguro para a consolidação e transmissão do status social.

A união consensual não era prática corrente entre os grandes proprietários analisados. Dentre os 241 casais considerados - dos quais 34 são recasamentos - nenhuma união aparentemente se realizou informalmente. Semelhante constatação reveste-se de fundamental importância, a diferenciar profundamente o segmento dos grandes proprietários paulistas do restante da população, em face de a alta frequência nas uniões consensuais ter sido considerada um dos elementos básicos na caracterização de nossas populações coloniais pobres (3).

---

(3) Não pretendemos, contudo, negar a existência de "irregularidades" matrimoniais também ao nível das famílias mais abastadas. Práticas não normativas, tais como o adultério, ocorriam com certeza nesta limitada camada social, mas tem seu estudo dificultado pela auto-censura imposta às informações a este respeito. Conforme procura justificar Brotero, em um de seus trabalhos genealógicos, "...como em todas as grandes famílias, em todos os tempos e países, nesta também existem alguns casos de separação, por desquite ou anulação. Não faremos a menor referência; seria indiscrição tornar público um fato que, se em rigor a ninguém desonra - a incompatibilidade de gênios é humano - constitue sempre um 'caso' desagradável que deve ficar circunscrito ao conhecimento de poucos amigos e parentes." (BROTERO, F. de Barros, Oliveiras - Descendentes de Estanislau José de Oliveira, professor de retórica, São Paulo, 1942, p. 7-8). O mesmo Brotero praticou uma óbvia censura, provavelmente sob pressão de setores da família Junqueira, ao simplesmente "apagar" a descendência do Padre

A compreensão das características comuns a estes casamentos pode ser procurada em dois níveis. Enfocando o aspecto puramente demográfico do fenômeno, é possível reunir dados que possibilitem estabelecer um padrão demográfico específico ao grupo estudado. Em outro sentido, podemos analisar o casamento como o momento em que se tornam plenamente visíveis as estratégias mais complexas de reprodução e preservação do status familiar, tornadas transparentes por ocasião do processo sucessório, ou da migração pré e pós-nupcial (4). Ambos os vieses buscam compreender não somente o casamento enquanto instituição, mas o seu papel como definidor das estratégias familiares de sobrevivência. Ele pode ser visto, então, tanto como um objeto de estudo, quanto como um instrumento para a compreensão de uma sociedade.

Francisco Antônio Junqueira, ao lançar a segunda edição da genealogia sobre aquela família. (BROTERO, F. de Barros, Memórias e tradições da família Junqueira, 1a. edição, São Paulo, 1957; 2a. edição, São Paulo, 1960. Vide em ambas as edições o título segundo, referente ao Padre Francisco Antônio Junqueira).

(4) "(O casamento) era também - talvez prioritariamente - o ato de criação de um novo empreendimento econômico, ou a retomada de um empreendimento econômico antigo, ou a entrada em uma comunidade econômica preexistente, sendo este último caso minoritário...". (GOUBERT, Pierre, La vie quotidienne des paysans français au XVIIe. siecle, Paris, Hachette, 1982, p.98-99). "Não se trata de unir dois seres que se escolheram livremente, guiados unicamente pelo amor mútuo, mas de aproximar interesses materiais de duas famílias e de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio." (LEBRUN, François, "Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais" in MARCILIO, Maria Luiza (org.), População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 175).

Principiaremos por discutir suas características no seio do restrito grupo dos grandes proprietários, tentando identificar um padrão ou modelo preferencial de casamento. Para tanto, é preciso que duvidemos de muitos preconceitos recorrentes, seja em nossa literatura, seja em discussões e conversas do dia-a-dia.

Assim, conhecer a real idade média ao primeiro casamento de determinados grupos ou sociedades reveste-se de uma grande significação para o conhecimento de nossas sociedades do passado. A opção pelo matrimônio, legal ou não, não se restringia a um simples e superficial desejo dos noivos em constituir família. Mais do que isto, a decisão de casar em dado momento da vida refletia uma ampla gama de comportamentos e atitudes da sociedade em que o indivíduo estava inserido, os quais exerciam pressões e influências diferenciadas no tempo e no espaço. Nesse sentido, o casamento tardio poderia significar, na prática, uma espécie de controle de natalidade, através da redução no tempo de duração da vida conjugal. A questão pode também ser colocada em termos de herança e sucessão: neste caso, o matrimônio tardio seria consequência de uma estrutura social em que o filho somente poderia almejar o casamento a partir do momento em que, já economicamente independente dos pais, dispusesse de condições materiais mínimas que o sustentasse fora do domicílio em que nascera (5).

Em oposição, o casamento precoce caracterizaria uma sociedade em que não havia preocupação decisiva pelo

controle de natalidade, e que adotava formas diversas de transmissão da herança entre as gerações.

Estudos sobre estas questões foram desenvolvidos por diversos pesquisadores, principalmente na Europa (6). Para o Brasil, notamos que, apesar de alguns trabalhos esparços discutirem tais questões, seus resultados permanecem ainda pouco conhecidos (7). Continuam persistentes descrições de casamentos extremamente precoces de nossos antepassados, as quais no entanto não foram firmemente fundamentadas. Sob vários aspectos Gilberto Freyre foi o maior difusor de tais versões (8).

Os resultados de nossas análises vão frontalmente de encontro a diversas dessas colocações clássicas e generalizantes. A idade média ao primeiro casamento dos senhores de engenho do Oeste não primava exatamente pela

---

(5) "...não se pode casar senão quando a união for economicamente possível, isto é, quando as condições materiais para manter uma casa e a futura prole estiverem preenchidas. Espera-se que se acumule um pequeno pecúlio indispensável, ou então, herdar do pai suas terras para exploração agrícola ou seu pequeno negócio (...) . Na maior parte da Europa Ocidental onde a família conjugal ou nuclear é a regra, não havendo pois co-habitação de pais e filhos casados, o casamento significa o estabelecimento de um novo lar." (LEBRUN, "Atitudes...", p. 179).

(6) A bibliografia a respeito é extensa. Para se ter uma idéia dos resultados obtidos até início da década de 70, vide BURGUIERE, André, "A demografia" in LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre, História: novas abordagens, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. Para um correlacionamento entre idade ao casar e sistemas sucessórios, é indispensável a excelente coletânea de GOODY, Jack, et allii (eds.), Family and inheritance - rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1979.

(7) Vide principalmente MARCÍLIO, Caiçaras...

precocidade. Determinamos, sobre um contingente de 128 rapazes e 138 moças, idades médias de respectivamente 27.7 e 19.0 anos. Para os rapazes, era uma idade média ao casar muito elevada. Quanto às mulheres, apesar da diferença considerável para com seus cônjuges, nada reproduz ou dá margem às insinuações de prática generalizada de matrimônios em idades de precocidade extrema. Certo é, no entanto, que houve casos de noivas muito jovens (9). Se estavam longe de constituirem maioria do conjunto, mesmo assim representavam um contingente considerável, significativo para qualquer análise. Além do mais, este contingente de noivas precoces era bem mais amplo que o de populações femininas atuais, o que por si só é merecedor de estudo mais aprofundado.

Mas a peculiaridade do comportamento de nossos

---

(8) "Foi geral, no Brasil, o costume de as mulheres casarem cedo. Aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessas a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona. O que hoje é fruto verde, naqueles dias tinha-se medo que apodrecesse de maduro, sem ninguém o colher a tempo" (FREYRE, Gilberto, Casa Grande e Senzala, 19a. ed, Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Editora, 1978, p. 346.). Também viajantes tendiam a dar origem a versões sobre uma suposta precocidade nupcial de nossas populações do passado, como o adverte Burmester: Não se pode esquecer que os viajantes registravam principalmente aquilo que é excepcional, que lhes chama a atenção, na medida em que estes eventos se afastavam das regras estabelecidas." (BURMESTER, Ana Maria de Oliveira, Population de Curitiba au XVIIIe. siecle, Tese de PhD pela Universidade de Montreal, jan. 1981, p. 133).

(9) Dentre os 138 casos de noivas da amostra, tivemos: uma com dez anos, duas com onze anos, três com doze anos, quatro com treze anos, dez com catorze anos e treze com quinze anos, perfazendo trinta e três casos, ou 23.9% do total.

nubentes de elite não se ressalta apenas na comparação temporal, entre o presente e o passado. Ele igualmente destoava, em proporções várias, das condições já observadas em diversos estudos sobre outras realidades regionais e mesmo sobre camadas mais pobres da população local.

Tabela 4 - Idade média ao primeiro casamento - Brasil

Local	Data	Homens	Mulheres	
OESTE PAULISTA	1765-1836	27.7	19.0	-
Curitiba-PR	1710-1769	27.1	20.9	(a)
Curitiba-PR	1731-1798	26.6	20.8	(a)
Paraná	1822	22.5	19.2	(b)
Vilas Mineiras	1804-1838	--	20.8	(c)
Lapa-PR	1770-1829	24.5	18.9	(d)
Ubatuba-SP	XVIII-XIX	21.6	20.8	(e)

Fontes:
(a) Burmester, Ana Maria de O., Population de Curitiba au XVIIIe. siecle, tese de PhD pela Universidade de Montreal, Jan. 1981, p. 136.
(b) Balhana, Altiva P., et Henry, Louis, "La population du Paraná depuis de XVIIIe. siecle" in Population, Número Spécial, Paris, INED, 1975, p. 173.
(c) Ramos, Donald, "City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838" in Journal of Family History, 3(4):361-375, winter, 1978, p.369.
(d) Valle, Marília Souza do, Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa, 1770-1829, São Paulo, tese de doutoramento pela FFLCH-USP, 1983, p. 180 e 189.
(e) Marcílio, Maria Luiza, Caiçara..., p. 150.

Ao serem comparadas as idades ao casar dos grandes proprietários com as de populações de economia de subsistência, de domicílios de poucas posses, ressalta-se que os rapazes da elite eram os mais tardios de todos os demais segmentos já analisados. Somente a população de

Curitiba, analisada por Burmester, apresentava índices próximos aos nossos. Já as filhas dos grandes proprietários do Oeste contraíam matrimônio em idade média menor que as moças de escala social inferior, num comportamento inverso ao dos rapazes.

A título de ilustração, comparamos também as idades ao primeiro casamento de nossos jovens de elite aos dados já existentes para populações européias do mesmo período, de modo a melhor compreender os padrões demográficos da nossa elite regional.

Tabela 5 - Idade média ao primeiro casamento em populações não brasileiras.

Local	Data	Homens	Mulheres	
OESTE PAULISTA	1765-1836	27.7	19.0	-
Cidade do México	1811	24.2	22.7	(a)
Bas-Quercy	1767-1792	27.1	26.3	(b)
British Peerage	1775-1799	29.2	25.5	(c)
	1825-1849	30.8	25.6	(c)
Crulai		27.5	25.1	(d)
Genebra	1750-1799	31.5	24.0	(e)
	1800-1849	29.4	22.7	(e)

Fontes:
(a) Arrom, Silvia, "Marriage patterns in Mexico City, 1811" in Journal of Family History, 3(4):376-391, winter 1978, p. 379.
(b) Valmary, Pierre, Familles paysannes au XVIIIe. siecle en Bas-Quercy, Paris, PUF/INED, 1965, p. 101.
(c) Hollingsworth, T.H., The Demography of the British Peerage. Supplement to Population Studies, vol. XVIII, n.2, The Population Investigation Commitee, London, s/d, p. 25.
(d) Henry et Gautier, La population de Crulai..., p. 84.
(e) Henry, Anciennes familles..., p. 55.

Nesse caso, os jovens de elite casavam-se em idades próximas às dos camponeses do Bas-Quercy e de Crulai. Já os rapazes da nobreza britânica (10) e da elite genebrina mostram-se um pouco mais tardios (11). Quanto às idades ao casar femininas, nossas jovens de elite eram bem mais precoces que suas colegas do México e Europa.

Portanto, os homens do grupo de grandes proprietários do Oeste eram noivos precoces face aos padrões europeus ocidentais, e tardios frente aos padrões de populações de subsistência brasileiras; quanto às moças, diríamos que eram muito precoces para os padrões europeus, e apenas um pouco precoces diante dos exemplos do Brasil colônia (12). Em termos gerais, o sistema de casamentos da

---

(10) Comparadas com a população em geral (...), as idades masculinas são surpreendentemente altas..." (HOLLINGSWORTH, T.H., The demography of the british peerage. Supplement to Population Studies, vol. XVIII, número 2, London, The Population Investigation Commitee, s.d., p. 12).

(11) "No caso da França, as numerosas monografias que se referem aos séculos XVII e XVIII atestam o caráter geral dos casamentos tardios. Só subsistem alguns enclaves onde a idade média no casamento é sensivelmente mais baixa. No campo, as pessoas casam-se com 25 anos (no caso das mulheres) e 27 anos (no caso dos homens): a diferença de idade entre esposos é muito pequena. Na verdade, o casamento talvez seja ainda mais tardio" (BURGUIERE, op. cit, p. 75).

(12) "Evidências esparças para a Europa em geral neste período (1830-1870) sugerem que as classes superiores casavam-se tardiamente, e as pobres mais precocemente, especialmente em regiões de proto-industrialização, e que o casamento mais tardio era por si só um meio de controle da fertilidade" (SMITH, Harvey, "Family and class: the household economy of Languedoc winegrowers, 1830-1870" in Journal of Family History, 9(1):64-87, 1984, p. 78.).

elite da cana-de-açúcar caracterizava-se por idades elevadas ao casar entre os homens e precoces entre as mulheres.

Esta caracterização da idade ao primeiro casamento é fundamental para a compreensão do modelo demográfico próprio das famílias dos grandes proprietários. A confirmação desse padrão específico sobrevinha também pelo exame da idade mediana ao primeiro casamento. Frente às medianas de 25.6 anos para os homens e 17.8 para as mulheres, conclui-se que havia uma ligeira tendência ao excesso de casamentos excepcionalmente tardios, que provocavam um pequeno desvio, para mais, na idade média. Todavia, esse desvio é desprezível, pois preserva a questão de alterações significativas (13).

A primeira consequência deste padrão de nupcialidade específico traduz-se numa alteração substancial no valor da diferença etária média entre as idades dos cônjuges, que entre nossos grandes proprietários era de aproximadamente 8.2 anos (14), próxima à da elite genebrina, mas notavelmente maior que os índices encontrados em determinadas populações européias (15).

---

(13) Este desvio na direção de casamentos tardios talvez se deva à suposta inclusão de recasamentos que foram erroneamente classificados como primeiros matrimônios nas fontes primárias.

(14) Em Minas Gerais, Donald Ramos encontrou diferenças etárias variando de 3.3 até 10.4 anos. (RAMOS, Donald, "City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838" in Journal of Family History, 3(4):361-375, 1978, p. 369).

(15) Henry encontrou entre as grandes famílias de Genebra diferenças etárias de 8.7 anos (1750-99) e 7.0 anos (1800-49) (HENRY, Anciennes familles..., p. 57). Dupâquier

Veremos, mais adiante, que esta realidade tem implicações amplas, não somente a nível demográfico, mas igualmente ao nível das estratégias mais profundas de sobrevivência da família enquanto unidade de produção. Uma diferença etária conjugal elevada acarretava um grande aumento da possibilidade de morte prematura do chefe de família, acontecimento este que sempre significava um abalo na vida cotidiana de um domicílio. "Quanto maior a diferença na idade ao casar de homens e mulheres, mais a propriedade ficará sob o controle (embora temporário) do cônjuge sobrevivente, isto é, a viúva" (16).

Os valores da idade média ao casar ganham maior relevância se comparados à idade média dos filhos ao sair do fogo paterno, de 21.5 anos para os rapazes e de 19.6 anos para as moças (17). Fica claro que a saída do domicílio

---

observa que as diferenças etárias dos cônjuges franceses entre 1670 e 1739 distribuíam-se nas seguintes proporções: 22% de casamentos em que o homem era ao menos cinco anos mais velho que sua esposa; 5% de casamentos em que a mulher era ao menos cinco anos mais velha que seu marido; e 73% de casamentos em que as diferenças de idade são inferiores a cinco anos (DUPÂQUIER, Jacques, La population française aux XVIIe. et XVIIIe. siecles, Paris, PUF, 1979, p. 61). Para nossos casais de elite, encontramos respectivamente as percentagens de 71.5%, 0.5% e 28.0%, comprovando assim que as diferenças etárias entre os cônjuges eram nitidamente mais amplas que entre aquela população francesa observada. Segundo Hollingsworth, "uma grande discrepância na idade entre marido e mulher parece estar associada ao casamento tardio e classe social elevada" (op.cit, p. 13).

(16) GOODY, Jack, "Inheritance, property and women: some comparative considerations" in GOODY et alii (eds.), Family and Inheritance - rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 12).

(17) Dados obtidos sobre uma amostra de 204 rapazes e 249 moças.

paterno era sinônimo de casamento para as moças, enquanto os rapazes saíam ainda solteiros, buscando se estabelecer para, posteriormente, contraírem matrimônio. Assim, no dizer de Dupâquier, "...não há casamento possível sem estabelecimento: casar é, no próprio sentido da palavra, fundar um fogo" (18). Analisaremos detalhadamente esta importante questão mais adiante.

Também próximo à realidade da idade ao primeiro casamento está o evoluir dos índices de fecundidade geral da população. Tradicionalmente, a questão do casamento precoce tem sido relacionada, de um modo ou de outro, à constituição de famílias ditas patriarcais, fundadas na constituição de uma prole numerosa. Assim raciocinando, precocidade ao casar era sinônimo quase inevitável de muitos filhos. Logo, seria de se esperar padrões, entre as populações brasileiras do passado, de casamentos precoces, nascimento de muitos filhos e, algumas vezes, predominância de famílias extensas.

Já ressaltamos que os casamentos precoces podem ser apresentados como comuns entre as mulheres de nossa elite dos engenhos, mas jamais para os homens. Passemos pois à análise da fecundidade propriamente dita, buscando conhecer as consequências demográficas do matrimônio no interior de nossas abonadas famílias.

Os dados de fecundidade encerram, dentro de uma

---

(18) DUPÂQUIER, Jacques, La population française aux XVIIe. et XVIIIe. siecles, Paris, PUF, 1979, p. 68.

aparente esterilidade numérica, toda uma riquíssima radiografia sócio-demográfica do grupo populacional estudado. Partindo da discussão da fecundidade legítima, poderemos melhor conhecer a estruturação de nossas famílias de elite e sua real extensão.

Tabela 6 - Taxas de fecundidade legítima segundo a idade da mulher - Oeste Paulista, 1765-1836.

Idade ao Casar	Idade da Mulher							
	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
10-14	0.157	0.400	0.471	0.400	0.317	0.240	0.075	0.000
15-19	-	0.441	0.384	0.421	0.400	0.238	0.156	0.017
20-24	-	-	0.462	0.428	0.417	0.300	0.133	0.040
25-29	-	-	-	0.421	0.400	0.360	0.200	0.067
30-34(a)	-	-	-	-	0.400	0.400	-	-
35-39(a)	-	-	-	-	-	0.667	0.500	0.100
40-44	-	-	-	-	-	-	-	-
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) amostragem insuficiente

Tabela 7 - Taxas de fecundidade legítima segundo a duração da união - Oeste Paulista, 1765-1836.

Idade ao Casar	Duração da União							
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
10-14	0.300	0.435	0.400	0.385	0.280	0.156	0.000	-
15-19	0.381	0.403	0.380	0.337	0.217	0.086	0.020	-
20-24	0.388	0.450	0.374	0.251	0.073	0.040	0.000	-
25-29	0.350	0.480	0.289	0.178	0.050	0.000	0.000	-
30-34(a)	0.600	-	-	-	-	-	-	-
35-39(a)	0.600	0.300	0.200	-	-	-	-	-
40-44	-	-	-	-	-	-	-	-
45-49	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) amostragem insuficiente -

As taxas de fecundidade legítima indicam que as mulheres casadas entre os seus 10 e 14 anos de idade apresentavam inicialmente taxas de fecundidade muito baixas, de 0.157, isto é, aproximadamente 0.8 filhos em média no espaço dos primeiros cinco anos de casadas. Já entre as casadas entre 15 e 19 anos, havia uma média de 2.2 filhos a cada cinco anos iniciais. Segundo Henry, "a fecundidade das mulheres muito jovens é inferior à das mulheres que atingiram a plena maturidade física" (19). Não obstante, o casamento precoce, pela sua maior duração, resulta numa fecundidade total elevada, superior à das mulheres casadas tardiamente.

Desse modo, as mulheres que se casassem entre os 10 e 14 anos de idade chegariam à faixa etária dos 25-29 anos com uma taxa de fecundidade de 0.400, quase idêntica à

(19) HENRY et GAUTIER, Crulai..., p. 121.

das mulheres que se casassem mais tardiamente, entre os 25 e 29 anos: 0.421. Novamente nos lembra Henry que "a idade da mulher é o fator preponderante da fecundidade e esta baixa apenas moderadamente na medida em que a mulher é ainda jovem; em idade igual, as mulheres de duração de casamentos diferentes têm, por outro lado, fecundidades próximas" (20).

Portanto, a idade ao primeiro casamento constitui um elemento de peso significativo quando se pensa em matrimônios precoces. Mas isolar o fator idade no contexto das influências sobre a fecundidade seria uma simplificação. Na verdade, os fatores, sejam biológicos ou sociais, atuam em conjunto sobre a fecundidade, e seria ingênuo querer isolar o efeito de tal ou qual fator. Sabemos que a idade ao casar pode ganhar conotações diversas, se tomada em conjunto com as taxas de mortalidade.

Ou seja, é preciso pensar o problema tendo em vista a questão de duração da união. O casamento jamais apresentaria resultados se durasse apenas meses, ou poucos anos. A diferenciação surge claramente entre uma união efêmera e outra duradoura. Ao atingir a faixa dos 15-19 anos de duração do matrimônio, a mulher casada aos 10-14 anos apresentava uma taxa de fecundidade legítima de 0.385, enquanto outra, casada aos 25-29 anos, apresentava uma taxa de 0.178 quando cumpriu a mesma faixa de duração de sua

---

(20) HENRY, Manuel de Démographie..., p.80.

união, isto é, menos da metade de sua colega. Eis, pois, a consequência da diferença da faixa etária diretamente relacionada à idade ao casar. Assim, casamento precoce resultava em fecundidade elevada em populações que, à semelhança do Oeste Paulista, não praticavam o controle de natalidade.

A mesma questão pode ser percebida sob outro ângulo, se considerarmos a descendência média provável segundo a idade ao casar da mãe.

Tabela 8 - Descendência média provável, segundo a idade da mãe ao casar - Oeste Paulista, 1765-1836.

Idade ao casar	Somas das taxas de fecundidade	Descendência
10-14	1,956	9,780
15-19	1,824	9,120
20-24	1,576	7,880
25-29	1,347	6,735
30-34	0,600	3,000 (a)
35-39	1,100	5,500 (a)

(a) amostragem insuficiente

A mulher encontra-se fisiológicamente quase impossibilitada de se reproduzir após os cinquenta anos de idade, o que se reflete diretamente sobre a duração do casamento. Embora as noivas mais tardias tendam a apresentar uma taxa de fecundidade no primeiro quinquênio ligeiramente superior à daquelas mais precocemente casadas,

este aumento não chega a compensar no saldo total da vida reprodutiva da mesma mulher.

Estas considerações, todavia, não permitiram caracterizar por completo nosso grupo de senhores de engenho como possuidor de um padrão de fecundidade específico. Já constatamos, porém, que as taxas de fecundidade legítima das mulheres de elite eram muito elevadas, podendo trazer ao mundo quase dez crianças. Seria esta taxa elevada semelhante à das camadas mais pobres da população ?

Tabela 9 - Quadro comparativo de taxas de fecundidade legítima segundo a idade da mulher.

Local	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Oeste	0.157	0.427	0.414	0.420	0.402	0.282	0.159	0.039
(A)	0.195	0.383	0.358	0.302	0.267	0.230	0.150	0.043
(B)	0.279	0.455	0.474	0.461	0.387	0.323	0.216	0.050
(C)	0.364	0.480	0.469	0.421	0.388	0.247	0.167	0.047
(D)	-	0.304	0.392	0.282	0.165	0.087	0.042	0.000
(E)	-	0.324	0.428	0.431	0.359	0.319	0.119	0.010
(F)	-	0.208	0.393	0.326	0.297	0.247	0.067	0.000
(G)	-	-	0.509	0.496	0.484	0.410	0.231	0.030

(A) Lapa, PR, 1770-1829
(B) Curitiba, PR, séc. XVIII
(C) Ubatuba, SP, 1790-1830
(D) Genebra, 1700-1799
(E) Crulai, 1674-1742
(F) Bas Quercy, séc. XVIII
(G) Canadá, 1700-1729

As mulheres de Curitiba e Ubatuba possuíam taxas ligeiramente superiores às nossas, enquanto as taxas da vila de Lapa eram inferiores. Acreditamos que estas últimas

sejam inferiores devido a um provável sub-enregistramento de nascimentos, causado pelo excesso de nascimentos ilegítimos, que beiravam os 22,4% no período entre 1770 e 1829 (21). Fica porém ressaltada a diferença ponderável entre a sociedade ubatubense num extremo, tipicamente de subsistência, e o grupo de grandes proprietários, representantes máximos da economia de exportação. Por outro lado, todas as populações brasileiras apresentavam taxas de fecundidade legítima efetivamente superiores às de realidades européias e próximas às canadenses, conforme indica a Tabela 9.

Em que pese a inferioridade frente às taxas de outras populações brasileiras, as taxas de fecundidade legítima da elite eram elevadas, fazendo com que muitas crianças fossem geradas e postas ao mundo. Esses números devem ter sido maiores, se pensarmos na ocorrência tanto de filhos ilegítimos quanto de adulterinos. Além disso, a utilização de listas nominativas como fontes básicas para a análise demográfica pode ter acarretado em sub-registro de nascimentos, compreensível diante das características das mesmas (22). Mesmo assim, as taxas de fecundidade legítima

---

(21) VALLE, op. cit, p. 317. O excesso de ilegítimos se deve provavelmente ao fato de esta população ser marcantemente itinerante, ligada ao comércio do muar.
(22) O sub-registro de nascimentos nas listas deve-se à prática muito generalizada de somente se registrar a ocorrência de um bebê natimorto ou morto nos primeiros meses de vida quando tal evento se dava em data próxima ao da confecção da lista.

encontradas indicam que uma noiva da faixa dos 10-14 anos de idade, caso sobrevivesse até o início de sua menopausa, teria plenas chances de colocar no mundo uma média de 9,8 filhos (23).

Mulheres casadas mais tardiamente tinham menos filhos, conforme expusemos na Tabela 8, e não chegavam ao índice de 9,8 filhos. Pela Tabela 10, podemos conhecer o número de filhos tidos por mulher em cada quinquênio de seu casamento, visualizando-se assim sua repartição em torno da média de nascimentos durante cada faixa de cinco anos (24).

---

(23) Calculados sobre o total de famílias reconstituídas, este número difere do total encontrado para a descendência real e para a descendência real via lista nominativa.

(24) Média esta obtida pela multiplicação da taxa de fecundidade, que diz respeito a um único ano, por cinco; assim, para as mulheres casadas na faixa etária dos 15-19 anos, temos que aos 30-34 anos de idade apresentavam uma taxa de 0,400 filhos por ano desse quinquênio; multiplicada por cinco, temos 2.0 filhos no mesmo quinquênio, e podemos comparar com a distribuição dessas mulheres em torno dessa mesma média, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 - Repartição das mulheres em torno da média de filhos registrados - Oeste Paulista, 1765-1836.

Idade ao casar	Número filhos	Idade da mulher 15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
10-14	0	1	1	1	1	3	5	3
	1	4	3	3	5	3	3	-
	2	7	4	8	4	3	-	-
	3	6	7	3	2	1	-	-
	4	-	2	1	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-
15-19	0		9	6	6	11	10	11
	1		11	9	9	4	4	1
	2		23	22	13	8	3	-
	3		18	15	7	4	-	-
	4		3	3	7	-	1	-
	5		-	2	-	-	-	-
20-24	0			4	2	1	7	8
	1			3	5	7	2	2
	2			13	7	7	3	-
	3			4	9	1	-	-
	4			4	1	-	-	-
	5			1	-	-	-	-
25-29	0				1	3	4	6
	1				3	1	1	3
	2				3	2	4	-
	3				3	3	-	-
	4				1	1	-	-
	5				-	-	-	-
30-34	Amostragem insuficiente							
35-39	" "							

A distribuição dos nascimentos era mais harmônica entre as mulheres casadas aos 10-14 anos e, pelo contrário, mais concentrada para as casadas seja aos 15-19, 20-24 ou 25-29 anos. Os quinquênios sem nascimentos tornam-se progressivamente mais representativos com o envelhecimento feminino, e a morte reduz passo a passo o número de mulheres.

Com taxas de fecundidade legitima elevadas, a tendência dessa elite seria crescer em número, pronunciadamente. A Tabela 2 ilustrou esta realidade, ao mostrar um crescimento acelerado do contingente humano da elite entre 1798 e 1836 - 922,9% - contra um crescimento bem menor da população como um todo. Contudo, como as taxas de fecundidade legítima das populações de subsistência eram superiores às da elite, podemos supor que o crescimento mais acentuado dessa deveu-se a taxas de mortalidade menos elevadas.

As constatações de um crescimento populacional acelerado, mas diferenciado, de toda a população paulista, são indícios de que, não somente havia alguma imigração proveniente de outras capitanias/províncias e do exterior, mas também que a populacão local crescia vegetativamente. Este crescimento foi possível graças à mortalidade, que jamais atingiu níveis alarmantes, semelhantes aos verificados nas crises demográficas européias, marcadas fundamentalmente pelas epidemias (25).

Mas a morte não deixava de ceifar muitas vidas em nossa sociedade colonial (26). Muitos nasciam, mas nem

---

(25) Vide por exemplo IMHOF, Arthur, "A mortalidade européia do século XVIII ao XX: resultados e problemas" in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 247-265.

(26) "'Vida longa', por exemplo, é um conceito que teve um significado, no século XVIII, bem diverso do que tem hoje. E numa mesma época o seu significado difere segundo as categorias sociais, os residentes do campo ou da cidade, o

todos sobreviviam por muito tempo. Foi em busca das marcas deixadas pela mortalidade que procuramos saber quantos filhos nasciam e quantos sobreviviam, desvendando, também, a dimensão média da família nuclear de elite.

Os dados referentes à descendência média provável apontam para uma fecundidade elevada, que trazia ao mundo muitas crianças. Ao considerarmos o número de filhos efetivamente tidos por nossas mulheres (27), chegamos à média de 7.3 filhos. É uma média extremamente alta, muito superior aos 4.16 filhos observados por Marcílio em suas famílias de Ubatuba (28), e concordante com as taxas de descendência provável. Semelhante padrão, totalmente diferenciador das populações de subsistência, tem consequências perturbadoras sobre o processo sucessório, mesmo em se pensando que muitos destes filhos tidos não chegavam à idade adulta.

---

homem e a mulher" (IMHOF, Arthur E., "A mortalidade..." in MARCÍLIO, População..., p. 262).

(27) O número de filhos tidos foi obtido em se contabilizando os filhos presentes nas fichas de tipo MF e EF, quer houvessem sido encontrados através das listas nominativas, quer através das genealogias. A utilização dos dados provenientes de genealogias permitiu-nos completar a relação dos filhos que nasciam após a data de "fim de observação", 1829. Foram consideradas duzentas e sete uniões conjugais, inclusive recasamentos.

(28) MARCÍLIO, Caiçara..., p. 155.

Tabela 11 -- Número médio de filhos remanescentes, segundo as listas nominativas de 1798, 1818 e 1836.

Idade do Chefe	Número de filhos	Número de casais	Número médio de filhos
até 24	9	8	1.1
25-34	152	47	3.2
35-44	375	78	4.8
45-54	387	83	4.7
55-64	175	56	3.1
65 e mais	106	34	3.1

Uma prole numerosa não era, contudo, usualmente observada nos domicílios, caso fizéssemos um corte temporal em algumas datas. A morte de algumas crianças, a saída relativamente precoce das filhas e mesmo dos filhos, e a diferença etária muitas vezes considerável entre o primogênito e o ultimogênito, acabavam contribuíndo para não inchar a família. O nascimento de um bebê era muitas vezes compensado pela saída de um seu irmão mais velho, e a família nuclear podia manter intacta sua dimensão relativa.

Os dados obtidos por Marcílio para a cidade de São Paulo também confirmam, para a população em geral, a remanescência de um menor número de filhos, não somente por serem menos numerosos, mas também por provavelmente deixarem o fogo paterno em idades ainda mais precoces que os jovens de elite (29). Uma família mais rica poderia se dar ao luxo de "conservar" o filho por mais tempo sob a proteção paterna, antes de ser impelido para sua auto-suficiência.

Uma condição de vida melhorada abria espaços para que a família do senhor de engenho não somente tivesse sua

fecundidade tornada mais "rentável" - perceptível pelo maior número de filhos remanescentes -, mas também que a urgência no estabelecimento econômico dos filhos fosse retardada em relação aos padrões vigentes em famílias menos favorecidas, preservando deste modo a unidade familiar por um maior espaço de tempo. As ilações então seriam várias: aumento na dimensão da família (30) e aumento na convivência entre as gerações, e conseqüente incremento dos laços de união e solidariedade entre pais, filhos e netos.

Essa possibilidade concreta de uma maior permanência dos filhos no lar paterno poderia constituir, por si só, outro aspecto diferenciador da dinâmica familiar desta nossa elite. Os filhos continuavam no fogo paterno não somente devido à melhor condição econômica dos pais, mas também devido a uma esperança de vida maior para estes, o

---

(29) Marcílio encontrou, para suas famílias de cidade de São Paulo, os seguintes números:

Idade do chefe	Número médio de filhos vivos menores de 20 anos
menos de 25	0.8
25-34	1.7
35-44	2.8
45-54	2.8
55-64	1.8
65 e mais	1.0

(MARCÍLIO, A cidade de São Paulo..., p. 126)

(30) Fracionamento tardio significa família extendida. De modo similar, fracionamento precoce significa família diminuída. (GOODY, "Inheritance...", in GOODY et allii (eds.), op. cit., p.20.

que causava um retardamento do processo sucessório. "Em qualquer regime jurídico, um retardamento brusco da idade média nos falecimentos perturba os procedimentos das sucessões, tanto no campo quanto nas cidades. O retardamento dos matrimônios pode ter sido uma resposta ao retardamento do estabelecimento" (31).

Tabela 12 - Duração média do primeiro casamento - Oeste Paulista, 1765-1836.

Duração em anos	Casais completos (fichas MF)	p/1000	Casais não completos (fichas MO)	p/1000
0-4	2	35.7	2	29.9
5-9	2	35.7	4	59.7
10-14	4	71.4	12	179.1
15-19	12	214.3	11	164.2
20-24	8	142.9	10	149.3
25-29	6	107.1	8	119.4
30-34	5	89.3	13	194.0
35-39	9	160.7	2	29.9
40-44	6	107.1	3	44.8
45-49	1	17.9	2	29.9
50 e mais	1	17.9	-	-
Total	56	1000.0	67	1000.2
Duração Média		26.0		22.5

O casamento precoce feminino e tardio masculino, a par com uma melhora na esperança de vida, resultou em uniões conjugais mais duradouras.

(31) BURGUIERE, André, "A demografia" in LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre, op.cit, p. 76.

Para conhecermos a duração média das uniões, procuramos traçar duas séries distintas de dados, a dos casamentos com duração total conhecida (oriundos de fichas de famílias completas, ou MF) e a dos casamentos cuja data terminal de união não é conhecida, mas que foram acompanhados ao menos por um ano. Para a primeira, descobrimos uma duração média de 26.0 anos e, para a segunda, 22.5 anos. São números expressivos. Se somados às idades médias ao primeiro casamento, obtem-se, grosseiramente, uma "idade média de fim da união" de 53.7 anos para os homens e 45.0 para as mulheres, que atestaria a longevidade elevada desses pares de grandes proprietários dentro do panorama demográfico da época.

Os resultados reunidos até aqui nos inspiram a afirmar que o grande proprietário do Oeste Paulista, poderoso senhor de engenho e escravos, apresentava comportamentos e padrões demográficos que lhes eram específicos. Se a diferenciação, em alguns aspectos, ainda não era muito significativa, isto se deve à precocidade do processo de transformação do grupo em elite agrária. Recém implantada em solo paulista, a grande lavoura ainda não tivera tempo de constituir um segmento social plenamente moldado. O senhor de engenho de então era apenas uma pálida sombra de seus colegas nordestinos. Nada de luxo, grandes residências, vastos plantéis de escravos, como atesta a esparça bibliografia e abundante documentação.

Na maior parte das vezes, o senhor de engenho de São Paulo não passava de um rústico lavrador enriquecido, em quase nada semelhante a seu sucessor, o cafeicultor. Viajantes que passaram pela capitania naquele momento impressionaram-se com o relativamente pequeno distanciamento entre o grande e o pequeno agricultor empenhado na lucrativa empresa açucareira (32).

As diferenças demográficas entre estes grandes proprietários e o todo da população estavam surgindo, tornando a família de elite menos fecunda, porém mais extensa, pela maior permanência dos filhos junto aos pais e por uma mortalidade menor. O casamento masculino tornava-se tardio, refletindo toda uma série de mudanças nas estratégias familiares. A esperança de vida de nossos senhores de engenho cresceu, facilmente chegavam aos

---

(32) A falta de ostentação e riqueza dos grandes senhores de engenho paulistas foi registrada por Rugendas: "Donde, também, a grande simplicidade dos costumes dos paulistas, a ausência de luxo, mesmo nas classes elevadas, principalmente no que diz respeito aos móveis e aos utensílios de cozinha..." (RUGENDAS, J.M., Viagem pitoresca através do Brasil, São Paulo, Liv. Martins Editora, 5a. ed, 1954, p. 99). Também ao descrever a cidade de São Paulo no século XVIII, Richard Morse lembra que "não havia a elegância - o mobiliário norte-americano e os espelhos franceses - da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Mais comuns eram uma fileira de pesadas cadeiras coloniais e talvez um modesto espelho de Nuremberg. Em lugar de candeeiro de vidro e velas, havia o candeeiro de latão com óleo de rícino. As salas de visitas eram agradavelmente pintadas, as mais antigas com arabescos, e mobiliadas com certo gosto. Uma ou outra estampa em moldura, refugo das lojas européias, apenas acentuava a inocência paulistana em relação aos cânones artísticos das cidades". (MORSE, Richard, Formação histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970, p. 57.).

cinquenta anos de idade, retardando, desse modo, o momento da sucessão. O elevado número de filhos provocou o surgimento de estratégias específicas, visando impedir a pulverização dos patrimônios quando do processo sucessório. São estas estratégias que iremos discutir a seguir.

CAPÍTULO 4 - OPÇÃO PELA CONSANGUINIDADE

O processo de reconstituição de famílias, árduo e longo, tende a recompensar o pesquisador apenas quando se encontra em vias de ser concluído. As dificuldades em reunir dados quantitativos e qualitativos a respeito das histórias de vida de cada núcleo familiar estão não somente relacionadas à dispersão das fontes documentais, mas também à dificuldade em interpretá-las e coordená-las de modo hábil.

Todavia, esta peregrinação por séries documentais vastas acabou resultando na edificação de dossiês informativos sobre cada família, que completam de modo abrangente os dados de caráter demográfico das mesmas, calculados e armazenados nas fichas de reconstituição de famílias.

Esse acúmulo de informações permite evidenciar certos comportamentos e atitudes comuns a todos os domícilios, tal como o casamento precoce das mulheres e

tardio para os homens, a descendência numerosa, e a quase exclusiva atividade econômica voltada para a lavoura de açúcar.

Outros comportamentos podem ser entrevistos através das fichas de família. O deslocamento geográfico, o casamento entre consanguíneos, a ascenção a cargos nobiliárquicos e patentes das Milícias e da Guarda Nacional, são alguns eventos cotidianos na vida dos grandes proprietários de engenhos do Oeste. A real difusão dessas práticas no interior da nossa elite agrária será o nosso alvo de análise, através da interpretação das informações fornecidas pelas listas nominativas, cadastros de terras e genealogias.

Após havermos caracterizado o casamento da elite do açúcar quanto a seu aspecto demográfico, demonstrando sua singularidade no contexto da sociedade paulista de então, passaremos a tentar perceber a representatividade dos matrimônios consanguíneos enquanto instrumento de concentração de fortunas. Logo a seguir, veremos como o casamento era utilizado para constituir e consolidar alianças familiares e econômicas.

*

Se o momento a partir da instalação da lavoura de cana-de-açúcar caracterizou-se como de deslocamento

geográfico das populações paulistas, constituíndo aquilo que Monbeig denominou a "Frente Pioneira" (1), movimento de desbravamento do Oeste, o momento imediatamente precedente foi nitidamente diferenciado.

O bandeirante, apesar de seu intenso deslocar através dos sertões, tendeu a não expandir o perímetro da efetiva colonização do território da Capitania de São Paulo. Quando passou a fundador de povoações, o foi nas circunvizinhanças de suas descobertas auríferas de Cuiabá e de Goiás, mas não nos sertões de Piratininga. Sua cobiça era a caça ao índio e à riqueza mineral, e não a agricultura.

A colonização do território do Oeste Paulista entre 1532 e o início da introdução em grande escala da cana-de-açúcar limitou-se a duas únicas vilas, Itu (1654) e Jundiaí (1655). Só em 1769 fundou-se uma terceira vila no Oeste, a de Moji Mirim (2).

Em 1765, momento da restauração administrativa de São Paulo, eram dezenove as vilas em toda a capitania; destas, poucas mantinham laços econômicos e humanos estreitos com o Oeste: Moji Guaçu, Moji das Cruzes, Parnaíba, Sorocaba, São Paulo. Somadas a Itu e Jundiaí, formavam o corpo principal dos núcleos urbanos que, a partir da introdução da grande lavoura, forneceu o grosso do

---

(1) MONBEIG, Pierre, Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
(2) Cf. MARCÍLIO, Crescimento..., p.225 a 231.

contingente populacional que colonizou o sertão do Oeste. Parte mínima desse contingente veio a erguer, posteriormente, sólidos patrimônios, e para ela é que voltaremos nossa atenção.

Ao efetuarmos a reconstituição de famílias, tornou-se perceptível que o pequeno contingente de grandes proprietários de engenho apresentava-se marcado por uma aparente ligação de consanguinidade interna ao grupo. A repetição de sobrenomes e locais de residência podia ser uma prova, apesar de, naquele momento, o sobrenome pouco representar em termos de linhagem.

Tabela 13 - Relação dos chefes de família possuidores em comum do sobrenome Pacheco.

Nome	Vila de residência
Andreza Pacheca de Arruda	Itu
Antônio Ferraz Pacheco	"
Antônio Pacheco da Silva	"
Antônio Pacheco da Fonseca	"
Antônio Correa Pacheco	"
Bento Dias Pacheco	"
Elias Antônio Pacheco da Silva	"
Elias de Góes Pacheco	"
Estanislau de Campos Pacheco	"
Fernando Pacheco Jordão	"
Francisco Pacheco de Campos	"
José de Campos Pacheco	"
José de Góes Pacheco	"
Josefa Maria de Góes Pacheco	"
Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca	"
Luciano Dias Pacheco	"
Luciano Francisco Pacheco	"
Manuel Pacheco Gatto	"
Maria da Anunciação Góes Pacheco	"
Pedro Ferraz Pacheco	"

O sobrenome Pacheco, por exemplo, era adotado por vinte indivíduos, todos possuindo um mínimo de quarenta escravos e residido na mesma vila, sem jamais terem sido localizados Pachecos em outras vilas do período estudado. Descarta-se qualquer possibilidade de pura coincidência no fato. Apesar de o sobrenome não ser transmitido regularmente de pai para filho, este deveria tender a herdar sobrenomes de consanguíneos ascendentes, acabando por provocar uma concentração geográfica desses sobrenomes (3).

(3) Elizabeth Kuznesof adverte que, embora a posse em comum de um mesmo sobrenome não necessariamente denotasse parentesco, conseguiu identificar muitos parentes por este

Essa concentração geográfica, num contexto de restrição de ofertas do mercado nupcial de elite, levou, inevitavelmente, a uma intensificação de matrimônios consanguíneos.

Em apoio a esta tendência, os genealogistas dão seu aval quando reconhecem e ilustram um sem número de casos em suas obras. Silva Leme, em sua Genealogia Paulistana (4), traçou um perfil amplo das famílias dominantes de São Paulo até o final do século XIX, classificando-as em "troncos familiares". Como sua genealogia é de tipo descendente, isto é, parte de um ancestral comum e chega até uma data recente mapeando todos os seus descendentes, resulta que todo e qualquer indivíduo citado em um mesmo tronco descende de um ancestral comum.

---

meio. (KUZNESOF, Elizabeth Anne, Household economy and urban development, São Paulo, 1765 to 1836. Boulder and London, Westview Press, 1986, p. 42).

(4) LEME, Luis Gonzaga da Silva, Genealogia Paulistana, 9 volumes, São Paulo, Duprat e Cia, 1903/05.

Tabela 14 - Chefes de famílias de elite reconstituídas no Oeste, observados dentro do conjunto dos "troncos" de Silva Leme (a).

Número de chefes do Oeste por tronco de Silva Leme	Número de troncos	% de troncos	Total de chefes	% de chefes
0	21	38.9	0	0.0
1 a 5	22	40.7	48	24.9
6 a 9	4	7.4	29	15.0
10 a 14	3	5.6	35	18.1
15 e mais	4	7.4	81	42.0
Total	54	100.0	193	100.0

(a) somente chefes de família que tenham sido identificados na citada genealogia

Classificando-se os chefes de famílias reconstituídas segundo o método de Silva Leme, é possível obter uma indicação de quão aparentados entre si - não importando o grau - eram esses chefes de família. Significativamente, segundo a Tabela 14, 38.9% dos troncos de Silva Leme sequer estão representados a nível de elite do Oeste, e outros 40.7% de troncos são pouco citados, variando entre apenas um e cinco casos. Restaram pois somente onze troncos (20,4% do total de troncos) que englobam nada menos que 75.1% dos chefes observados.

Em outras palavras, diversos troncos (conjunto de descendentes de um ancestral comum) não possuíam qualquer representante na elite do Oeste, e vários outros estavam presentes através de, no máximo, cinco indivíduos. Se aceitarmos que a genealogia de Silva Leme diz respeito somente às famílias dominantes de São Paulo, podemos inferir

que estas famílias tendiam, pelo menos até o momento estudado, a se distribuir geográficamente em áreas precisas.

Os índices encontrados, por mais toscos que sejam, são significativos. A consanguinidade, entre os grandes proprietários, não somente foi efetiva, mas também parece ter ocupado posição crucial na composição do grupo dominante. O parentesco de sangue teve também relações marcantes com a migração, pois os troncos são detectados em áreas de povoamento específicas, permitindo que se trace com relativa precisão o ponto em que cada um se instalou, a terra que ocupou, dentro de amplo processo de desbravamento do sertão.

A classificação dos chefes de família de acordo com o critério de troncos familiares possibilitou entrever a ocorrência de laços consanguíneos entre esses chefes. Se a análise fosse estendida também para os cônjuges desses indivíduos, o resultado não seria diferente. A própria genealogia procura advertir quando da ocorrência de parentesco de sangue:

"Antonio Correa da Silveira (...) casou-se em 1816 em Porto Feliz com Anna Correa de Toledo, sua prima, filha do capitão Salvador Correa de Moraes e de Izabel de Toledo Piza" (5).

"Coronel Francisco Egydio de Souza Aranha que casou-se em 1817 na villa de S. Carlos com sua prima irmã Maria Luiza Aranha, fa. do tenente Joaquim Aranha de Camargo e de Eufrosina Mathilde da Silva Botelho..." (6).

Assim, a genealogia de Silva Leme e outras constituíram-se em excelente instrumento de apoio à análise dos casamentos consanguíneos.

Onze casais foram, aleatóriamente, selecionados dentre os inúmeros que tiveram suas histórias de vida recuperadas. Para cada casal, acompanhamos todas as gerações de descendentes que viveram no período de 1765 a 1855, analisando a existência ou não de consanguinidade em cada matrimônio ocorrido (7).

---

(5) LEME, op. cit, vol. 2, p. 388, título 7.2
(6) LEME, op. cit, vol 1, p. 166, título 6.1
(7) As famílias analisadas foram:
a) Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva (morador em Itu), seus filhos, netos e bisnetos;
b) Tomás Correa de Moraes (morador em Porto Feliz), seus filhos e netos;
c) Capitão Mor João de Almeida Prado (morador em Itu), seus filhos e netos;
d) Coronel Francisco Correa de Moraes Leite (morador em Porto Feliz), seus filhos e netos;
e) Antônio de Barros Penteado (morador em Itu), seus filhos e netos;
f) Sargento Mor Inácio Xavier Paes de Campos (morador em Itu), seus filhos e netos;
g) Capitão Inácio Caetano Leme (morador em Campinas), e seus filhos;
h) Capitão Mor Floriano de Camargo Penteado (morador em Campinas), e seus filhos;
i) Capitão Mor João Francisco de Andrade (morador em Campinas), e seus filhos;
j) D. Genebra de Barros Leite (moradora em Campinas), seus dois esposos, o Brigadeiro Luís Antônio de Souza e o Marquês de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, e seus respectivos filhos;
l) Capitão Francisco José de Camargo Andrade (morador em Campinas), e seus filhos.

Tabela 15 - Discriminação da consanguinidade nos casamentos ocorridos na descendência de onze famílias analisadas, 1765 - 1855.

Grau de Parentesco	Famílias A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	Total	%
3 Ascendente	5	2	3	-	1	1	-	-	-	-	-	12	4.0
3 Descendente	8	2	3	-	2	3	2	3	1	1	1	26	8.6
4 Lateral	49	21	43	9	18	15	3	4	1	2	4	169	55.9
5 Ascendente	8	-	-	3	-	4	-	-	-	-	-	15	5.0
5 Descendente	6	13	11	1	9	2	-	2	-	-	-	44	14.6
6	14	-	9	6	1	4	1	-	-	-	1	36	11.9
Total	90	38	69	19	31	29	6	9	2	3	6	302	100.0
7 e superior	8	2	6	1	1	10	-	-	-	-	3	31	-
Indeterminado	17	5	6	1	2	9	-	-	1	-	1	42	-
Não parente	59	40	52	32	37	18	5	5	4	5	1	258	-

A - Descendentes do Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva.
B - Descendentes de Tomás Correia Leite de Moraes.
C - Descendentes do Capitão Mor João de Almeida Prado.
D - Descendentes do Coronel Francisco Correa de Moraes Leite
E - Descendentes de Antônio de Barros Penteado.
F - Descendentes do Sgto. Mor Inácio Xavier Paes de Campos.
G - Descendentes do Capitão Inácio Caetano Leme.
H - Descendentes do Cap. Mor Floriano de Camargo Penteado.
I - Descendentes do Cap. Mor João Francisco de Andrade.
J - Descendentes de D. Genebra de Barros Leite.
L - Descendentes do Cap. João Francisco Camargo Andrade.

Os cônjuges poderiam ser classificados em três diferentes categorias: os ligados por laços de consanguinidade, os afins, ligados por parentesco espiritual (compadrio) ou de aliança familiar, e os sem qualquer tipo de ligação mais sólida. A Tabela 15 possibilita analisar somente o parentesco de sangue, única categoria explícitamente perceptível pela nossa documentação.

O valor percentual dos cônjuges primos entre sí em até sexto grau mostrou-se muito elevado, num total de 44,4%

dos cônjuges analisados. Somados aos prováveis casos de parentesco por afinidade, aqui não destacados, podemos, com segurança, afirmar que mais da metade dos indivíduos escolhidos para o matrimônio deveria frequentar, corriqueiramente, os mesmos círculos familiares que seu cônjuge.

Neste panorama de uniões consanguíneas, um lugar de proeminência foi ocupado pelos primos em quarto grau, os preferidos na escolha conjugal, num total de 55,9% dos casos entre consanguíneos até o sexto grau. A concentração de casos justamente num dos menores graus de consanguinidade possíveis, efetivando uma união proibida pela legislação canônica, indica o quão frequentes e fáceis eram os processos de dispensa matrimonial, pelos quais a Igreja liberava o casamento para aqueles que sofriam de impedimentos matrimoniais (8).

Igualmente, o casamento entre tio e sobrinha, com 12,6% do total de consanguíneos (terceiro grau ascendente mais terceiro grau descendente), aparece com uma frequência

---

(8) Pelo sistema classificatório de parentesco adotado pela Igreja (vide Capítulo 2, figuras 1 e 2), eram proibidas as uniões entre consanguíneos até quarto grau, constituíndo os impedimentos ditos "naturais". Por outro lado, eram denominados "dirimentes" os impedimentos passíveis de anularem um casamento: 1) Erro de pessoa; 2) Condição; 3) Voto; 4) Cognação; 5) Crime; 6) Disparidade de religião; 7) Força, ou medo; 8) Ordem; 9) Ligame; 10) Pública honestidade; 11) Afinidade; 12) Impotência; 13) Rapto; e 14) Ausência do pároco e duas testemunhas. Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, Liv. 1, títulos 67-72, citado por SILVA, Sistema de casamento..., p.129-130.

elevada. No entanto, note-se que dos trinta e oito casos observados, somente um dizia respeito à união de tia com sobrinho, sendo os demais, todos, referentes a tio com sobrinha.

Sendo o parentesco de quarto grau a opção dominante, seria interessante analisá-lo mais de perto, no seio das onze famílias observadas.

Tabela 16 -- Origem do primo de quarto grau escolhido para cônjuge, segundo o sexo de seu parceiro pertencente às onze famílias observadas (a).

Sexo do cônjuge observado	Ascendência do primo de 4 grau escolhido					
	Paterna	(%)	Materna	(%)	Total	(%)
Masculino	57	64.0	32	36.0	89	100.0
Feminino	50	62.5	30	37.5	80	100.0
Total	107	63.3	62	36.7	169	100.0

(a) as mesmas famílias relacionadas na Tabela 15.

A opção preferencial era pelo primo-irmão (primo de quarto grau) consanguíneo pelo lado paterno, quer o cônjuge acompanhado seja homem ou mulher, num total de 63.3% das opções. A escolha pelo primo-irmão paterno efetuava-se pois numa proporção de dois para um em relação ao primo consanguíneo pelo lado materno.

Esse privilegiamento do consanguíneo paterno, ao menos entre primos de quarto grau, evidencia uma prática de

seleção dos cônjuges, buscando-os, preferencialmente, na linhagem paterna, em detrimento da materna.

Contudo, se havia uma prática generalizada ao nível das onze famílias tomadas conjuntamente, um exame de casos particulares chega a detectar práticas opostas. Para a descendência do Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva (9), por exemplo, a opção pelos primos de quarto grau paternos (43.2%) era sobrepujada pela opção pelos maternos (56.8%). As motivações para esse comportamento, oposto ao preferencialmente praticado para as demais famílias, pode ter provindo dos mais diversos problemas enfrentados pela família em sua atuação pela obtenção de cônjuges para seus filhos. Isolamento geográfico, dificuldades econômicas, diferenças de prestigio sócio-econômico entre ambos os lados (paterno e materno), seriam elementos relevantes que poderiam reverter as tendências pelo parente paterno. Via-de-regra, no entanto, o lado materno de família não era a opção preferencial.

Ainda a nível de primos de quarto grau, podemos distinguir estatísticamente entre primos paralelos e primos cruzados. Primos paralelos são aqueles filhos de dois irmãos do mesmo sexo, enquanto primos cruzados são filhos de dois irmãos de sexo oposto.

---

(9) Incluindo seus filhos, netos e bisnetos.

Tabela 17 - Proporção de primos de quarto grau paralelos e cruzados em seis famílias, de acordo com a ascendência paterna e materna que possuíam em relação às famílias (a).

Ascendência do cônjuge	Tipo de consanguinidade			
	Paralela	Cruzada	Total	
Paterna	69	26	95	(61.3%)
Materna	30	30	60	(38.7%)
Total	99 (63.9%)	56 (36.1%)	155	(100.0%)

(a) As seis famílias analisadas são as constituídas pelos descendentes de: Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva, Tomás Correia Leite de Moraes, Capitão Mor João de Almeida Prado, Coronel Francisco Correia Moraes Leite, Antônio de Barros Penteado e Sargento Mor Inácio Xavier Paes de Campos.

A Tabela acima indica que a frequência de primos-irmãos paralelos sobrepujava consideravelmente a de primos cruzados, contrariando o descoberto por Kuznesof para a cidade de São Paulo, onde a nível de primos-irmãos predominava o casamento cruzado (10). Contudo, ao efetuarmos a mesma análise para todos os primos até sexto grau, brotou uma realidade diferenciada:

(10) KUZNESOF, op. cit, p. 39.

Tabela 18 - Distribuição dos primos até sexto grau escolhidos para cônjuge, de acordo com sua consanguinidade paralela ou cruzada em relação a seu parceiro observado em três famílias (a).

Tipo de consanguinidade	Sexo do parceiro observado							
	Família A		Família B		Família C		Total	%
	masc.	fem.	masc.	fem.	masc.	fem.	-	-
Paralela	29	20	25	19	3	5	101	53.7
Cruzada	11	9	26	20	13	8	87	46.3
Total	40	29	51	39	16	13	188	100.0

(a) A - Descendentes do Cap. Mor João de Almeida Prado.
B - Descendentes do Sgto. Mor Antônio Pacheco da Silva.
C - Descendentes do Sgto. Mor Inácio X. Paes de Campos.

Pela Tabela 18, surgiu a constatação da não existência de um domínio absoluto do consanguíneo paralelo quando enfocamos todos os cônjuges primos em até sexto grau. A margem a favor dos primos paralelos era mínima, de apenas 7.4%, contra os 22.6% encontrados para somente os primos de quarto grau.

Esta situação de quase igualdade no tocante aos primos em geral consolida-se sobre uma realidade muito diversificada. A própria Tabela 18 expõe informações indicando que no seio de cada família havia práticas próprias, a individualizarem a opção das mesmas. Nas três famílias ali analisadas, encontramos um caso de predomínio dos primos paralelos (família Almeida Prado), um de cruzados (família Campos) e um de quase igualdade (família Pacheco).

Assim, é possível sentir que havia diversas tendências a marcar o funcionamento do processo de escolha conjugal a nível de primos de quarto grau, e também a nível de consanguíneos em geral. Embora sejam encontradas tendências amplas e hegemônicas entre os primos de quarto grau, havia famílias que fugiam totalmente do modelo, e escolhiam seus cônjuges de maneira diametralmente oposta.

De uma maneira geral, resta identificada uma tendência pela opção de primos de quarto grau paternos e paralelos, com as demais opções representadas em níveis aproximadamente iguais, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 19 - Possibilidades na escolha de cônjuges primos em quarto grau (a).

Categoria	Número de casos	%
Paternos-paralelos	69	44.5
Maternos-paralelos	30	19.4
Maternos-cruzados	30	19.4
Paternos-cruzados	26	16.8
Total	155	100.1

(a) Conforme dados da Tabela 17.

As diferenciações identificadas têm importantes significações na interpretação das estratégias conjugais das famílias de elite. A tendência mais perceptível a favor dos consanguíneos paternos e paralelos entre os primos de quarto grau indica que, quanto menor o grau de consanguinidade, maiores atenções eram dedicadas à escolha conjugal. Se o

casamento entre irmãos e o incesto eram proibidos, a união de primos em terceiro grau era já permitida, contanto que fosse entre tio e sobrinha, e raramente entre tia e sobrinho (verificado somente uma vez, ou 2.6% num total de 38 casos). À medida em que o grau de parentesco aumentava, parece ter havido menor preocupação com a origem de sangue dos pretendentes.

Podemos assim formular duas questões que entendemos delimitarem um padrão recorrente nos casos observados. A primeira, no sentido de ressaltar que a preocupação com a consaguinidade entre os cônjuges ganhava corpo à medida em que esses mesmos cônjuges eram mais proximamente relacionados entre si. Assim, um cônjuge primo de sexto grau poderia ser indiferentemente do lado paterno ou materno, paralelo ou cruzado; já para um cônjuge primo em quarto ou terceiro graus, a questão ganhava novos contornos, tornando-se nítido um certo direcionamento nas opções. A segunda questão surge na indicação, consideravelmente clara, de que este mesmo direcionamento somente era perceptível a nível geral, no conjunto de diversas famílias. Se estas fossem observadas separadamente, em detalhe, surgiam casos em que a opção interna a esta família era radicalmente oposta à tendência geral dominante.

Ora, se a tendência em direção a uma certa opção na escolha conjugal era abertamente enfraquecida por opções particulares de determinados grupos em sentido oposto, isto

significa que o quesito consanguinidade não era o fator predominante nas tomadas de decisões, mas sim que era um fator que atuava conjuntamente a outros elementos, que igualmente pesavam no momento da tomada de decisão. Fica patente, no entanto, que a consanguinidade era utilizada para interferir nas opções conjugais, e muito provavelmente o indivíduo assim classificado tinha melhores chances de ser o escolhido. O casamento consanguíneo teria, aos olhos da época, duas vantagens: não introduzia sangue estranho na família, e preservava os bens e a fortuna do fracionamento.

Quais seriam, assim, os outros fatores que amiúde interfeririam na escolha conjugal ? Acreditamos que as rixas políticas tenham sido, seguramente, outro importante instrumento definidor da oferta de cônjuges. Embora a análise dessas rixas políticas nas vilas do Oeste Paulista entre fins do domínio luso e o início do segundo Império não sejam o objetivo deste trabalho, alguns sinais de sua existência serão levantados no capítulo que se segue, quando tratamos da endogamia social nos casamentos da elite.

CAPÍTULO 5 - ARRANJOS MATRIMONIAIS

Vimos, há pouco, como os troncos familiares definidos por Silva Leme concentravam-se, preponderantemente, em áreas geográficas bem definidas. Dentre os trinta indivíduos, todos chefes de domicílio, classificados como membros do tronco dos Arruda Botelho, vinte e cinco eram naturais da vila de Itu. De modo idêntico, dez dos onze ditos Tenórios eram igualmente nascidos em Itu. Haveria então uma área, ou mesmo uma vila, em que o grosso dos membros de um tronco, caracterizados por uma ascendência genealógica em comum, se concentrariam.

Desse modo, indivíduos primos entre si estariam residindo no mesmo local, ou muito próximos, tornando mais prováveis os casamentos consanguíneos. Além disso, o casamento consanguíneo estaria dando considerável peso à endogamia geográfica. Interessante, no entanto, é que se, por um lado, os casamentos restritos ao âmbito de uma única vila não eram limitados às uniões entre primos, por outro

notamos que eram apenas algumas determinadas famílias, quer aparentadas ou não, que tinham seus filhos cedidos para matrimônio com determinadas outras. Isto é, acima das necessidades de obtenção de cônjuges para seus filhos, pairavam obstáculos sérios, de ordem provavelmente econômica e política, que afastavam determinadas famílias do convívio diário e, portanto, de uniões entre seus filhos. "As alianças preferenciais com certas linhagens provocavam em contrapartida fenômenos de incompatibilidade." (1).

Famílias estabelecidas na mesma vila excluíam-se mútuamente, e seus filhos não casavam entre si. Assim, os Almeida Prado de Itu jamais se uniram, por matrimônio, aos membros das famílias ituanas Barros Penteado, Ferreira Alves e Arruda Botelho. Essa exclusão também ocorria entre famílias de vilas próximas. Assim, ao passo que os Pachecos de Itu se uniam matrimonialmente aos Almeida Prado da mesma vila, e que os Andrades de Campinas se uniam aos Camargo Penteados, também de Campinas, ambas as famílias de Itu jamais se uniram às duas de Campinas.

Acreditamos que rixas políticas e econômicas locais promoviam a aproximação ou o afastamento de famílias. Na série Ofícios Diversos, existente no Arquivo do Estado de São Paulo, é possível localizar diversos documentos contendo acusações, denúncias e críticas trocadas entre as

---

(1) BURGUIERE, A., "Endogamie et communauté villageoises: pratique matrimoniale a Romainville au XVIIIe. siecle" in Annales de Démographie Historique, 1979, 313-336, p. 327.

autoridades das vilas do Oeste, num sintoma de que as disputas pelo poder e prestigio locais eram constantes e de que a administração pública era uma arma valiosa (2).

Mas os casamentos geograficamente endogâmicos não eram a única fórmula para se obter um cônjuge, e a exogamia geográfica também era muito praticada. Aceitava-se cônjuges provenientes de outras regiões, desde que satisfizessem às

---

(2) As rixas de fundo político eram as mais variadas, e a documentação mostra-se rica a respeito. Assim, a Câmara de Itu efetuava denúncia contra o Senador Vergueiro, acusando-o de projetar a introdução do sistema republicano no Brasil (Ofícios Diversos de Itu - Arquivo do Estado de São Paulo, No.ordem 1067, 01/10/1824). Outro ofício indicia a existência de grupos políticos definidos e rivais: após dirigir acusações ao Padre Feijó, afirma que "o intimo amigo deste Padre, e inteiramente identico em anarchia, sedição, e pernicioza influencia hé o Ex Deputado abolido Francisco de Paula Souza e Mello, objecto de horror, e odio publico de todo o Bom desta Villa..." (Ofício de Mario de Vieira Pinto ao Presidente da Província, 06/04/1824; Ofícios Diversos de Itu, No. ordem 1067).

Denúncias de eleições irregulares e de conflitos familiares também aparecem regularmente: "...Sahirão por Juizes com escandalozo, e notorio soborno Bento Paes de Barros, Capitão de huá das Comp.as do Regimento de Sorocaba (...). (...) forão eleitos também com publico soborno para Vereador Joaquim Manoel da Fonseca Pacheco de tão exaurada conducta, que não conserva páz com sua May D. Jozefa de Goes Pacheco, e tem a tempos hum renhido litigio, e publica inimizade com seu Irmão Antonio da Fonseca Pacheco..." (Ofício do Capitão Mor Comandante Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, 18/01/1824; Ofícios Diversos de Itu, No. ordem 1067).

Os conflitos podiam ter origem até mesmo em simples disputas sobre divisas dos engenhos: "o capitão-general Franca e Horta ordena ao capitão-mor prender o capitão Pedro Gonçalves Meira, o tenente José de Barros Penteado e o Alferes Manuel Novaes. Pedro Gonçalves teve uma desavença com José de Barros Penteado e Manuel Novaes, proveniente de um caminho que passava em suas terras e de que Barros Penteado e Novaes se utilizavam..." (NARDY FILHO, Francisco, A cidade de Itu, volume 4, São Paulo, 1951, p. 77).

exigências familiares.

Na verdade, o casamento de filhos de famílias abastadas não era nada simples. Cada cônjuge tinha por trás de si uma ampla carga de responsabilidades, sobre as quais devia prestar contas à sua família. Carregava consigo um patrimônio econômico, político e social, herdado dos pais, e que não poderia ser dispersado, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio. Assim, um casamento poderia significar o reforço de uma aliança política ou econômica, ou mesmo a criação de uma nova aliança.

Um típico exemplo de arranjos matrimoniais planejados foram os efetuados por Antônio de Barros Penteado, próspero senhor de engenho ituano. Uma de suas filhas, Ana Joaquina, casou-se com João Xavier da Costa Aguiar, membro de influente clã santista, e que era o correspondente comercial de seu sogro. Outra filha de Antônio, Maria, foi casada com o senador e conselheiro do Império Francisco de Paula Sousa e Mello, ituano com livre trânsito nos meios políticos da Corte. Três outras filhas do mesmo Antônio contraíram matrimônio com figuras de vulto: Angela, com José Manuel de Mesquita, um dos maiores negociantes de escravos do Oeste Paulista; Escolástica, com o ouvidor português Miguel de Azevedo Veiga; e Genebra, com o todo poderoso brigadeiro Luís Antônio de Sousa e, em segundas núpcias, com José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre e Presidente da Província.

Antônio de Barros Penteado teve ainda quatro filhos homens. Destes três - Bento, futuro Barão de Itu, Antônio, futuro Barão de Piracicaba, e Francisco Xavier - casaram-se com as irmãs do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Embora este exemplo seja um caso extremo, é interessante observar como os casamentos foram arranjados de modo a criar uma ampla rede de alianças com famílias ocupadas nos mais diversos setores de atividade: tráfico de escravos, açúcar, justiça, gado, comércio e política.

A seleção dos cônjuges faria parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando a estruturação de uma rede de relações familiares complementares às relações de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso sócio-econômico da família.

As peculiaridades que caracterizaram o avanço da Frente Agrícola em direção ao Oeste deixaram suas marcas na constituição das redes familiares de consanguinidade. Ao optarem por desbravar e fundar suas novas lavouras em pleno sertão, já na década de 1840, na região onde hoje temos a cidade de Jaú, os irmãos Vicente, Francisco de Paula, Lourenço e João de Almeida Prado estavam na realidade restringindo o mercado nupcial que teriam à disposição para seus filhos. Instalados em área, então ralamente povoada e de difícil acesso, os quatro irmãos foram impelidos a unir seus filhos entre si. Assim, cinco dos seis filhos de Vicente, dez dos quinze de Francisco de Paula, cindo dos dez

de Lourenço e sete dos treze de João são casados entre si, ou com seus sobrinhos. Os filhos restantes, numa tentativa de evitar o celibato, são levados ao altar junto a indivíduos de menor estrato social, que ali também haviam se estabelecido, à procura da fortuna.

Se semelhante caso ilustra que o local de residência podia incrementar a percentagem de casamentos consanguíneos, é óbvio também que tal tipo de matrimônio somente podia se tornar realidade caso houvesse primos disponíveis nas redondezas. O exemplo dos irmãos Almeida Prado mostra que, esgotadas todas as possibilidades de união entre primos e, na falta de uma elite local já constituída, apelava-se para famílias então recém-instaladas, que estavam começando a ascender socialmente.

Quanto às famílias sitas nas zonas de mais antiga ocupação, tal como Itu, Jundiaí, Porto Feliz, Moji Mirim e Campinas, a oferta de cônjuges mostrava-se mais ampla. Podia-se optar a nível muito mais diversificado, pois ali era possível o convívio social mais rotineiro, por ocasião das missas, festas, casamentos, ou mesmo simples idas às vilas, convívio este mais difícil nas áreas de quase puro sertão. Na região então conhecida como "boca do sertão" - Araraquara, Jaú, Botucatu, Brotas, Rio Claro, Limeira, entre outras - os antigos laços de solidariedade intra e inter famílias permaneciam, mas sob forma atenuada, por imposição do aumento das distâncias físicas para com os antigos núcleos urbanos, onde permanecera boa parte da família.

Os laços de amizade e solidariedade, reforçados nos contatos cotidianos nas vilas de origem, são virtualmente mais espaçados no tempo quando os indivíduos migram para o Oeste. Assim, podemos supor que os irmãos Almeida Prado, instalados na nova região de Jaú, mantinham contatos frequentes com seus pais, irmãos e parentes que permaneceram a Leste. Todavia, a distância de aproximadamente duzentos quilômetros que separava Jaú de Itu nos permite dizer que este contato somente seria feito dentro de certos intervalos, o que a médio prazo - até o final do século XIX - levou a um relativo afastamento dos ramos da família instalados nas respectivas vilas. "A parentela de um indivíduo não é estática; pelo contrário, ela pode crescer pelo contato pessoal com novos membros da parentela, ou encolher pela falta de informação ou perda de contato" (3).

Sendo os laços com as famílias distendidos no tempo e na distância, inevitavelmente os migrantes se viam instados a criar novos laços com famílias locais, por força da contingência do novo convívio cotidiano que se instaurara.

Além do alargamento dos laços de parentesco, a migração para o Oeste causou também um alongamento das

---

(3) LOMNITZ, Larissa A. and PÉREZ Lizan, Marisol, "The history of a mexican urban family" in Journal of Family History - studies in family, kinship and demography, 3(4):392-409, winter 1978, p.404.

distâncias para com o porto de Santos, principal exportador dos gêneros agrícolas produzidos no Oeste. Embora a migração para o Oeste e a consequente ereção de novas vilas tenha sido fruto da expansão da lavoura comercial, sabemos que vilas como Jaú, a tão longas distâncias, encontravam dificuldades para escoar seus produtos, dificuldades estas sanadas somente posteriormente, com a chegada das ferrovias à região
(4).

Já os centros urbanos mais antigos do Oeste, tais como Itu, Jundiaí e Moji Mirim, apresentavam, graças a seu povoamento mais denso e maior proximidade dos demais núcleos urbanos paulistas, maior e mais rica oferta de cônjuges da elite. Diante dessa diversidade de opções conjugais, havia margem para uma escolha mais criteriosa, voltada para a consolidação de uma união de interesses. O já citado Antônio de Barros Penteado, morador em Itu, teve três de seus filhos homens casados com três irmãs do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar: Bento e Antônio celebraram suas

---

(4) Jaú subsistiu até a chegada da ferrovia com um fraco comércio de fumo, criação de porcos e gado; depois, passou a crescer vertiginosamente com a introdução da ferrovia e consequente facilitamento do transporte ao porto de Santos, permitindo a implantação em larga escala da lavoura de café. O povoamento do sertão, no período imediatamente anterior às ferrovias, não foi somente orientado pela premência em expandir as lavouras comerciais, mas também pela efetiva impossibilidade de muitos indivíduos se instalarem nas antigas zonas de povoamento. Tal como Jaú, muitas vilas criadas em nossa época precisaram aguardar condições propícias para crescer.

núpcias em 1819, enquanto para Francisco Xavier a cerimônia foi em 1827. Este último, após posteriormente enviuvar, contraiu matrimônio com sua cunhada, irmã de sua falecida esposa. A fórmula de casamentos em série com membros de uma mesma família não relacionada por consanguinidade resultava na consumação de uma aliança entre dois grupos, Barros Penteado e Tobias de Aguiar.

Casos semelhantes foram identificados diversas vezes. Classificamo-as em duas categorias distintas, a das trocas matrimoniais unilaterais e bilaterais. Trocas unilaterais são aquelas em que dois ou mais irmãos casavam-se com duas ou mais irmãs. Um lado cedia apenas os homens, o outro somente as mulheres. Por seu turno, as trocas bilaterais são aquelas em que havia reciprocidade: um homem e uma mulher, irmãos entre si, casavam-se, respectivamente, com uma mulher e um homem igualmente irmãos entre si.

As trocas unilaterais caracterizavam-se geralmente pelo casamento simultâneo de dois ou mais casais. A princípio, pensamos que esta simultaneidade significaria que as cerimônicas eram realizadas no mesmo dia, juntas, talvez com o propósito de economizar as despesas e de tornar óbvia a união duplamente reforçada de duas famílias. O cronista Nardy afirma, no entanto, que não era costume o casamento de duas irmãs na mesma cerimônia:

"Naquele tempo antigo (...), quando duas irmãs estavam com seus casamentos contratados, e desejando a

família aproveitar para ambas uma só festa, uma casava-se na igreja, com o aparato que descrevemos, outra em oratório particular, ou seja em casa, depois da meia-noite. Quando duas irmãs casavam-se no mesmo dia, uma será infeliz - assim diziam..." (5).

Deste modo - evitando o dia comum - devem ter se casado em 1845 os irmãos Lourenço e João de Almeida Prado com as irmãs Francisca e Carolina; as irmãs Gertrudes e Tereza de Almeida Prado, em 1846, com os irmão Vicente e José; os irmãos Antônio e Gertrudes Leite da Silva, em 1789, com os irmãos Maria e João Leite, numa das raras trocas bilaterais com casamentos simultâneos.

A troca unilateral ocorria quase sempre entre indivíduos da mesma geração, e algumas vezes entre primos; estas, quando ocorriam, tendiam a ser casos extremos, causados principalmente por questões de isolamento geográfico. O exemplo dos irmãos Almeida Prado instalados em Jaú tipifica claramente esta possibilidade. Vicente de Almeida Prado casou seus filhos com as filhas de seu irmão João: João com Ana Brandina (primeiras núpcias) e com Francisca Eufrosina (segundas núpcias); Francisco em segundas núpcias com Carolina, Luciano com Alda Brandina, Lourenço com Escolástica, e José com sua sobrinha Antônia, filha do casal Francisco e Carolina.

---

(5) NARDY FILHO, Francisco, "Casamentos". O Estado de São Paulo, 16/02/1950, p. 3.

Opostamente, as trocas bilaterais marcavam-se por quase nunca ocorrer em mesma data. Aparentemente, estas uniões tinham sentido de compensação, quando, após uma família ter "perdido" uma filha para o genro, a família deste "retribuía", oferecendo uma filha para ser nora na outra família. Essa noção de retribuição abrangia inclusive o dote de ambas as moças, no mesmo sentido que observou Alida Metcalf ao analisar as famílias de proprietários de Santana do Parnaíba, quando os rapazes não recebiam os dotes de suas respectivas esposas, que eram "compensados" verbalmente, um pelo outro (6).

Os casamentos bilaterais eram igualmente usuais, e em geral ocorriam entre indivíduos não consanguíneos entre si. Assim, os irmãos Lourenço e Isabel de Almeida Prado casaram-se, respectivamente em 1818 e 1828, com os irmãos Matilde e Francisco Sampaio. De modo idêntico, os irmãos José e Ana de Almeida Prado casaram-se em 1823 (ele) e entre 1818-1822 (ela) com os irmãos Escolástica e Fernando Leite, e os irmãos Antônio e Gertrudes Leite da Silva casam na data comum de 1789 com os irmãos Maria e João Rodrigues Leite.

Quer fossem as trocas unilaterais ou bilaterais, eram prática relativamente frequente entre as famílias de elite. Eram vistas como instrumentos úteis e eficazes à

---

(6) METCALF, Alida C., Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820. The University of Texas at Austin, may 1983, p. 107 e segs.

consolidação de alianças, principalmente quando os lados interessados não eram relacionados por consanguinidade (7). O sistema de trocas matrimoniais poderia ser uma tentativa de reforço das alianças com famílias estranhas, o que já não seria preciso quando se tratava de primos, pois o laço de sangue preexistia.

Resta difícil, no entanto, desvendar o porque de se escolher esta ou aquela família para a promoção de casamentos. Laços de compadrio talvez ensejassem trocas, bem como os laços de vizinhança. Contatos comerciais reconhecidamente provocaram uniões conjugais, como no citado exemplo de Antônio de Barros Penteado e seus filhos. Buscava-se constituir uniões com indivíduos relacionados ao grande comércio exportador, ao tráfico de escravos, enfim, à elite política e econômica regional.

Do correto direcionamento das opções conjugais dos jovens dependeria, em grande parte, o sucesso econômico e social dos mesmos. O casamento era por excelência um meio extremamente eficiente para direcionar o jovem casal ao caminho do enriquecimento, desde que fosse promovido dentro de certos padrões.

Entre os meios mais bem cotados de se contrair um bom matrimônio estava voltar os olhos para algum parente em até sexto grau de consanguinidade, justamente aqueles que a

---

(7) Muito provavelmente os laços de compadrio estivessem relacionados à prática de trocas unilaterais e bilaterais, e seria necessária uma profunda pesquisa nesse sentido.

legislação canônica vetava. Perfazendo 44.4% do total de cônjuges, os consanguíneos constituíam um blo o notável e atraente no panorama de opção conjugal, pois possuíam dois bons trunfos: a fortuna e o sangue, que assim não se dispersavam.

A escolha de consanguíneos não estava intensamente relacionada à prática de trocas matrimoniais unilaterais e bilaterais, a não ser em casos extremos. Via-de-regra, o primo era escolhido como cônjuge numa união simples, sem qualquer espécie de troca. Em situações de maior liberdade de escolha, as trocas podiam ser substituídas por formas de alianças mais ambiciosas, envolvendo primos. Foi assim que se casaram os filhos de Antônio Correa de Moraes Leite, senhor de engenho de Porto Feliz: dentre seus diversos filhos, Joaquim casou-se com uma filha de seu tio Antônio, Isabel com um filho de sua tia Maria, Antônio com a filha de seu tio Salvador, e Gertrudes com o filho de seu tio José. Estes tios - Antônio, Maria, Salvador e José - eram irmãos entre si. Estava pois montada um imbrincada rede de consanguinidade, onde os cônjuges escolhidos eram também primos de quarto grau entre si.

Semelhante proceder visava promover uma mais estreita união entre os ramos da família, não permitindo que seus filhos se dispersassem com "estranhos", e criando um reforço na união dos cinco pais, cujos filhos foram instrumento de consolidação de um vínculo preexistente, de sangue.

O casamento a nível de elite do engenho em São Paulo fazia, portanto, parte de um quadro mais amplo, em que se buscava a construção, manutenção e transmissão de fortunas. A dinâmica específica da economia colonial escravista de exportação transformava o grande agricultor paulista em proprietário exclusivamente voltado e concentrado sobre sua atividade de produção de açúcar. Seu sucesso não poderia jamais depender apenas de seu desempenho pessoal enquanto senhor de engenho e do bom comportamento das variáveis climáticas e de mercado, mas também, e em escala não desprezível, dos frutos de seus relacionamentos comerciais, onde incluía-se o negociante de escravos, o "capitalista" fornecedor de créditos, o tropeiro e o comerciante de açúcar. Neste jogo, o parentesco - de sangue ou de compadrio - era usado como uma garantia a mais para o boa conclusão dos negócios.

Petrone demonstrou como as atividades comerciais de Antônio da Silva Prado, enquanto negociante de açúcar, estavam intimamente relacionadas a membros de sua família. Comprava açúcar de seus primos, representava os interesses de seu tio, Eleutério da Silva Prado, e era socorrido habitualmente em seus apertos por outro tio, o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão (8).

---

(8) Vide PETRONE, Maria Thereza S., "Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829)" in Revista de História, São Paulo, 36 (n.73), jan-mar 1968 (1a. parte); ibid, 37 (n.76), out-dez 1968 (2a. parte); ibid, 39 (n.79), jul-set 1969 (3a. parte).

Os casamentos ocorriam portanto dentro de duas estratégias principais. Uma, voltada para o viés da união sanguínea, unindo primos de quarto grau preferentemente. Outra, interessada em alianças economicamente vantajosas, unindo filhos de poderosos. Estas opções, no entanto, eram balizadas por um parâmetro fundamental: o cônjuge selecionado deveria advir de meio sócio-econômico semelhante ao de seus sogros. A endogamia social era, assim, critério essencial na escolha conjugal.

Nem sempre, todavia, era possível acertar um matrimônio com um cônjuge ideal. Frequentemente surgiam casos de casamentos com indivíduos de condição social inferior. À indesejada ascendência do sangue africano podia-se fazer vistas grossas, tratando por brancos, indivíduos que evidentemente não o eram (9). Uma simples observação em antigas fotos de barões do Império, filhos ou netos de nossos senhores de engenho, deixa transparecer evidências de certa ascendência miscigenada.

Mas é certo que não havia cônjuges em abundância naquela terra de engenhos. Muitas vezes, não mais havia disponibilidade, para fins matrimoniais, de primos ou membros de influentes famílias locais. Quando isto ocorria, e ocorria frequentemente, era preciso recorrer a indivíduos vindos de fora, migrantes em busca da riqueza do Oeste.

---

(9) "Ser 'branco' necessariamente não significava um descendente de europeu apenas, pois a cor não estava associada apenas à pigmentação da pele. Em muitos dos

---

casos, o 'branco' é o proprietário, o homem importante da localidade, o senhor de escravos e exportador de sua produção, aquele que pertence à categoria dos letrados ou do clero, mesmo tendo evidentes misturas de sangue com o índio ou com o africano. Em outras palavras, o registro da cor era um dos divisores entre dominantes e dominados: de um lado, o 'branco' dominador, e de outro, os pardos, pretos, índios associados aos pobres, oprimidos, vadios, sem patrimônio, sem terras, sem escravos" (MARCILIO, Caiçara..., p. 97-98).

CAPÍTULO 6 - GEOGRAFIA DO MERCADO NUPCIAL

A escolha do cônjuge necessariamente sofria a influência de, não somente um único fator isolado qualquer, mas sim de todo um grande espectro de fatores a se interagirem mutuamente. Embora possamos reconhecer diversos desses fatores, a singularidade de cada caso torna complexa e difícil a tarefa de estabelecer um padrão comum a todos os atos envolvidos na opção conjugal. portanto, que a decisão de escolha de cônjuges comportava incontáveis variantes, com seus pesos também diversificados, que impossibilitam uma generalização.

Podemos, não obstante, mapear com precisão os principais mecanismos do processo de escolha conjugal, definindo quais eram os limites de ação para cada família no contexto do mercado nupcial. Para tanto, iremos analisar a origem geográfica dos cônjuges que se uniam aos filhos de nossos grandes proprietários, de modo a identificar quais os limites estruturais do mercado nupcial de cada vila que,

ao serem rompidos, forçavam as famílias a aceitar cônjuges não pertencentes à mesma região ou ao mesmo estrato social.

Indiretamente, ao especificar a origem geográfica dos noivos, estamos identificando quais foram as prováveis principais correntes migratórias que engrossaram o processo de ocupação do "hinterland" paulista. O conhecimento dessas correntes, por fim, possibilita discutir se houve aporte de capital provindo de fora do Oeste Paulista, colaborando para o enriquecimento da recém-nascida elite local.

O campo de oferta e procura de cônjuges era diferenciado em dois grandes grupos. De um lado, tínhamos aquele constituído pelos cônjuges relacionados por laços de consanguinidade e, de outro, aquele formado por cônjuges não assim relacionados (1).

A origem geográfica, a naturalidade dos cônjuges constituintes de cada um desses grupos era diferenciada. Os indivíduos consanguíneos tendiam a se concentrar numa mesma vila, originando assim casamentos geograficamente endogâmicos. Quanto aos cônjuges não aparentados por sangue, tendiam, como veremos a seguir, a se distribuir mais uniformemente pelas vilas e regiões circunvizinhas, dando uma certa representatividade ao matrimônio geograficamente exogâmico.

---

(1) Deixamos novamente de lado um possível terceiro grupo, constituído pelos cônjuges afins - compadres - por não possuirmos dados para analisá-lo. Sua inclusão em pesquisa posterior seria de grande interesse.

As uniões conjugais eram socialmente homogêneas se observadas sob o prisma das fortunas familiares. O fato de a maioria absoluta de nossas famílias de elite terem sido identificadas na Genealogia Paulistana de Silva Leme, o uso generalizado de títulos militares e nobiliárquicos, a atividade econômica quase exclusiva em torno da produção do açúcar, são sintomas de que todas nossas famílias compartilhavam do mesmo status social, no ápice da sociedade paulista de então.

Ora, quanto mais rica e poderosa era uma pessoa, menores oportunidades ela tinha de encontrar nas redondezas um cônjuge de mesmo padrão social. Na Europa, a alta nobreza comumente cruzava fronteiras nacionais em busca de bons cônjuges. Da mesma forma, nossos senhores de engenho podiam facilmente encontrar restrito o mercado nupcial em suas vilas, ou mesmo esgotado, seja pela falta de parceiros em idade próxima, seja pelas rivalidades políticas que vetavam a união entre determinados grupos (2). Nesses casos, as opções eram poucas: busca em mercados nupciais externos - seja de outra vila, ou mesmo de outra capitania - , excesso de casamentos em graus de consanguinidade elevados, ou aumento na proporção de celibatários (3).

---

(2) "Se, no interior da comunidade de habitantes, nenhum cônjuge do mesmo estrato sócio-econômico está disponível, será preciso procurá-lo no exterior da própria comunidade." (COLLOMP, A., "Alliance et filiation en Haute Provence au XVIIIe. siecle" in Annales ESC, 32(3):445-477, mai-juin 1977, p.464).

Entretanto, esta conjunção de casamento e origem externa do cônjuge deve ser analisada com alguns cuidados. Sendo o Oeste Paulista, neste momento, um centro de profunda atração migratória, é preciso não se iludir na análise de tais fatos. Se a região estava a atrair indivíduos e famílias inteiras para o desbravamento de seus sertões, a união conjugal de dois jovens naturais de localidades próximas ou afastadas podia ser consequência primeira da migração, e não de um alargamento do mercado nupcial. Dito em outras palavras, um jovem oriundo da cidade de São Paulo poderia contrair matrimônio com uma jovem ituana não pelo fato de suas famílias procurarem parceiros em São Paulo ou Itu, mas sim pelo fato de este jovem já ter migrado para Itu e, aí então, ter conseguido encontrar uma noiva.

Diante dessas possibilidades, seria preciso desvendar se efetivamente houve uma expansão geográfica do

---

(3) Esta última opção sendo muito verificada, a se considerar os altos índices de celibato definitivo da população livre de toda a Capitania de São Paulo, conforme verificação de Marcílio:

Frequência do celibato definitivo (aos 50 anos) da população livre

Anos	Sexo Masculino (%)	Sexo Feminino (%)
1798	29.8	38.3
1808	11.1	24.7
1818	12.7	21.2
1828	8.8	20.3

(MARCÍLIO, Crescimento..., p. 157)

mercado nupcial, às voltas com problemas para a obtenção de cônjuges, ou se a ocorrência da migração para o Oeste é que trouxe indivíduos para dentro dos restritos porém receptivos mercados nupciais locais.

Tabela 20 - Local de nascimento dos cônjuges das famílias de grandes proprietários do Oeste, 1765-1836.

Local	Homens		Mulheres	%	Total	%
Itu	74	35.1	95	45.8	169	40.4
Porto Feliz	33	15.6	31	14.9	64	15.3
Campinas	11	5.2	13	6.3	24	5.8
Jundiaí	10	4.7	7	3.4	17	4.1
Moji Mirim	6	2.9	1	0.5	7	1.7
Piracicaba	2	0.9			2	0.5
Franca	1	0.5			1	0.2
Sub-total OESTE	137	64.9	147	70.9	284	68.0
São Paulo	7	3.3	13	6.3	20	4.8
Sorocaba	5	2.4	11	5.3	16	3.8
Parnaíba	6	2.9	8	3.9	14	3.4
Cotia	7	3.3	2	1.0	9	2.2
São Roque	1	0.5	6	2.9	7	1.7
Atibaia	1	0.5	3	1.4	4	1.0
Santos	2	0.9	1	0.5	3	0.7
Moji Guaçu	2	0.9			2	0.5
Juqueri			1	0.5	1	0.2
Moji das Cruzes			1	0.5	1	0.2
Bragança	1	0.5			1	0.2
Castro			1	0.5	1	0.2
Guaratinguetá	1	0.5			1	0.2
Minas Gerais	25	11.8	11	5.3	36	8.6
Portugal	14	6.6			14	3.4
Goiás			2	1.0	2	0.5
Açores	1	0.5			1	0.2
Suécia	1	0.5			1	0.2
TOTAL	211	100.0	207	100.0		

Dentre os casais reconstituídos, 68.0% dos homens e mulheres nasceram no próprio Oeste, e os demais, em localidades vizinhas, em outras capitanias ou mesmo no Exterior (4). Todavia, grande parte dessa parcela de 68.0% não era constituída por migrantes internos ao Oeste, mas sim por homens e mulheres que permaneceram toda sua vida fixos numa mesma vila. A percentagem dos que jamais saíram de suas vilas de nascimento varia, conforme a Tabela 22, desde os 64.6% na vila de Itu até os 100.0% de Campinas, índices simultaneamente elevados e diferenciados de vila para vila.

---

(4) A maioria dos migrantes vindos de fora da região Oeste efetivaram seus matrimônios já no Oeste, como o comprova os raros casamentos realizados em paróquia não pertencente à região:

Sorocaba	7	casamentos
São Paulo	3	"
Parnaíba	3	"
Cotia	1	"
São Roque	1	"
Moji das Cruzes	1	"
Minas Gerais	1	"
Rio de Janeiro	1	"
Total	18	"

Tabela 21 - Local de residência das famílias de elite do Oeste, 1765-1836.

Vila	B	C	D	E	T	
Itu	140	13	11	2	83	166	34.2
Campinas	88	9	3	2	53	102	21.0
Porto Feliz	84	9	7	1	51	101	20.8
Moji Mirim	42	2	5		23	49	10.1
Jundiaí	38	2	2		21	42	8.7
Franca	12				6	12	2.5
Piracicaba	8		1		4	9	1.9
Capivari	2		2		1	4	0.8
Total	414	35	31	5	242	485	100.0

A - Homens e mulheres casados.
B - Cônjuges em segundas núpcias.
C Solteiros e viúvos.
D - Clérigos.
E Total de fichas de famílias reconstituídas.
T Total de indivíduos.

Tabela 22 Percentagem de indivíduos que permaneceram casados na vila em que nasceram.

Vila	%
Itu	64.6
Campinas	100.0
Jundiaí	87.5
Porto Feliz	84.7

Esta variação no índice dos não-migrantes está diretamente relacionada à oferta de terras consideradas boas para a grande lavoura. Com raras excessões, não se migra de vila economicamente próspera, farta de terras cultiváveis. Não se deixava Campinas, pois ali havia ainda relativa abundância de terras férteis e pouco exploradas, visto terem

sido amplamente desbravadas e ocupadas somente a partir do final do século XVIII (5). Inversamente, havia bons motivos para, desde o mesmo momento, se abandonar a vila de Itu, onde já então começava a faltar terra tanto na qualidade quanto na quantidade.

Também relacionada à terra, e igualmente influenciando o deslocamento populacional, havia o sério problema da falta de lenha para as fornalhas dos engenhos. Em áreas de mais antiga ocupação - Itu, Jundiaí - a falta de madeira para combustão, já no início do século XIX, era notória (6).

Excetuando-se Campinas, que durante algum tempo atuou exclusivamente como um grande centro de atração imigratória, e portanto afastado da frente colonizatória

---

(5) Saint-Hilaire notou que a descoberta da real fertilidade do solo campineiro foi relativamente tardia, datando de fins do século XVIII, somente então atraindo os interesses da grande lavoura (op. cit, p. 109).

(6) "Apesar das grandes matas existentes em São Paulo, ainda até o fim do ciclo do açúcar, desde cedo, o governo e os habitantes começaram a preocupar-se com o desaparecimento das mesmas devido às constantes derrubadas para se obterem novas terras de cultura e lenha para as fornalhas". Deste modo, "a falta de lenha (...) foi uma das causas de penetração para o interior, à procura de terras com abundância de matas. A falta de lenha também pode explicar por que em algumas áreas o fazendeiro abandonou com tanta rapidez a cultura de cana pela do café" (PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 80 e 82). Como relatou uma anônimo contemporâneo, "...suas Fornalhas são das mais antigas e prejudiciaes em razão da grande porção de lenha que consome annualmente para a factura das Safras o que se torna hú dos maiores trabalhos das Fabricas a grande destruição dos mattos e das terras..." (Nota 1, constante do Mapa Estatístico da 6a. Cia. de Ordenanças da Lista Nominativa de Itu, ano de 1825).

(7), as demais vilas do Oeste firmaram-se como centros de expulsão de habitantes. Itu, Porto Feliz e Jundiaí foram mais generosas em ceder seus filhos para a formação de novas povoações. Curioso observar, no entanto, que cada uma dessas vilas cedia preferencialmente determinadas áreas, em detrimento de outras. Itu, núcleo primeiro do Oeste, participou do movimento com contingentes substancialmente mais volumosos que seus vizinhos.

Feliz, Jundiaí, Piracicaba e Moji Mirim. Já os naturais de Porto Feliz foram encontrados em Campinas, Moji Piracicaba, mas não em Jundiaí ou Itu. Enfim, os nativos de Jundiaí foram localizados residindo em Itu e Campinas, mas não em Porto Feliz, Moji Mirim ou Piracicaba.

O objetivo dos migrantes de então era sempre a terra. Terra progressivamente mais valorizada, cobiçada disputada justamente por estes proprietários atuantes no grande mercado exportador. No ciclo de vida de um casal, fundamental para a sua estabilização econômica, mas podia facilmente ser submetido às regras da aquisição de terras. Numa sociedade eminentemente agrária, viver sem terras era muito difícil; quanto a viver sem esposa, era algo extremamente complexo para um simples

---

(7) O povoamento mais recente de Campinas, aliado à muito maior fertilidade de suas terras, transformou-a numa excessão diante do progressivo quadro de decadência do núcleo histórico do Oeste Paulista, delimitado pelas vilas de Itu, Porto Feliz, Jundiaí e Moji Mirim.

roceiro ou lavrador (8), mas consideravelmente mais aceitável para o grande proprietário, que tinha a possibilidade de transferir as fainas femininas para escravos domésticos.

No ciclo de vida de um indivíduo pertencente ao grupo dos grandes proprietários, a aquisição de terras precedia ao matrimônio. No que tange à vida dos jovens recém-saídos do lar paterno, o período compreendido entre esse momento e o de matrimônio, efetivado alguns anos após, era devotado à constituição de um pecúlio - em escravos e em terras - destinado ao sustento de um novo lar. A propriedade rural viria portanto a ser obtida, seja qual for o meio, logo após o rapaz deixar o domicílio paterno, e talvez mesmo após se deslocar, ainda solteiro, para áreas com disponibilidade de bons solos.

---

(8) A dificuldade em se viver solitariamente se evidenciava por ocasião da morte de um cônjuge: "A morte do adulto criava rupturas e problemas para a sobrevivência do grupo doméstico. Ela poderia romper o equilíbrio da família, causar danos difíceis de serem contornados, levar à miséria ou ao desamparo os sobreviventes." (MARCÍLIO, Caiçara..., p. 199). Entre nossos grandes proprietários, o recasamento dos homens era usual, mas para as mulheres era mais raro, mas não incomum, como o atesta o caso de Maria Ângela Teixeira, Genebra de Barros Leite, Ana Joaquina da Silva Prado, Maria Dias Ferraz do Amaral e outras nove mulheres.

Tabela 23 - Local de celebração dos casamentos (a)

Vila de nascimento...	Local de residência do casal: Na própria paróquia	%	Em paróquia de fora	%	Total	%
dele	4	3.6	1	0.9	5	4.5
dela	20	17.9	23	20.5	43	38.4
de ambos	38	33.9	11	9.8	49	43.7
nenhum	8	7.1	7	6.3	15	13.4
Total	70		42		112	

(a) Cálculos baseados nas fichas de reconstituição que dispunham de informações referentes ao local de casamento, residência e nascimento dos cônjuges.

O deslocamento em busca de terras poderia coincidir com a procura de um cônjuge. Os dados da Tabela 23 indicam que quase nunca o casamento era promovido na a não ser que ela fosse a mesma que a da noiva (43.7%). A preferência voltava-se nitidamente para o casamento na paróquia da noiva, onde a seguir o casal tendia a se fixar (9). No entanto, os dados fornecidos pelas fichas de reconstituição de famílias não são inteiramente esclarecedores. ter ocorrido casos de indivíduos que não se casaram na paróquia

(9) A preferência pelo casamento na paroquia da noiva também se fazia presente na Europa do Antigo Regime, onde "...tinha-se em geral o hábito de celebrar o casamento na paróquia da noiva..." (DUPAQUIER, Jacques, "Demografia histórica e história social" in MARCILIO, População e sociedade..., p. 34). Mas, como adverte Lebrun, "...não era uma obrigação, e nem sempre era observado..." (LEBRUN, "Atitudes..., p. 177).

em que nasceram, mas sim naquela em que estivessem residindo já há algum tempo, constituíndo assim uma situação que nossas fontes somente podem captar como "casando em paróquia de fora".

Mesmo assim, a predominância de casamento e residência na paróquia da mulher veio a confirmar, novamente, as observações colhidas quando da análise da idade média ao primeiro casamento e a idade média ao deixar o fogo paterno: os filhos homens saiam do lar paterno bem anteriormente ao casamento, solteiros portanto, e instalavam-se em um novo domicílio, que podia ou não ser na mesma vila. Saíam para iniciar suas vidas independentes, seja movidos por seus incipientes negócios pessoais ou pela necessidade de se instalar em sua própria terra, acabando muitas vezes por se fixarem numa localidade onde, mais tarde, arranjariam uma noiva (10).

Esses jovens migrantes teriam seus pontos de origem - no caso da migração interna ao espaço do Oeste - nas vilas de mais antiga ocupação, a leste. No amplo espaço do Oeste Paulista, Itu não constituía primordialmente um pólo de atração migratória, mas sim de repulsão. A presença

---

(10) Estas conclusões ganham força pelo fato de que não nos foi possível distinguir paróquias que desfrutassem da preferência como local para celebração de casamentos, configurando alguma espécie de atração religiosa. A única fuga à regra consistiu na vila de Jundiaí, onde houve a celebração de apenas um matrimônio, apesar de nela terem sido acompanhados dezenove casais. A opção pelas paróquias relacionava-se, portanto, no mais das vezes, ao processo de aquisição da terra e de escolha do cônjuge.

maciça de ituanos em todo o Oeste - 40.4% - era notável, conforme nos mostrou a Tabela 20.

A posição de destaque de Itu no contexto migratório da elite se deveu ao fato de ela ter sido, no período que nos interessa, a vila de maior população em todo o Oeste e, por conseqüência, a de maior elite em termos numéricos. Por outro lado, o pioneirismo de Itu manteve-a na dianteira da produção açucareira do Oeste somente até o início do século XIX, quando a vila começou a entrar em decadência frente à concorrência de Campinas e das novas vilas rumo ao sertão. A partir de então, Itu passou a expulsar seus habitantes em número elevado, e os filhos de seus grandes proprietários estavam entre aqueles que buscavam nova vida a Oeste.

Jundiaí, Moji Mirim e Porto Feliz, embora igualmente antigas no contexto histórico regional, eram vilas que estavam em aparente melhor situação agrária, pois conseguiam ainda atrair imigrantes, concomitantemente à expulsão de alguns filhos de seus proprietários. Campinas, com suas terras ricas e jovens, atraía novos povoadores. Piracicaba também se encontrava na mesma situação, atraindo imigrantes e senhores de engenho, muitos dos quais se mantinham absenteístas (11), num claro sintoma de que já se

---

(11) Alguns dos principais proprietários absenteístas, e seus locais de residência, foram:
- Brigadeiro Luis Antônio de Souza, São Paulo;
- Francisco Inácio de Souza Queiróz, São Paulo;
- José da Costa Carvalho, São Paulo;

especulava com terras. Piracicaba foi o primeiro local do Oeste em que esta especulação ocorreu, e as primeiras grandes fortunas a nível do Oeste ali surgiram, através da concentração de vastas propriedades nas mãos de proprietários que residiam em São Paulo, Campinas e Itu.

Por fim, temos Franca, visivelmente isolada do todo homogêneo constituído pelas demais vilas: não cultivava a cana-de-açúcar, mas sim cereais e derivados do leite; não fornecia migrantes, mas os atraía do decadente sul mineiro (12).

O deslocamento geográfico dos filhos de nossa elite efetuava-se a curtas distâncias. Alongava-se, entretanto, à medida em que a Frente Pioneira se expandia pelas terras incultas do extremo Oeste. Já em 1855, por

---

- Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, São Paulo;
- Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, São Paulo;
- Bento Paes de Barros, Itu;
- Tenente Coronel José de Carvalho e Silva, Santos;
- Coronel Joaquim José dos Santos, São Paulo;
- Padre Joaquim Duarte Novais, Itu.

Outros treze proprietários absenteístas completam a lista.

(12) Dentre as inúmeras famílias mineiras que se instalam em Franca, merece destaque a família Junqueira, estudada em detalhes por BRIOSCHI, Lucila Reis, Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família no sudeste brasileiro, Tese de mestrado pela FFLCH-USP, 1985. Vide também CHIACHIRI FILHO, José, Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador, Ribeirão Preto, Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986. Mineiros migraram principalmente para Franca e Moji Mirim, mas alguns poucos se instalaram pelas demais vilas do Oeste. Em Campinas, principal polo de atração migratória do velho Oeste, encontramos, entre outros, os irmãos Felipe Neri Teixeira e Manuel Teixeira Vilella, dois poderosos senhores de engenho e oficiais das Companhias de Ordenanças.

ocasião da elaboração do segundo Cadastro de Terras da Província, diversas novas vilas haviam sido fundadas: Araraquara, Rio Claro, Limeira, Piracununga, Indaiatuba, Tietê, Botucatu, etc. Os trajetos migratórios foram se estendendo, à medida em que os antigos núcleos urbanos foram ficando distantes dos limites da zona desbravada. Paralelamente, no entanto, novos centros urbanos começaram a liberar seus habitantes, a exemplo de Piracicaba, que apresentava diversos de seus cidadãos listados em outras vilas já no Cadastro de Terras de 1855.

Outra característica dessa migração interna de membros da elite consistiu na total homogeneidade existente nas atividades econômicas das regiões que forneceram e captaram migrantes. Todas as vilas, à exceção de Franca, voltavam-se quase exclusivamente para a monocultura da cana-de-açúcar. Além disso, toda essa ampla área era permeada por uma firme lavoura de subsistência, praticada desde o grande latifundiário até o mais humilde roceiro.

Essa homogeneidade na atividade econômica era crucial para o sucesso na migração da elite no espaço interno do Oeste. Ao não se afastar, quando de seu deslocamento geográfico, da lavoura de "plantation" que já lhe era familiar, nossos homens não partiam rumo ao completo desconhecido. Sabiam, de antemão, que iriam inevitavelmente estruturar suas novas propriedades em torno de um engenho de açúcar. Ou, no caso dos filhos de senhores de engenho

migrados mais proximamente à metade do século XIX, podiam também optar pela cafeicultura.

Tornar-se senhor de engenho era a meta, enquanto única atividade realmente de grande retorno econômico. E não a temiam, pois já a haviam vivenciado nos engenhos de seus próprios pais, irmãos, primos e amigos, todo o meio social, enfim, de sua convivência diária. Se estavam em terras novas, tinham a certeza do apoio familiar pronto e imediato, pois seus laços sociais não haviam sido totalmente rompidos graças ao curto percurso de sua migração.

*

Em contrapartida à migração da elite no âmbito interno do Oeste, um fluxo contínuo de indivíduos provindos de áreas vizinhas ou mesmo afastadas desembocava por toda a região, e unia-se à elite local via matrimônio. Inversamente ao processo anterior, esses imigrantes, via-de-regra, partiam para o Oeste não familiarizados com a agro-indústria açucareira. Originários de zonas comumente decadentes, ou simplesmente pobres, ou ainda especializadas em outras atividades econômicas, não devem ter tido qualquer conhecimento prévio acerca da monocultura canavieira.

A origem desses cônjuges não naturais do Oeste era variável, podendo vir desde localidades vizinhas até da Europa. A maior proporção - 14,2% - provinha da cidade

de São Paulo e seus arredores (Parnaíba, Cotia, São Roque, Atibaia, Moji Guaçu, Juqueri, Moji das Cruzes e Bragança), área composta de diversas vilas predominantemente voltadas para a lavoura de subsistência, com a exceção da própria São Paulo, já então despontando como núcleo comercial, graças à expansão monocultora do Oeste. Devido à sua posição intermediária no percurso do açúcar para o porto de Santos, este conjunto de vilas manteve contatos contínuos com a população envolvida na produção do açúcar. Seja fornecendo alimentos, hospedando tropeiros ou intermediando na comercialização do açúcar, esta população desenvolveu profundos interesses mútuos com a do Oeste. O entrelaçamento de seus respectivos mercados nupciais foi uma materialização óbvia desses interesses em comum.

Foram também os interesses em comum que aproximaram as elites do Oeste às de Sorocaba, Castro e Santos. As duas primeiras, claramente relacionadas à comercialização do gado muar e, por conseqüência, ao transporte do açúcar até o porto de Santos. Esta última, por sua vez, comungava interesses comuns aos dos grandes senhores de engenho por realizar o escoamento de suas produções.

Minas Gerais era também um importante ponto de partida de imigrantes para o Oeste. Decadente, distante dos faustosos tempos da mineração, a região passara a liberar seus filhos para centros mais fervilhantes. Este deslocamento humano foi, todavia, longitudinalmente

restrito, alcancando, no Oeste Paulista, quase somente as vilas de Franca e Moji Mirim. Não tediam a ir mais além. Mesmo assim, estes mineiros aportaram às duas citadas vilas e logo dominaram a economia local (13).

A imigração ultramarina igualmente se fez presente. Excluidos um açoriano e um sueco, restam somente portugueses metropolitanos. Sendo todos do sexo masculino, mormente naturais de Trás-os-Montes, desembarcavam em território paulista e rumavam para o Oeste aparentemente desprovidos de vultosos capitais. Alguns, contudo, deviam dispor de algum capital, pois aplicavam-se, inicialmente e no mais das vezes, em ocupações do comércio, vendendo secos e molhados. Esse comércio exigia sempre a posse de algum capital, mas não o suficiente para se fundar um engenho. Os portugueses usavam seus negócios como um trampolim para se transformar em senhores de engenho. Além disso, o sangue luso devia gozar de muito prestígio entre a elite paulista, pois facilmente conseguiram se unir aos grandes da terra via matrimônio (14).

---

(13) Em Franca, os mineiros são os principais proprietários: Antônio Barbosa Sandoval, Francisco Antônio Diniz Junqueira, Januário José de Souza, João Francisco Diniz Junqueira e João José de Carvalho. Em Moji Mirim muitos mineiros também tornaram-se grandes proprietários, tais como Domiciano José de Souza (Freguesia de Caconde), Francisco de Assis Nogueira (Freguesia de Caconde) e José Venâncio Villas Boas (Freguesia de Casa Branca).

(14) Entre os diversos portugueses que se tornaram bem sucedidos, podemos citar: Ouvidor Antônio José de Souza (Itu), Capitão Caetano José Portela (Itu), Francisco Antônio de Souza (Porto Feliz), Capitão Francisco da Costa Alvarez (Jundiaí), Joaquim Damião Pastana (Campinas), Tenente José

Podemos caracterizar a vinda de cônjuges externos - à exceção de portugueses e mineiros - como um processo geograficamente restrito, na maior parte das vezes atraindo-os de localidades muito próximas ao Oeste: São Paulo, Sorocaba, Parnaíba, Cotia, São Roque, Atibaia.

O processo de obtenção de cônjuges, quer de fora da Capitania/Província de São Paulo, quer internamente a ela, estava inserido no movimento muito mais amplo de deslocamento populacional para povoamento das novas terras desbravadas no extremo oeste. O que movia esta população, e junto a ela os nossos homens de elite, era a busca de bons solos cultiváveis, nos quais, após adquiridos, poderia intentar criar as condições de subsistência mínimas e indispensáveis para o sustento de sua futura família.

Havia assim uma importante diferenciação no significado da migração segundo o sexo de seus integrantes. Quando eram os homens de elite que migravam, o faziam previamente ao matrimônio. Não migravam para casar, mas sim para se estabelecerem em alguma nova terra. Já para as mulheres de elite, a migração se colocava de forma diametralmente diferente. Era altamente improvável que

---

Joaquim de Sampaio (Jundiaí, Piracicaba), Capitão José Manuel de Mesquita (Itu), José Vitorino da Rocha Pinto (Itu), Sargento Mor Luís Antônio de Assunção (Porto Feliz), Capitão Mor Luís José Pereira de Queiróz (Jundiaí), Capitão Manuel Pinto Ferraz (Itu), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Piracicaba), Brigadeiro Luís Antônio de Souza (São Paulo) e Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão (São Paulo). O único estrangeiro não luso era João Ilário Grelet, sueco (ou suiço) radicado em Porto Feliz.

saíssem solitárias do domicílio paterno para experimentar a migração. Para elas, restaria somente duas opções para o deslocamento espacial: migração junto ao marido, ou junto a seus pais. A mudança de domicílio, quer acompanhada ou não pela migração, mantinha a mulher submissa ao homem através da transferência da chefia do domicílio do pai para o marido.

Assim, estivemos detidos na análise do processo de escolha conjugal entre as famílias de elite, buscando entender como a preferência por uma endogamia social e geográfica nos matrimônios era fruto de toda uma estratégia voltada para a promoção da concentração da renda, da terra e do poder. A escolha conjugal mostrou ser dirigida de modo a satisfazer interesses específicos, mas era maleável o suficiente para aceitar cônjuges que não pertencessem à elite local, recebendo os filhos de famílias dominantes de localidades não pertencentes ao Oeste. O importante era que o novo casal reunisse condições para reproduzir o status sócio-econômico paterno.

Vimos também como o deslocamento espacial dos indivíduos não era regido pela necessidade de obtenção de cônjuges, mas sim pela procura de novas terras onde pudessem se instalar, suprindo a indisponibilidade de terras nas vilas natais. Este processo de instalação dos engenhos por todo o Oeste, incorporando à monocultura da cana-de-açúcar vastas porções de terras, e tornando viável o mecanismo de

transmissão das fortunas , será o nosso próximo objeto de análise

CAPÍTULO 7 -TERRA DOS ENGENHOS

No processo de instalação de um engenho de açúcar, diversas etapas básicas deviam ser vencidas. Primeiramente, a aquisição da propriedade da terra, indicadora de qual teria sido a disponibilidade de solos cultiváveis na região, caracterizando a estrutura fundiária ali dominante e possibilitando a observação dos mecanismos de atuação da Frente Pioneira.

Uma segunda etapa corresponde ao início da instalação, da montagem da unidade de produção propriamente dita. Junto às informações sobre a ocupação dos chefes de família e o número total de escravos possuídos, indicados pelas listas nominativas, é possível a reconstituição dos processos pelos quais os indivíduos conseguiram adquirir estes engenhos, bem como o posterior desenrolar dessa sua atividade, até atingir e ultrapassar o patamar dos quarenta escravos possuídos.

Numa terceira e última etapa, temos elementos que permitem discutir aquilo que era o ponto mais importante na história de vida dos membros da elite do açúcar: o momento da sucessão, representada aqui pela transmissão concreta das terras, escravos e, principalmente, do engenho já em funcionamento, erguido pelos pais. Aqui, a questão central consiste em identificar, frente à realidade da indivisibilidade do engenho, qual dos herdeiros seria o privilegiado em herdá-lo, intacto, já em plena produção.

São estas as três indagações que orientarão a discussão neste capítulo. Iniciaremos pela análise dos mecanismos de posse e propriedade da terra, para a seguir retomarmos o debate acerca dos sistemas de herança operados entre as gerações de proprietários de engenhos.

A tradição historiográfica acerca do povoamento do Oeste Paulista após meados do século XVIII sempre procurou ressaltar que a disponibilidade, em enormes proporções, de terras devolutas, significaram o aviltamento do valor do solo durante toda a fase de expansão da Frente Pioneira. Nesse sentido, argumentava-se que aos filhos não contemplados com a herança das terras paternas sempre restaria a solução de abrir novas lavouras em terras do "sertão", em direção a oeste. Seja por meio da posse pura e simples, seja por meio da obtenção de carta de sesmaria, haveria terras para todos (1).

Semelhante argumentação não poderia ter sido aceita, tal como foi, sem uma detida investigação sobre a realidade da

conquista das terras do sertão para abertura de novas propriedades.

Tomemos inicialmente o argumento da abundância de terras no Oeste Paulista. É certo que havia extensões imensas de terras incultas, de sertão, somente aqui e acolá penetradas por alguns roceiros, em seu constante deslocar para a abertura de suas lavouras de subsistência. Em grande parte ainda habitada, exclusivamente, por populações indígenas, quase toda a capitania constituía, sem dúvida, um considerável conjunto de terras inexploradas.

Todavia, e isto é fundamental, nem toda terra pode ser considerada cultivável, tanto hoje com há duzentos anos atrás (2). Primeiramente, havia o velho e persistente problema dos meios de transporte. As tropas muares, tradicional e único meio de conduzir os gêneros da terra até os portos, eram reconhecidamente precárias para longas distâncias, principalmente para um produto sensível às chuvas, como o açúcar. Acresça-se ainda o péssimo estado de conservação das rotas e caminhos a serem percorridos, e

---

(1) Segundo Alice Canabrava, "...a demanda de terras para a apropriação por compra deve ter se mantido a níveis muito baixos, desde que terras agrícolas fecundas estavam ao alcance de qualquer lavrador." (CANABRAVA, Alice P., "A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818" in Estudos Econômicos, São Paulo, 2(6):77-129, dez. 1972, p. 108). Entendemos que os títulos registrados no Cadastro de 1818 indiciam em sentido oposto, com a clara predominância de propriedades adquiridas por compra.

(2) Embora atualmente terras consideradas fracas possam ser corrigidas com adubação química e orgânica e apresentar excelentes resultados.

temos um quadro a limitar o avanço excessivo da Frente Pioneira para o oeste, justamente o sentido oposto aos centros de consumo e exportação, próximos ao litoral (3).

Isso significa que muitas terras de excelente qualidade foram deixadas de lado devido ao efetivo problema do transporte (4). Além disso, quando as tropas conseguiam atingir determinadas regiões, restava saber se as terras ali disponíveis eram consideradas aproveitáveis. Nesta avaliação, influíam diversos preconceitos que desautorizavam o plantio em certos tipos de solo, hoje sabidamente férteis (5).

Somados, esses dois fatores constituíam uma barreira de vulto ao funcionamento do mercado de terras, elevando, portanto, o valor dos solos já ocupados e

---

(3) Estradas mal conservadas acarretavam na demora de transporte, e era usual o açúcar acabar chegando úmido a Santos: "...o único meio que ha para evitar a alteração que pela humidade se occasiona no assucar hé a conservação das estradas..." (Ofício do Governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, in Documentos Interessantes, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 44, p. 139-143).

(4) Tal como o já citado caso de Jaú, cujas terras somente foram incorporadas maciçamente à cafeicultura após terem acesso à ferrovia.

(5) Um dos motivos da demora da implantação da lavoura da cana-de-açúcar em Campinas deveu-se à crença de que suas terras não eram de valor para a agricultura. Atesta-o Saint-Hilaire, ao relatar que "...durante muito tempo acreditou-se que as terras pretas das redondezas de Itu fossem as únicas apropriadas ao cultivo da cana-de-açúcar, em toda essa parte da província. Entretanto, apesar desse conceito já muito arraigado, alguns agricultores tentaram, por volta de 1770, plantar essa gramínea em algumas terras de tom vermelho escuro pertencentes ao atual termo de Campinas." (SAINT-HILAIRE, op. cit, p.109).

explorados (6).

A primeira direção em que podemos investigar o real funcionamento do mecanismo de aquisição de terras pela elite do açúcar diz respeito aos tipos de títulos de propriedade apresentados publicamente por ocasião da elaboração dos Cadastros de Terras de 1818 e 1855. Ambos, apesar de diferirem consideravelmente entre si, indicam o modo como o proprietário de cada porção de terra a adquiriu.

Tabela 24 - Títulos das propriedades pertencentes à elite agrária de Itu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba - 1818.

Tipo de título	Número de propriedades	%
Compra	110	69.2
Herança	15	9.4
Dote/Doação	12	7.6
Sesmaria	8	5.0
Posse e compra	2	1.3
Sesmaria e compra	2	1.3
Arrematação	1	0.6
Sociedade	1	0.6
Não declarado	8	5.0
Total	159	100.0

Fonte: Cadastro de Terras de 1818.

(6) O valor das terras subiram desde inícios do século XIX, conforme constatou Elizabeth Kuznesof (op. cit, p.122), como a indiciar o dinamismo da lavoura da cana-de-açúcar, a se expandir até seus limites extremos. Também o minucioso trabalho de repartição das terras arroladas em inventários e testamentos do período atesta que seu valor monetário era já considerável.

A predominância de propriedades adquiridas por compra é majoritária, de modo surpreendente, em 1818. Mesmo em Piracicaba, vila localizada em região de então muito recente colonização, a maior parte das propriedades pertencentes aos grandes senhores de engenho também foi comprada. A importância de tal constatação é fundamental para a compreensão do processo de constituição do grupo social enfocado. Primeiro, por levantar a hipótese de que as famílias que, naquele momento, eram grandes proprietárias, não haviam herdado as terras de seus pais. Ou estes não haviam desempenhado atividades voltadas para a lavoura, ou a propriedade que haviam possuído havia sido transmitida para somente alguns dos herdeiros possíveis, deixando os demais à mercê de precisar adquirir novas terras.

Em segundo lugar, a realidade constatada indica que a terra, inclusive em Piracicaba, já era anteriormente possuída por terceiros. São indícios seguros que confirmam um dos aspectos típicos do funcionamento da Frente Pioneira. A abertura de grandes latifúndios sempre foi a parcela visível, exterior, de um amplo e complexo movimento de deslocamento populacional, que criava as reais condições para a instalação de uma estrutura de produção agrária voltada para a exportação.

O movimento de criação de latifúndios monocultores representaria uma segunda fase do processo de atuação da Frente, precedida por outra onde a terra era timidamente

ocupada por roças de subsistência, promovidas por contingentes humanos anteriormente expulsos, por força da pressão do latifúndio, das zonas de mais antigo povoamento. Longe, contudo, de negar que a lavoura de subsistência convivesse junto à lavoura de exportação (7), consideramos porém que haveria limites estruturais para a proporção de roceiros e pequenos lavradores que conseguiriam subsistir nos meandros da monocultura comercial. Inevitavelmente, uma parte desses pequenos lavradores acabava por ceder às pressões e, juntando seus poucos pertences, migrava em busca de novas terras devolutas onde pudesse continuar a abrir suas roças.

Portanto, a primeira leva da Frente Pioneira constituía-se de pequenos proprietários e roceiros, estes apenas ocupando terras devolutas, aqueles, um pouco mais abastados, talvez obtendo sesmarias. Essa primeira leva não somente criava infra-estruturas mínimas para o estabelecimento da colonização, como também serviria como indicador, para as elites agrárias, da existência de terras férteis nas áreas ocupadas.

---

(7) "A área que ela (a agricultura de subsistência) ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da 'plantation') e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias" (LINHARES, Maria Yedda, e SILVA, Francisco Carlos T., História da agricultura brasileira, combates e controvérsias, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 119).

Ao procurarmos identificar, no Cadastro de Terras de 1818, o nome dos antigos proprietários das terras adquiridas pelos senhores de engenho, observamos, na quase totalidade dos casos, não serem tais individuos pertencentes a qualquer dos troncos familiares mencionados na genealogia de Silva Leme.

Mas é inegável que esses mesmos indivíduos, donos de vasta e inexplorada propriedade, acabavam por fracioná-la em pequenas porções, que vendiam a terceiros. No Cadastro de Piracicaba de 1855, encontramos o caso típico de um antigo sesmeiro, Antônio Ferraz de Arruda, que passou adiante suas terras, vendendo-a para dez pessoas, das quais somente duas são localizadas na genealogia de Silva Leme (8). O fracionamento das propriedades rurais de Piracicaba parece ter ocorrido imediatamente antes da chegada da grande lavoura, pois os cadastros encerram uma infinidade de propriedades, pertencentes a grandes lavradores, que haviam sido montadas como uma espécie de colcha de retalhos:

"Luiz Antonio de Souza Barros, Sítio Taquaral. nas terras das Sismaria de Ignacio de Almeida Lara, Bento Leme de Oliveira. Sitio do Roceiro por compra dos herdeiros de

---

(8) Os compradores que afirmaram ter adquirido terras de Antônio Ferraz de Arruda, segundo o Cadastro de Terras de Piracicaba de 1855, são: José Leme Bicudo, Daniel Pedroso da Silva, João Rodrigues de Campos, Francisco de Assis Macedo, Inácio Barbosa de Lima, Quirubina Maria, Pedro Leme da Silva, Manuel de Camargo Ortiz, Justino Bueno de Lima e Maria Francisca. Inácio e Pedro são os únicos que constam das genealogias.

Martim Francisco, e por outro lado com Rocha Campos, Florencio e Vicente de Souza Queiroz, e mais moradores de pequenas porções de terras que tenho reunido e que estão dentro das me(didas) da mesma Sismaria" (9).

"Luiz Antonio de Souza Barros, Fazenda Lourenço, na Sismaria de Albano Leite do Canto, cujas terras são 1/3 da dita Sesmaria. A mesma Fazenda compreende ainda as terras que comprei a Joze Alvez de Castro (...), e mais compra feita por Faria a Tristão, e posses de Faria com dúvida, e rasão de questão pendente entre os herdeiros de Fonseca e Jesuino" (10).

Provavelmente a compra de terras estava vinculada a questões relacionadas à forma que tomava a partilha da propriedade fundiária paterna, quando diversos herdeiros, conforme se discutirá adiante, tinham grandes probabilidades de restar sem qualquer quinhão de terra.

---

(9) Cadastro de Terras de Piracicaba, 1855, título 44.
(10) Cadastro de Terras de Piracicaba, 1855, título 45.

Tabela 25 - Títulos das propriedades pertencentes à elite agrária no Oeste - 1855.

Tipo de título	Número de propriedades	%
Compra	78	42.6
Herança	36	19.7
Herança e compra	14	7.7
Troca	6	3.3
Arrematação	4	2.2
Posse	3	1.6
Doação	3	1.6
Sesmaria	2	1.1
Troca e compra	2	1.1
Sesmaria e posse	2	1.1
Herança e troca	1	0.5
Compra e posse	1	0.5
Não especificados	31	17.0
Total	183	100.0

Fonte: Cadastro de Terras de 1855.

Se os títulos do Cadastro de 1818 expõem uma nítida predominância de propriedades adquiridas por compra, por sua vez o Cadastro de 1855 fornece indicações no sentido de que as terras compradas já não mais ocupavam lugar de tamanho destaque. Neste ano, tal categoria de títulos caiu dos 69.2% do total de 1818 para 42.6%. São dados que vão de encontro às conclusões obtidas por Petrone, em sua tentativa de afirmar que, no decorrer do ciclo da cana-de-açúcar paulista, houve a passagem de um modelo de predominância de fazendas obtidas por posse e sesmaria para outro, de predomínio da fazenda comprada, já ao final do ciclo (11).

(11) PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 54-59.

Semelhante proposição não estaria errada, mas sim incompleta. Se observarmos mais atentamente, veremos que a fase de aparente auge das propriedades compradas não corresponderia ao final do período açucareiro paulista, mas sim à sua fase intermediária, coincidente à confecção do Cadastro de 1818 (12).

Se fosse traçado um panorama histórico do processo de aquisição da terra no Oeste Paulista, poderíamos dividi-lo em três fases distintas. A primeira fase corresponderia ao período bandeirantista, em que uma economia de subsistência dava pouco valor à terra. Abundante e pouco explorada, a terra era usualmente apossada e, eventualmente, obtida por sesmaria. A compra era rara, embora, provavelmente, existente junto aos núcleos urbanos.

Uma segunda fase corresponderia ao início do surto da monocultura da cana-de-açúcar, quando cresceram vertiginosamente os títulos de compra. Havia terra em abundância, mas a qualidade do solo, o clima, a distância geográfica e a disponibilidade de águas e matas tornava parte considerável destas terras inaproveitável. As primeiras gerações de senhores de engenho dispunham de propriedades relativamente acanhadas, um único engenho,

---

(12) Estranha-nos o fato de Petrone não utilizar os títulos de propriedade de 1855, haja vista sua proximidade temporal com a data que a própria autora estabelece como o fim do predomínio do comércio do açúcar na balança comercial paulista, 1851 (A lavoura canavieira..., p. 61).

restringindo as futuras transmissões de bens que fariam a seus filhos. Os atos de compra de terras cresceram como conseqüência dos inúmeros filhos transformados em compradores potenciais por não haverem herdado terras. De quem compravam, como compravam e com que dinheiro compravam, são questões que tentaremos responder proximamente.

A terceira fase, talvez iniciada nas proximidades da Independência, atesta o surgimento de um novo espírito entre os senhores de engenho. É o momento em que os mecanismos de concentração de terras se generalizaram. Assim, avolumou-se o número de proprietários absenteístas, fruto de uma visão empreendedora da agricultura. Fazendeiros do porte de um Nicolau Vergueiro, José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre), Bento Paes de Barros (futuro primeiro Barão de Itu), Antônio Paes de Barros (futuro Barão de Piracicaba), Antônio de Queiróz Telles (futuro Barão de Jundiaí), Joaquim Egídio de Souza Aranha (futuro Marquês de Três Rios), José Ferraz de Campos (futuro Barão de Cascalho) e muitos outros, faziam a típica imagem do proprietário capitalizado, dono de diversas fazendas, cujos interesses começavam a ultrapassar a agricultura. Donos de uma situação financeira incomparavelmente mais folgada à de seus pais ou avós, dispunham de melhores condições para legar terras a seus filhos.

O reflexo de tal realidade observa-se pelo Cadastro de 1855, onde a proporção de terras compradas

desceu para 42.6%, enquanto as terras herdadas subiram para 19.7%. Se computarmos também os casos de herança e compra (7.7%) e herança e troca (0.5%), obtemos um total de 27.9% de títulos envolvendo herança.

Tabela 26 - Títulos de todas as propriedades rurais de Campinas, 1855.

Tipo de título	Número de propriedades	%
Compra	140	37.1
Herança	81	21.5
Herança e compra	36	9.5
Posse	7	1.9
Sesmaria	6	1.6
Troca	6	1.6
Doação	6	1.6
Arrematação	5	1.3
Dote	3	0.8
Outros	7	1.9
Não especificados	80	21.2
Total	377	100.0

Fonte: Cadastro de Terras de Campinas, 1855.

Ao compararmos os dados da Tabela 25 aos referentes ao contingente total das propriedades rurais do município de Campinas, ambos do ano de 1855, ressaltou-se uma incidência maior de títulos de compra para as famílias de grandes proprietários e na sociedade campineira como um todo (13). No total, a compra tem peso um pouco maior nas

(13) Compra (37.1%) mais herança e compra (9.5%), igual a 46.6%; herança (21.5%) mais herança e compra (9.5%), igual a 31.0%.

propriedades da elite (51.9%) do que na sociedade campineira (46.6%), enquanto a herança, nas propriedades rurais de Campinas, sobrepujava as propriedades da elite (31.3% contra 27.9%). As diferenças são muito pequenas para que possamos definir uma distância entre as práticas de transmissão da terra a nível da elite agrária e de toda a sociedade de Campinas.

De qualquer maneira, o número de herdeiros e o mercado de terras eram, essencialmente, os fatores reguladores do mecanismo de transmissão da propriedade de uma geração para outra. Veja-se o exemplo de Campinas, onde em 1855 não mais havia terras devolutas cultiváveis, haja vista a ínfima percentagem de propriedades adquiridas por posse (14).

No entender de Petrone, fazendas obtidas por posse ou sesmaria deveriam predominar em índice inversamente proporcional à distância da área observada em relação aos centros urbanos mais antigos - Itu, Jundiaí, Moji Mirim (15). Seguindo tal raciocínio, as áreas próximas à Frente Pioneira deveriam assim serem caracterizadas. No entanto, o

---

(14) A concessão de sesmarias se encontrava encerrada desde 1820 (SILVA, José Graziano da, et alii, Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, 2a. ed., São Paulo, Hucitec, 1980, p. 25), e seria difícil encontrar seus proprietários originais ainda vivos em 1855. A posse, por sua vez, foi extinta com a Lei de Terras de 1850, mas quem já possuísse terras apossadas e exploradas tinha seu título registrado como originário de posse.
(15) PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 57.

Cadastro de Terras de 1818, para a vila de Piracicaba, indica uma predominância das propriedades obtidas por compra (63.6%), sugerindo que já nesta data os primitivos posseiros e sesmeiros haviam vendido suas terras aos donos de 1818 (16). Ainda em 1855, o total de propriedades compradas registradas em Piracicaba permaneceu constante (64.0%).

Havia, portanto, um mecanismo de contínua transferência da terra, obtida pioneiramente por posse e sesmaria para as mãos de agricultores mais poderosos. Regiões que, após serem desbravadas pela ocupação rarefeita de roceiros e pequenos lavradores, eram repentinamente invadidas pela leva mais rica da colonização, constituída pela grande lavoura monocultora, seriam palco de incontáveis transações de terras concentradas num curto período de tempo. Mais tarde, quando do momento de transição entre essa primeira geração de grandes lavradores e a de seus filhos, seria observado um incremento na percentagem de propriedades transmitidas por herança. A alguns filhos seria reservado o papel de substituir os pais em suas fazendas, mantendo intacta a propriedade principal, enquanto que aos demais, conforme veremos, restava a solução de adquirir alhures suas propriedades, incorporando-se ou não ao deslocamento da Frente Pioneira.

Não seria este talvez o motivo do aumento na

---

(16) PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 57.

proporção das terras herdadas em Piracicaba entre 1818 e 1855 ? Os anos próximos a 1818 não seriam, conforme também sugere Petrone (17), justamente a ocasião em que chegam a Piracicaba os primeiros grandes proprietários oriundos dos velhos núcleos urbanos a leste ? E 1855, não poderia coincidir aproximadamente com o momento de transmissão das terras para os respectivos herdeiros ? É provável. Uma análise mais detalhada dos Cadastros, junto a um melhor conhecimento do processo de criação das vilas do Oeste Paulista, poderia indubitavelmente expor com maior segurança as hipóteses que formulamos.

Em todo caso, alguns aspectos desse amplo processo de ocupação do Oeste devem ser fixados. No que diz respeito à abertura de novas fazendas, ou novos engenhos, parece ser ponto pacífico que a maior porção das mesmas advinha de compra. A herança, segunda forma de obtenção de terras, pressupunha que a geração anterior de uma família já estivesse instalada na área há algum tempo.

Se comprar era o procedimento dominante, nada mais lógico do que supor que haveria, por mais incipiente que fosse, um espaço para a negociação de terras. Era necessário, de um modo ou de outro, a preços elevados ou aviltados, comprar. Certamente alguns tipos de terra seriam mais valorizados do que outros, de acordo com os

---

(17) PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 57.

conhecimentos da época. A localização geográfica da terra, principalmente nesta fase pré-ferrovias, e a disponibilidade de recursos naturais básicos para a implantação e manutenção da monocultura da cana-de-açúcar, tal como lenha, eram de crucial importância para fornecer os parâmetros de valor:

"Alferes Joaquim Franco de Camargo - Fazenda do Morro Azul - partes compradas de Ignacio de Barcellos Leite, compra feita a Manoel Idalgo Leite, e outra por posses, um citio comprado de Raimundo de Oliveira, e um citio de Manoel Pedro Ferreira, uma parte de terras de Antonio da Fonseca Pinto, e duas cartas de meação compradas de João da Fonseca Pinto..."(18).

Assim, o processo de transmissão da propriedade fundiária era marcado, a nível doméstico, por essa realidade. O elevado número de filhos inviabilizava qualquer hipótese de partilha igualitária dos bens paternos, sob o risco de pulverização dos mesmos. Logo, o filho, ou filhos, que não herdassem especificamente terras, viam-se diante da questão da necessidade de capital, por menor que fosse, para investir na compra de novas terras. Sabemos, no entanto, que os filhos dos senhores de engenho tinham por costume sair precocemente do domicílio paterno, em data bem anterior à de seus matrimônios, com o objetivo de "ganhar a vida".

---

(18) Cadastro de Terras de Limeira, 1855, título 5.

Deixar o domicílio paterno, não importando o pretexto, levava os pais a iniciar o encaminhamento de seus processos sucessórios. Através do dote, transferiam frações de seus bens aos filhos. O desenrolar dessa sucessão, complexa e muitas vezes obscura, causadora de incontáveis conflitos entre herdeiros, mostrava-se comumente ditado pelos interesses de preservação de fórtuna, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 8 - DOTE: ADIANTAMENTO DA HERANÇA

Se havia algo que efetivamente possuía valor para efeito de herança, sem dúvida a terra e o escravo compreendiam a quase totalidade dêsse valor. Duas fontes de riqueza, duas formas diversas de capital. Um, bem imóvel, a propriedade fundiária, e outro, móvel, o cativo. Aquela, de difícil partilha; esta, fracionável até a unidade.

A aquisição da terra estava intimamente ligada ao funcionamento da Frente Pioneira, que com seu avanço ía conquistando novas áreas para a grande lavoura. Havia um ponderável deslocamento espacial de nossos cônjuges de elite, que se moviam em função da oferta de terras nas mais diversas vilas do Oeste. O deslocamento geográfico, a aquisição de terras nos novos núcleos urbanos e a seleção do cônjuge são aspectos de toda uma estratégia de um grupo social específico, que procurou cada vez mais concentrar terra, renda e poder em suas mãos.

Ao colocar em prática tais estratégias, as famílias acabavam por provocar a saída de alguns de seus filhos, que buscavam a sorte em outras paragens. Esses mecanismos são os que denominamos mecanismos da desigualdade, pois davam origem a partilhas inegualitárias das fortunas, obrigando alguns dos herdeiros a partir em busca da compensação de suas perdas.

Sob a forma de transmissão de bens entre as gerações, as famílias de elite jogavam com dois grandes patrimônios: terras e escravos. Todo o resto dos bens de um defunto - mobílias, animais, dinheiro amoedado - era parcela ínfima do monte mor (1) do inventário tornado público, e tinha papel diversas vezes decorativo, não influenciando de modo perceptível o futuro sócio-econômico dos herdeiros.

Mesmo a propriedade fundiária poderia ter valores diferenciados, dependendo do grau de exploração comercial a que estivesse submetida. Terras incultas, matas, pastos, plantações e engenhos tinham seus valores intrínsecos, e valia mais ter um engenho que diversas porções de terra.

---

(1) Monte mor é o total bruto dos bens possuídos por um casal, ou por um indivíduo solteiro ou viúvo, levantado pelo inventário. Deste total, eram descontadas as dívidas e as custas do inventário, e obtinha-se o monte mor líquido. Sobre este, no caso de um casal, era efetuada a meação dos bens, a cada cônjuge cabendo 50% do patrimônio. A seguir, a parte de cada cônjuge era dividida em três terços de igual valor: dois terços para serem repartidos entre os herdeiros arrolados em inventário, e um terço, ou a "terça", para ser livremente legada pelo testador, de acordo com seu testamento escrito ou recomendações verbais.

Não obstante, o maior valor de um engenho era traído por seu caráter eminentemente indivisível. O vultuoso capital invertido no maquinário de produção do açúcar e aguardente não era passível de divisão real, embora pudesse passar por uma partilha ficticia, verbal, não delimitada fisicamente.

Essa realidade de indivisibilidade dos engenhos somava-se ao fato de pouquíssimos proprietários terem possuido mais do que um engenho (2), principalmente nas primeiras gerações.

Quanto aos escravos, a possibilidade de repartí-los disfarçava um problema latente relacionado ao valor de cada um. A idade, o sexo, o estado físico e de saúde, uma possível especialização, o fato de ser nacional ou africano (3), tudo era motivo para alterar a sua cotação. Se um senhor de engenho dispunha de numeroso plantel, é óbvio que sua composição era diversificada, com cada cativo obtendo uma avaliação própria. A influência dessa

---

(2) Segundo o Cadastro de Terras de 1818, a posse de dois ou mais engenhos era fato incomum, e no mais das vezes uma segunda propriedade era somente destinada ao plantio de mantimentos, criação de gado muar ou vacum e obtenção de lenha. Excetuando-se o Brigadeiro Luís Antônio de Souza, proprietário de diversos engenhos, os poucos possuidores de dois engenhos foram: Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão (São Paulo); Antônio Correa Pacheco da Silva (Itu); Bento Paes de Barros (Itu), futuro Barão de Itu; Domingos Ferreira Alves (Itu); Elias Antônio Pacheco da Silva (Itu); Floriano de Camargo Penteado (Campinas); João Bicudo de Aguirra (Itu); Joaquim Duarte do Rego (Itu); José Joaquim de Sampaio (Porto Feliz).

(3) Vide MATTOSO, Kátia de Queirós, Ser escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 77 e seguintes.

diversificação, atualmente ainda impossível de ser medida, deve ter sido considerável para efeitos de partilha entre herdeiros (4).

Inevitavelmente, a partilha da herança era uma ato comumente polêmico, alvo de disputas e conflitos intra e inter domicílios. O conflito entre uma legislação ultramarina, criada à revelia e contra a sociedade colonial, e a realidade do cotidiano de um sistema econômico monocultor, produtor de açúcar, resultou em práticas diversas de herança, adaptadas às necessidades de momento, e virtualmente desconhecidas de nossa historiografia contemporânea. Nossa tentativa de desvendá-las começa aqui. Ao recuperar tais mecanismos, elaborados por uma elite em formação, estaremos caminhando para a compreensão de como ela procurou manter e concentrar as fortunas familiares.

Toda família, no transcorrer de seu ciclo de vida, atua permanentemente no sentido de preservar e reproduzir seu status social. Cada ato ou decisão tomados são, conscientemente ou não, um passo no contínuo movimento de luta pela sobrevivência e pela perpetuação de sua descendência.

Neste contexto, a fortuna dos casais de elite podia ser transmitida aos herdeiros sob três formas: o dote,

---

(4) Excepcionalmente, as listas nominativas citavam especializações de alguns escravos, tal como sapateiros, ferreiros, carpinteiros e tropeiros, que certamente eram valorizadas.

a terça e a partilha final dos bens. Suas funções e dimensões eram plenamente distintas, do mesmo modo que suas composições. Dote e partilha raramente deveriam ocorrer na mesma ocasião, pois o dote só tinha existência precedendo a partilha. Mas uma morte súbita e precoce dos pais poderia apressar a sucessão, e os filhos que até então não houvessem recebido dotação não mais o receberiam, pois a legítima advinda do inventário eliminaria a necessidade de tal evento.

A importância do dote dentro do processo de transmissão da fortuna já tem sido salientada por alguns autores (5). Veremos como sua importância no contexto da capitania paulista decresceu. Quanto à sua composição, era variável, mesmo entre irmãos. Essa variação poderia ser definida pela simples vontade paterna, ou poderia depender do "timing", do momento, dentro da história longitudinal de uma família, em que o dote era concedido (6).

---

(5) Sobre o dote existem os excelentes trabalhos de Kusnesof (op.cit.) e de NAZZARI, Muriel, Women and property in the transition to capitalism: decline of the dowry in São Paulo, Brazil (1640-1870), paper presented to the 1984 meetings of the American Historical Association in Chicago, Illinois (agradeço à gentil permissão da autora para citação de seu texto ainda inédito). Vide também SAMARA, Eni de Mesquita, "O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, 30:41-53, 1980/81.

(6) O conceito de "timing" é essencial para se entender muitos dos desdobramentos do processo de herança. A variação dos níveis de fortuna paterna no decorrer do tempo levariam à alteração na qualidade das dotações. Veja-se, por exemplo, o caso do Capitão Mor de Porto Feliz, Manuel José Vaz Botelho, que possuía quarenta e três escravos quando do casamento de seu filho Manuel, em 1812, quarenta

Não havia regras para a definição do montante do dote. Os pais repassavam aos filhos o quanto queriam, ou o quanto podiam. Em função de seu valor estava dependente a sua eficiência. O dote serviria não somente para dar o primeiro empurrão na vida independente dos filhos, mas também para servir de atrativo para os pretendentes visados: "...mulheres variavam em sua atratividade como cônjuges de acordo com seus dotes..."(7).

Sendo o dote uma prática evidentemente carregada de certa importância material e mesmo simbólica, seria fundamental que tivesse sua composição e eficiência conhecidas relativamente à instalação material do novo casal. Antes, porém, vejamos qual seria a relação entre a dotação e a partilha final da herança, buscando visualizar como aquela seria considerada por ocasião do processo sucessório final.

Diversos autores têm, ultimamente, tratado do fascinante tema constituído pelos sistemas de herança (8). Suas discussões são em torno de saber se, no caso dos autores europeus, haveria na Europa Ocidental uma prática unificada dos processos de transmissão do patrimônio entre as gerações. Pelo contrário, os dados atestam a existência

---

escravos no de sua filha Maria Joaquina, em 1816, e sessenta e dois no de seu filho Antônio, em 1819.
(7) GOODY, "Inheritance...", p. 11.
(8) Vide a já citada coletânea editada por GOODY et allii (op.cit.).

de uma pluralidade de sistemas de heranças distribuídos por amplas regiões.

A bibliografia tem distinguido a existência de diversas formas de dotação na Europa Ocidental moderna (9). Algumas tinham em comum o fato de situarem o dote como uma espécie de "adiantamento" do futuro quinhão a ser recebido por ocasião do falecimento dos pais. Neste sentido, o valor dos dotes já distribuídos era contabilizado no monte mor. É nessa fase do processo que encontramos as diferenças mais significativas entre as formas dotais.

Tomando como exemplo a França, podemos ressaltar a ocorrência, em áreas distintas, das três principais formas dotais identificadas na Europa Ocidental (10). Numa primeira, havia a prática da restauração obrigatória do dote ao monte mor, após o que este seria redividido, igualitariamente, entre todos os herdeiros. Pretensamente igualitária, mascarava uma espécie de favorecimento dos filhos mais precocemente casados, pois somente o valor original do dote era restituído, enquanto seus possíveis rendimentos não eram contabilizados. Assim, quanto mais distante do momento da partilha estivesse o momento da dotação, maiores proveitos obteria o filho.

---

(9) Idem.
(10) Cf. LADURIE, E. Le Roy, "Family structures and inheritance customs in sixteenth-century France" in GOODY et allii (eds.), op. cit, p.37-70, e SABEAN, David, "Aspects of kinship behaviour and property in rural Western Europe before 1800" in GOODY et allii (eds.), op. cit, p. 96-111.

A segunda forma de dote caracterizava-se pela restauração optativa. O filho dotado era livre para analisar a situação e, caso a restauração e posterior redistribuição dos bens lhe fosse favorável, aceitava-a; caso contrário, podia se furtar a realizá-la. Como resultado de semelhante costume, os filhos eventualmente privilegiados por ocasião da dotação podiam garantir a preservação dessa situação, enquanto o filho que houvesse tido prejuízo tinha alguma chance de remediá-la.

A terceira forma básica consistia na imposição de uma restauração apenas do excesso de dote, caso ele fosse superior ao valor do quinhão total devido a cada herdeiro.

Essas três formas caracterizam-se por utilizar a operação de dotação como um adiantamento da legítima paterna, e se distinguem radicalmente, em sua concepção básica, de uma quarta forma, praticada no Franche-Comté. Essa não se fixava na idéia de que se estava a efetuar um adiantamento da legítima, mas sim uma exclusão do herdeiro de qualquer pretensão futura em relação à repartição do patrimônio paterno. O filho dotado era, no caso, o filho que estava a deixar o domicílio paterno. Os que nele permaneciam, residindo junto aos pais, não recebiam dote, mas apenas o seu quinhão da partilha quando do falecimento dos mesmos. Os que saíam, por sua vez, recebiam uma dotação, mas eram automaticamente excluídos dos futuros processos sucessórios (11).

A opção por uma dessas quatro formas distintas de dotação estava intimamente relacionada a sistemas de heranças específicos, que serão o ponto de referência para o questionamento da importância do dote dentro do quadro restrito dos grandes proprietários do Oeste Paulista.

Muito pouco se tem estudado acerca dos modelos de dotação em nossas sociedades coloniais. Desconhece-se seu perfil usual, mas sempre tem sido definido como reservado às filhas em vias de contrair matrimônio. Atualmente, de acordo com o disposto nos artigos 278 e seguintes do Código Civil Brasileiro (12), o dote pode ser definido como o conjunto de bens que a mulher, seu pai ou um terceiro entrega ao marido por ocasião do casamento, ou depois, a fim de, com os frutos e rendimentos desses bens, atender às necessidades do casal e da prole, devendo os mesmos serem restituídos ao doador quando dissolvida a sociedade conjugal. Nessa definição, o dote estaria estreitamente ligado à figura da mulher que contrai matrimônio, conforme o que se pode encontrar em citações nas listas nominativas:

---

(11) Conforme coloca Goody, ao demonstrar que no Franche-Comté em geral esta era a prática: "...tornava-se interessante para cada filho encher a paciência dos outros, pois a partida de um iria aumentar a herança dos que ficavam. Este é o tipo de situação que se espera encontrar em áreas em que a propriedade rural era dividida por todos, e onde deixar o domicílio significava exclusão; somente indivíduos co-residentes herdavam, com os demais levando apenas o dote quando da partida." (GOODY, "Inheritance...", p. 33.).

(12) Código Civil Brasileiro, 1916, 5a. edição, Rio de Janeiro, Forense, 1984.

- "Cazou-se este anno com Maria Martinz filha do Capitão Salvador Martinz e trouçe de dote sua mulher os (sete) Escravos que constam na Lista" (13).
- "Sua filha Maria casou com o Capitão Raymundo Paulo de Oliveira de Parnaíba, levou tres escravos, mora nesta vila" (14).
- "Casou sua filha D. Maria Luiza com 23 annos levou de Dote 3 escravos mulheres" (15).
- "Cazou-se de idade 27 annos com Francisca da Rocha e Abreu de idade 25 annos, filha de Francisco Simoens dos Reys, natural e morador desta Villa, e teve de dote hum escravo e huma escrava" (16).
- "Sua filha cazou-se de 18 annos e tiverão de dote os cinco escravos declarados" (17).
- "Falta sua filha Maria, que cazou neste anno de 15 annos e levou de dote 10 escravos, que faltão nesta lista" (18).

---

(13) Antônio de Pádua, Itu, 1805, 1a. Cia, fogo 50.
(14) Domingos Pinheiro de Oliveira, Jundiaí, 1800, 3a. Cia, fogo 56.
(15) José Joaquim de Sampaio, Piracicaba, 1820, 2a. Cia, fogo 132.
(16) Joaquim Correia Leite de Moraes, Porto Feliz, 1804, 2a. Cia, fogo 2.
(17) José Antônio Pais, Porto Feliz, 1806, 3a. Cia, fogo 107.
(18) Manuel José Vaz Botelho, Porto Feliz, 1816, 1a. Cia, fogo 2.

- "Sua filha Maria que cazou e deu lhe dedote tres escravos"; "Sua filha Anna cazou levou de dote quatro escravos" (19).
- "Acresce dois Escravos que deu em dote de sua filha" (20).
- "Falta sua filha Maria Euqueria de Campos, que se cazou, e João, Marcos, Francisco, Luiza, Francisca, Efigenia, que deu de dote a sua filha" (21).

Popularmente, no entanto, o termo dote perde sua conotação feminina, estando relacionado, indiferentemente, tanto ao homem quanto à mulher (22). É precisamente neste sentido genérico, comum ao homem e à mulher, que encontramos os dois únicos casos de dote para filhos homens citados nas listas:

- "Faltão tão bem dois escravos ambos de nomes Antonio, que deo de dote de sua herança a seo filho o Alferes João Baptista do Amaral" (23).

---

(19) Maria Luiza de França, Porto Feliz, 1802, 3a. Cia, fogo 48; Idem, 1807, 3a. Cia, fogo ilegível.
(20) Manuel Ferraz de Campos, Campinas, 1800, 1a. Cia, fogo 2.
(21) Luciano Francisco Pacheco, Itu, 1802, 3a. Cia, fogo 69.
(22) Os dicionários, em geral, dão à conotação popular este sentido de indiferenciação quanto ao sexo do dotado: "conjunto de bens que leva a pessoa que se casa". (FERREIRA, Aurélio B. de Holanda, Dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980, verbete "dote".).
(23) José do Amaral Gurgel, Itu, 1802, 6a. Cia, fogo 34.

- "Faltão nesta Lista o seo filho Antonio, que se cazou (...) e os seos Escravos Manoel, Matheus e Martinho, que deo ao mesmo filho Antonio" (24).

Embora figure como sendo predominantemente destinado às filhas, o dote podia igualmente ter como destino um filho homem (25). Nos dois casos citados, Bento Dias Pacheco e José do Amaral Gurgel fazem dotamentos a seus filhos, sendo que este último ressalta que estava a entregar o "dote de sua herança", isto é, um adiantamento. Não sabemos o quanto nossa amostra é representativa da real extensão da prática de se dotar os filhos homens. No contexto europeu, contudo, diversos autores debatem a questão do dote sem qualquer menção a sexo dos filhos, dando a entender que a dotação poderia ser indiferentemente para filhos ou filhas.

Todas as menções a dotes encontradas em listas nominativas restringem-se à citação de entrega de escravos. Isto não significa, absolutamente, que os dotes fossem exclusivamente assim constituídos. Pelo contrário, é de se supor que capital e bem móveis poderiam fazer parte do rol

---

(24) Bento Dias Pacheco, Itu, 1801, 2a. Cia, fogo 41.
(25) "O fato de os pais se preocuparem quase exclusivamente com os dotes das filhas faz-nos por vezes esquecer que o dote tanto podia ser dado à prole masculina quanto à feminina" (SILVA, Sistema de casamento..., p. 101.). Dentre as 21 citações de dote que encontramos nas listas nominativas, apenas 2 (9.5%)) diziam respeito a filhos homens dotados. De acordo com Elizabeth Kuznesof, "...embora dote seja normalmente associado a mulheres, ambos os cônjuges casavam-se com dote." (op. cit., p. 46).

de diversos dotes, e até mesmo imóveis talvez fossem aí incluídos. A não citação dos mesmos nas listas nominativas deve-se ao fato de estas serem voltadas, principalmente, para o recenseamento humano e econômico do mundo colonial, e muito secundariamente para a discriminação de qualquer outro evento da vida rotineira daquelas populações.

Os dotes, de acordo com a legislação portuguesa, não eram restituíveis. Quando da elaboração de um inventário, efetuava-se a contabilização de somente metade do valor do dote entregue, o chamado "meio-dote", cujo valor era extraído das legítimas devidas a cada herdeiro. Era uma formalidade prevista pelo Código Filipino, e visava claramente à igualdade de condições de cada herdeiro quando do processo sucessório: quem recebera um dote elevado, ficava com uma legítima reduzida, e vice-versa. Veremos como este igualitarismo sucessório não resistia aos reais interesses familiares, em se manter a fortuna unificada, livre de grandes pulverizações.

De qualquer maneira, seria de se indagar quais seriam as possibilidades de um dote ser constituído preferencialmente por escravos, moeda, móveis ou imóveis. O escravo era talvez a forma mais natural, prática e valorizada, dentro dos quadros do sistema, de se apoiar o esforço do filho ou genro que buscava se estabelecer com sua recém-formada família. Além de representar uma respeitável reserva de capital, o escravo apresentava a vantagem de permitir qualquer espécie de deslocamento geográfico por

parte de seu novo proprietário, conforme suas necessidades (26). Além disso, destinar escravos para um dote permitia liberar o dotado do trabalho braçal, diferenciando-o de grande parte da população livre, que permanecia envolvida na lavoura de subsistência.

Doar escravos, por si só, constituía um ato diferenciador de um restrito grupo de famílias frente ao todo da sociedade colonial. Marcílio observou que a maior parte da população da Capitania de São Paulo nem mesmo possuía escravos: 75.4% em 1798 e 74.9% em 1828 (27).

Efetuar o dote através de escravos não estava ao alcance de qualquer cidadão. Mesmo entre os proprietários de escravos, eram poucos os que pertenciam a faixas que exibiam um plantel suficientemente amplo para dispor de algumas unidades em favor de seus filhos. Examinados os casos de dote acima expostos, encontra-se, para um total de doze exemplos, uma média de 4.1 escravos cedidos em dote por indivíduo dotado, número evidentemente inacessível para a quase total maioria dos senhores de escravos de então. Destinar escravos para o dote era, portanto, prática

---

(26) "Uma dotação no casamento é mais provavelmente composta por móveis do que por terra." (GOODY, Jack, "Introduction" in GOODY et allii (eds.), op. cit, p. 2).
(27) MARCÍLIO, Crescimento..., p.188. Francisco Vidal Luna também constatou a desigualdade na distribuição da posse de escravos na população de Vila Rica de 1804, onde dentre os proprietários de escravos somente 0.3% possuíam mais do que 41 escravos. (LUNA, Francisco Vidal, "Estrutura da posse de escravos" in LUNA, F.V. e COSTA, Iraci del Nero da, Minas colonial: economia e sociedade, São Paulo, FIPE/USP-Pioneira, 1982, (31-56), p. 38).

diferenciadora de status social, pois delimitava uma camada mínima de grandes proprietários no conjunto já exíguo dos proprietários de escravos.

Quanto aos supostos demais meios de se constituir um dote - móveis, imóveis e moeda - , a documentação pouco permite avançar. Muito provavelmente algum capital seria transferido para os filhos, mas talvez somente em inventários e testamentos se possa encontrar alguma menção a tal procedimento. A dotação em moventes seria comum, ao menos em relação às filhas, que recebiam enxoval completo para se estabelecerem em seus novos lares.

Por fim, restam os imóveis. Basicamente terras, por estarmos numa sociedade eminentemente agrária, em que os proprietários, em sua maior parte, residiam em suas propriedades rurais. Poucos eram, por outro lado, os senhores de engenho que possuíam mais do que uma propriedade fundiária. No mais das vezes, dispunham exclusivamente das terras onde se localizavam as máquinas de seu engenho, seus canaviais, suas matas fornecedoras de lenha, e sua residência, além de uma casa na vila. Alguns poucos, mais abastados, possuíam uma segunda propriedade rural, que poderia ser vizinha e próxima da primeira, e assim atuar de forma complementar (pasto, lenha, canaviais), ou afastada, funcionando como um segundo engenho ou à espera de benfeitorias e, geralmente, mais próxima à Frente Pioneira.

A possibilidade desta diferenciação impõe-nos alguns cuidados de interpretação. Havia uma diferença

básica, discernível nos Cadastros de Terras, entre possuir mais do que uma propriedade, e possuir uma propriedade obtida pela unificação de frações de terras compradas e/ou herdadas. No primeiro caso, havia independência estrutural entre elas, cada uma atuando distintamente da outra, embora muitas vezes em atividades complementares; no segundo, o conjunto de terrenos agregados formava uma única unidade de produção.

O primeiro caso enquadra a situação dos registros apresentados em 1818 pelo Alferes Luciano Francisco Pacheco, senhor de engenho de Itu. Possuía três propriedades distintas: Fazenda Nossa Senhora do Carmo, onde quarenta e cinco escravos tocavam o engenho; Fazenda Santa Ana de Itahim, onde os mesmos escravos cultivavam mantimentos para seu senhor; e Fazenda Engordador, onde residiam doze escravos e também os filhos do Alferes, a cultivar canas para, provavelmente, moer no engenho paterno. Apesar de serem registradas como propriedades distintas, constituíam na verdade uma unidade perfeita, equivalendo portanto a uma única propriedade. Certamente eram vizinhas entre si, permitindo uma exploração complementar.

Pelos Cadastros de Terras pode-se notar que a pluralidade de propriedades nas mãos de um único indivíduo traduzia a diversificação interna de um engenho de açúcar, ao se reservar áreas distintas para o plantio da cana-de-açúcar e de mantimentos, para a formação de pastagens e para a manutenção de uma reserva de matas para a

obtenção de lenha. Unidades de produção distintas, tal como dois engenhos possuídos por um mesmo indivíduo, mostraram ser privilégio de poucos senhores de engenho.

Não foram identificados casos de propriedades fracionadas previamente à morte dos pais. O costume, solidamente estabelecido, era de preservar a todo custo a unidade do engenho paterno, independentemente de o pai possuir ou não outra propriedade fundiária. Assim, o dote jamais compreendia parte desses engenhos, que permaneciam intocados. Ocorriam casos de filhos receberem informalmente - talvez por dote - parte das terras do engenho paterno, de modo a terem oportunidade de cultivar mantimentos e cana-de-açúcar, consubstanciando um grupo de partidistas de cana ligados ao próprio engenho paterno. Alguns jovens, filhos de senhores de engenho, foram recenseados nessa situação:

- Luciano Francisco Pacheco, "Planta canas no Engenho de seu pay" (28).
- João de Almeida Prado, "Vive em Companhia de seu Pay e planta canas" (29).
- Francisco Pacheco de Campos, "Planta Canas no Engenho de seu Pay" (30).
- Camillo de Campos, "Planta cannas no Engenho de

(28) Itu, 1829, 5a. Cia, fogo 102.
(29) Itu, 1825, 4a. Cia, fogo 25.
(30) Itu, 1829, 2a. Cia, fogo 125.

seo pay" (31).

Uma situação semelhante foi também descrita no Cadastro de Terras de 1855 da vila de Campinas, mas com a diferença de que os filhos agora estavam optando pela lavoura do café, já mais vantajosa que a da cana-de-açúcar:

- "Sítio do Salto Grande - proprietário, Alferes Jose de Campos Penteado; possue por compra (...). Contem tres estabelecimentos: Engenho de assucar, pertencente ao proprietário, e dois de Caffe, sendo um pertencente a Antonio de Camargo Campos, e outro a Jose da Campos Penteado Jr., em sociedade com seu Irmão Francisco de Campos Andrade, todos filhos do Proprietário..."(32).

Se as terras pertencentes a um engenho podiam ser exploradas por filhos do proprietário, em última instância elas permaneciam sob o poder do pai. Não poderia portanto ser incluída em qualquer proposta de dote, pois para tanto a propriedade dessas terras deveria necessariamente passar aos filhos. Qualquer bem transmitido por dote a um filho tornava-se imediatamente parte do patrimônio deste, que

---

(31) Itu, 1822, 8a. Cia, fogo 24.
(32) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 69. Interessante notar, neste registro, a introdução da lavoura do café no seio de um engenho, concomitantemente à ainda arcaica fórmula de não transmissão do sobrenome paterno aos filhos. A penetração do café nos engenhos de açúcar é destacada pelo censo de 1836, publicado por Daniel Pedro Muller (op.cit.); no verbete Capivari, da Tabela 4, há uma expecificação: "52 engenhos de assucar. Nos engenhos também cultivão café" (p. 131).

poderia negociá-lo livremente (33). Este não era o caso destas terras integrantes do engenho.

Em relação às outras propriedades ou áreas porventura possuída pelos pais, a situação poderia ser orientada para duas vertentes. Quando a segunda propriedade pertencia ao mesmo município, normalmente era limítrofe ao engenho propriamente dito e reservada para atividades subsidiárias. Definir se tais áreas eram passíveis de fracionamento para compor dotes é impossível, com os dados disponíveis. Teoricamente, por não serem exploradas intensivamente, por não possuírem maquinário tal qual um engenho, poderiam mais facilmente ser alvo de partilha. Entretanto, as notícias de falta de lenha em municípios tal como Itu e Jundiaí levantam-nos dúvidas quanto à real disponibilidade dessas terras de exploração secundária.

O fracionamento da terra, em semelhantes situações, não era possível, devido ao risco de privar os engenhos já instalados das poucas reservas de bom solo disponíveis. A pouca citação desse tipo de propriedade corrobora com a hipótese. A tendência predominante no Oeste era de se reservar áreas para as matas e pastos no interior do próprio engenho; tendo que repartir sua terra entre a cana-de-açúcar, as pastagens, a lavoura de subsistência e as matas, os senhores de engenho tendiam a privilegiar a

---

(33) Caso o bem cedido em dote fosse negociado, o seu valor de venda seria contabilizado no momento da partilha.

implantação de canaviais em detrimento das demais atividades, extinguindo assim rapidamente suas reservas naturais (34).

Por outro lado, caso a segunda propriedade não se localizasse no mesmo município, pertenceria a outro mais próximo da Frente Pioneira, e adquirido mais recentemente. Sua localização nas proximidades da borda da Frente não era fortuita. Quando um grande senhor de engenho partia para uma operação de tamanha envergadura, já tinha pela retaguarda toda uma experiência e solidez econômica adquirida em seu engenho original.

A segunda propriedade nada mais era do que uma diversificação da experiência inicial, sempre com vistas à expansão dos negócios. Eram os primeiros indícios do surgimento de uma visão nitidamente capitalista da agricultura, com a ereção de um novo engenho onde o proprietário não residiria. Esta nova categoria de proprietários, absenteístas, estava vislumbrando as possibilidades amplas daquelas novas terras, não somente mais férteis, mas também mais largas para a monocultura extensiva seja da cana-de-açúcar, seja do então incipiente café. O surgimento dessa visão comercial foi simultâneo ao processo de valorização considerável da terra a partir de

---

(34) As queixas, muito comuns, acerca da falta crônica de lenha para as fornalhas provavelmente advinham da rápida extinção das matas relativamente restritas. Petrone efetuou interessante análise a este respeito. (PETRONE, A lavoura canavieira..., p. 78 a 84).

inícios do século XIX, conforme constatou Elizabeth Kuznesof (35).

Adquiridas, as novas propriedades precisavam ser desbravadas, de modo a justificar os capitais investidos em sua compra. O lucro era agora o objetivo imediato, e só era obtido com grandes investimentos de capital e muito esforço pessoal. Os proprietários, contudo, permaneciam costumeiramente ausentes, residindo em suas propriedades originais, a tratar de seus negócios. Na novas terras do extremo oeste, instalavam seus representantes, denominados administradores ou feitores, que agiam de acordo com as ordens recebidas. Esses administradores eram, muitas vezes, filhos do proprietário, mas as terras sempre continuavam pertencentes ao pai. Logo, o filho era apenas um representante do pai em busca de experiência para, no futuro, poder dirigir seus próprios negócios:

- "Falta seu filho Joaquim e quatro escravos que pos no seu novo Engenho de Piracicaba" (36)
- "Administrador de hum sitio de seo Pai (37).

---

(35) "Os inventários de propriedades datados de fins do século XVIII e início do XIX fornecem evidências de que os valores médios tanto das propriedades exploradas quanto das inexploradas cresceu substancialmente nas primeiras duas décadas do século XIX". KUZNESOF, Household..., p. 122.
(36) José Joaquim de Sampaio, Jundiaí, 1813, 1a. Cia, fogo 349.
(37) Manuel de Aguirra Camargo, Itu, 1817, 6a. Cia, fogo 105.

- "...falta dois filhos Jozé e Joaquim que forão para suas Fazendas e Cittio de Mogim Guassú. Levarão 5 Escravos em sua companhia" (38).

Obviamente, haveria a chance de este filho administrador permanecer como herdeiro da propriedade em que trabalhava, por interesse de seu pai em manter uma solução de continuidade em seus bens após sua morte. Mas esta transmissão dava-se por testamento, e não por dote. Em todo caso, a ocupação do filho como administrador era também uma forma de fazer com que este acumulasse algum capital, pois recebia um salário pelo serviço:

- "Manuel da Costa Alvez administrador estrangeiro por não estar Naturalizado. é genro e trais escravos separados. (Salário,) 1:500$000" (39).
- "Vive em companhia de sua May onde ganha de sallario de 300$rs de administração" (40).

Estaria assim excluída dos dotes a transmissão de terras ? Apesar dos indícios em contrário, é difícil defender esta posição. Como diversos filhos recém-saídos do domicílio paterno foram observados já possuindo terras, surge a dúvida: com que capital estariam esses jovens

---

(38) João Bicudo de Aguirra, Itu, 1801, 4a. Cia, fogo 55.
(39) Joaquina Maria de Jesus, Jundiaí, 1836, Sexto Quarteirão, fogo 30.
(40) Antônio Ferraz de Camargo, Porto Feliz, 1809, 2a. Cia, fogo 131.

adquirindo suas propriedades ?

A resposta é complexa. Colocamos anteriormente que os jovens, após saírem do fogo paterno, permaneciam por alguns anos solteiros, independentes, buscando acumular condições mínimas que lhes permitisse arcar com o sustento de um novo lar. Teriam esses rapazes, no entanto, condições de, neste espaço de tempo, acumular capital suficiente para comprar um lote de terras ? Se permanecessem nos velhos núcleos urbanos onde nasceram, dificilmente; se migrassem para as novas terras do Oeste, possivelmente.

Pela análise das ocupações iniciais exercidas pelos filhos após saírem do domicílio paterno, descobre-se que grande parte deles ainda não conseguira adquirir um engenho. Ou seja, ainda não haviam ascendido ao exercício da atividade econômica lucrativa por excelência, a produção de açúcar. Suas atividades, nesse início de suas vidas, voltavam-se para ramos apenas subsidiários à grande lavoura, menos lucrativos, portanto, que a mesma. Não obstante, era comum -- mas não imprescindível - que o pai auxiliasse aos filhos na compra de suas próprias terras através de um dote em moeda (41).

---

(41) O auxílio paterno era usual no século XVII e primeira metade do XVIII, quando os pais ajudavam seus filhos a se lançar na preação de índios ou na mineração. Eram encontrados filhos em tarefas delegadas pelos pais, tais como comerciar com as regiões mineradoras e criatórias, ou então acompanhando os pais em suas perambulações pelo sertão, talvez numa espécie de etapa de aprendizado.(Vide MACHADO, Alcântara, op. cit, p. 233 e seguintes). Tais práticas foram preservadas, ao menos parcialmente, até o

A situação seria mais fácil para os filhos que optassem pela migração para as fronteiras agrícolas. Lá, certamente, o pouco capital que o jovem obtivera ao vender seu quinhão da propriedade paterna ao herdeiro concentrador lhe permitiria comprar muita terra (42).

Sustentamos, desse modo, que o dote não era de pouco valor, embora não mais tivesse a importância que desfrutara ate meados do século XVIII (43). Mesmo assim, e o número de escravos o comprova, sua importância e seu peso econômico era ainda substancial se comparados ao restante da sociedade paulista, que pouco podia dotar. Senhores de engenho ofereciam cativos para compor o plantel de seus filhos e genros em proporções que superavam os reduzidos

---

início do século XIX, conforme provam os salários pagos aos filhos pelo serviço de administração e o envio dos mesmos para a realização de negócios: "Seu filho Francisco negociando em Curitiba" (Vicente de Sampaio Góes, Jundiaí, 1814, 2a. Cia, fogo 1); "...anda o filho no Caminho de Minas conduzindo carga" (Maria Leme do Prado, Jundiaí, 1773, 1a. Cia, fogo 99).

(42) Se o rapaz podia aspirar comprar terras mais baratas a Oeste, a venda do quinhão da herança poderia ser uma fórmula interessante, mas estaria condicionada à morte dos pais. O casamento tardio talvez estivesse assim relacionado à espera de herdar algo dos pais, haja visto que a idade média ao casar masculina era muito próxima à idade média de orfandade dos filhos em geral, de 20.8 anos. Esta opção por aguardar uma situação mais favorável é comentada por Silvia Arrom: "...no México e na Europa homens com maiores chances de acumular fortuna retardavam o casamento até que estivessem estabelecidos numa carreira ou recebido uma herança, e pudessem sustentar uma família de acordo com um padrão de vida relativamente elevado". (ARROM, "Marriage patterns...", p. 387).

(43) Muriel Nazzari, em texto ainda inédito (op.cit.), demonstra que o dote traçou uma curva francamente descendente em seu valor entre os séculos XVII e XIX, inversamente ao que ocorreu com a legítima.

plantéis da maior parte dos proprietários de mão-de-obra escrava.

Acrescendo-se ao montante do dote também os prováveis capitais passados aos filhos, deduzimos facilmente a importância da dotação para dar início ao longo processo de enriquecimento destes jovens rumo a se transformarem em grandes proprietários de terras e escravos (44).

É claro, todavia, que o valor e a composição do dote jamais eram, por si só, suficientes para colocar o filho ou genro dotado em posição de destaque como grande proprietário; sua importância era no sentido de fornecer o impuxo inicial para a arrancada do jovem rumo à lenta construção de seu patrimônio, que chegaria a contar com um mínimo de quarenta escravos somente por volta de seu cinquenta anos de idade, conforme nos mostra o Gráfico 1.

A importância do dote pode ser medida sob outras formas, como através de uma superficial comparação entre o número de escravos declarados nos dotes e os declarados nas legítimas herdadas, conforme o faremos mais adiante. O enfraquecimento da prática da dotação frente ao valor da legítima transparece nesta comparação, em que o plantel transmitido por dote era mais reduzido. Mas, sem dúvida, a

---

(44) A única citação que encontramos de dote parcialmente em dinheiro foi o de Lourenço de Almeida Prado, que recebeu 400$000 em moeda, exatos 55.7% do total do dote, que foi avaliado em 717$840. (BROTERO, Frederico de Barros, Descendência do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado, São Paulo, Escolas Profissionaes Salesianas, 1938, p. 431).

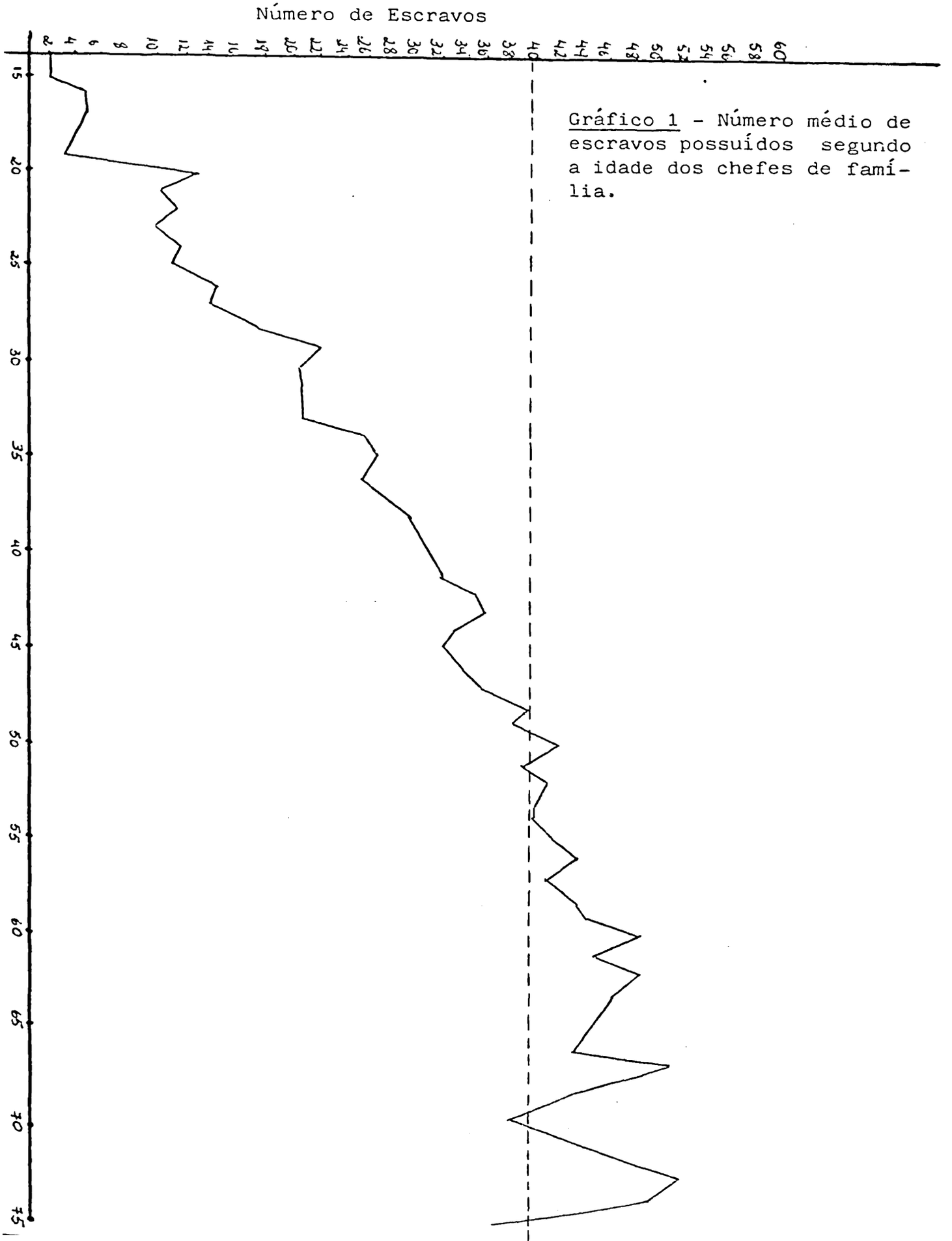


Gráfico 1 - Número médio de escravos possuídos segundo a idade dos chefes de família.

importância relativa deste não se verificava exclusivamente devido à sua composição, mas também estava intimamente relacionada ao "timing", ao momento, dentro da história longitudinal de vida de uma família, em que o dote era transmitido.

A composição humana do domicílio se altera com o tempo; ora se tem apenas o casal, ora o casal com filhos, ascendentes e agregados. Em termos gerais, podemos simplificar ao extremo a realidade, afirmando que a composição desse domicílio "incha" com o nascimento dos filhos e "encolhe" com a saída dos mesmos.

No decorrer desse trajeto de história de vida, podem ser marcados dois momentos em que a fortuna paterna era transmitida aos filhos: o de concessão do dote, e o de partilha das legítimas, após o falecimento de pai ou mãe.

Como podemos ver pelo Gráfico 1, o número de escravos e, portanto, a fortuna de nossos senhores de engenho crescia com o tempo. Nesse sentido, um pai tinha maior facilidade econômica para dotar seus filhos à medida em que envelhecia, e que acumulava fortuna. Não obstante, a anterioridade do dote em relação à legítima poderia dar ao primeiro um valor relativo muito maior, pois os lucros auferidos em sua utilização não eram computados no monte mor.

Assim ocorreu com Joaquim Benedito de Queirós Telles. Filho de Antônio de Queirós Telles, Barão de Jundiaí, casou-se no ano de 1839 e então, provavelmente,

recebeu seu dote, caso não o tivesse recebido anteriormente, ao sair, ainda solteiro, do fogo paterno. A partilha final dos bens de seu pai deu-se somente em 1870, quando este faleceu, exatos trinta e um anos após a provável concessão do dote. Qualquer que fosse a situação desse dote - restituível ou não, grande ou pequeno - , torna-se óbvio que recebê-lo e usufruí-lo com tanta antecipação era vantajoso.

Todavia, é preciso ressaltar que o dote não necessariamente deveria preceder à partilha dos bens paternos. A alta mortalidade que grassava as populações coloniais exercia influências ponderáveis sobre a composição da família. Isto significa que a sobrevida dos pais e, principalmente, do pai, em relação aos filhos, poderia ser sobremaneira reduzida (45).

Segundo as fichas de reconstituição de famílias com data de falecimento do pai e de alguma data de casamento de filho, o matrimônio do filho posteriormente ao falecimento do pai ocorria em aproximadamente 30.1% dos casos. A se fiar em semelhantes dados, temos que quase um terço dos filhos já havia herdado bens paternos por ocasião de seu casamento. Consequentemente, a partilha do monte mor ganhava aqui importância, exatamente por ser a primeira

---

(45) Estatisticamente, devido à diferença etária considerável entre o marido e a esposa, a morte do pai tendia a preceder a da mãe, conforme se percebe pelo muito maior número de mulheres viúvas a chefiar seus domicílios.

efetiva transmissão de bens entre duas gerações, ocupando o espaço geralmente reservado ao dote. Estes filhos adquiriam assim bens que lhes aumentava as oportunidades de sobrevivência e possibilitava o casamento.

Em semelhante situação, num domicílio em que o pai faleceu e a mãe tornou-se chefe do mesmo, um filho que resolvesse se casar viria a receber um dote através de sua mãe (46). Semelhante prática traduziria o dote não como uma oferta do pai, mas da família como um todo. As tradições orais, transmitindo casos de irmãos mais velhos, casados, dotando seus irmãos mais jovens, órfãos, indiciam tal realidade. Poderíamos mesmo comparar com a atualidade, quando também filhos órfãos de pai não deixam de receber dotes das mãos da mãe.

O dote provindo de pai ou mãe viúvos tenderia a ser menos volumoso que o passível de ser concedido em vida de ambos, pois então o patrimônio do casal ainda permanecia intacto. Mas a importância dessa modalidade de dote seria secundária, pois as legítimas do pai ou mãe falecidos teria peso muito mais significativo.

Precisar a composição dos dotes é tarefa difícil, principalmente com a nossa documentação. Não sendo objeto de definição por lei, o dote dependia única e exclusivamente

---

(46) No inventário de Maria de Arruda, publicado por Brotero (Descendência do Ouvidor..., p. 431), aparece explicitamente citada a dotação que ela efetuou para seu filho Lourenço de Almeida Prado.

da vontade dos pais. Mas seus elementos componentes pouco podiam variar: escravos, terras, casas na vila, mobílias, moeda corrente, tudo enfim que as famílias de elite possuíam de valor (47). O que diferenciava o dote efetuado por um grande proprietário não seria apenas o lado qualitativo dos bens, mas também o quantitativo.

Todos os senhores de engenho podiam oferecer a seus filhos os mesmos bens, como escravos e terras. Dentre eles, no entanto, os mais fortes economicamente se destacavam por cederem toda uma propriedade ou um grupo de escravos maior.

Em sentido contrário, havia uma tendência em direção à diminuição do tamanho e qualidade seja dos dotes, seja dos quinhões de herança, dependendo diretamente do número de herdeiros existentes.

Entre a família do Capitão Mor João de Almeida Prado, que teve vinte e um filhos com suas duas esposas, e a de Inácio Leite Penteado, com sua filha única, decerto para aquele seriam encontrados problemas específicos, intimamente relacionados ao excessivo número de herdeiros. Para Inácio, não poderia haver qualquer problema quanto ao dote e à herança de sua filha. Mas para João a solução era difícil;

---

(47) A composição exata dos dotes não se torna clara pelo acompanhamento das listas nominativas, mas os testamentos podem descrevê-los; o dote de Lourenço de Almeida Prado, citado por Brotero (Descendência do Ouvidor..., p. 431), incluía dinheiro, oito escravos, um cavalo e algumas peças de enxoval.

teria ele buscado uma repartição de seus bens de modo igualitário, ou teria tentado concentrar sua fortuna em poucos filhos, afim de evitar a dispersão do capital acumulado através dos anos ? Conforme veremos mais adiante, era praticamente impossível que o velho Capitão Mor conseguisse distribuir dotes e legar legítimas idênticas para cada herdeiro.

Também pelo que se pode depreender dos poucos inventários apensos às genealogias, não haveria via-de-regra uma preocupação em passar a cada um dos filhos dotes de valores aproximados. Para os filhos de Maria Pacheco, falecida em 1767, encontramos, para cada um, computados todos os bens, dotes com valores respectivos de 800$000, 773$800, 717$680, 306$000, 800$000, 896$000 e 800$000 (48). Para os filhos de Maria de Arruda Pacheco, falecida em 1794, houve dotes de 544$800, 606$000, 477$600 e 338$200 (49). E para os filhos de Maria Xavier de Campos, falecida em 1857, foram de de 28$960, 740$560, 416$160, 1:073$924, 1:260$800, 1:297$066 e 1:142$900 (50). Na prática, portanto, percebemos que os valores dos dotes, em qualquer dos três exemplos, não primava pela paridade. As diferenças ultrapassavam facilmente a margem dos 100%, o que nos

---

(48) Cf. o inventário de Maria Pacheco, publicado por BROTERO, Descendentes do Ouvidor..., p. 417-442.
(49) Cf. o inventário de Maria de Arruda Pacheco, publicado por BROTERO, Descendentes do Ouvidor..., p. 445-463.
(50) Cf. o inventário de Maria Xavier de Campos, publicado por BROTERO, Descendentes do Ouvidor..., p. 464-493.

confirma que os filhos já eram tratados desigualmente desde o momento do dote.

Privilégios à parte, estes montantes de dotes sugerem aquilo que Muriel Nazzari (51) havia constatado: os dotes, no decorrer de nosso período, estavam perdendo sua importância. Se forem calculados seus valores médios em relação à legítima que posteriormente foi legada a cada herdeiro, percebemos que o valor relativo do dote caiu expressivamente. Para o inventário de 1767, a maioria dos dotes era de valor superior ao da legítima. Tomando o valor da legítima como sendo 100.0%, os dotes valiam, respectivamente, 119.2%, 115.3%, 107.0%, 44.7%, 119.2% e 133.5%, com uma média total de 106.5%; para o inventário de 1794, os dotes valiam respectivamente 63.0%, 70.0%, 55.2% e 39.1% da legítima, numa média de 56.8%; e para o inventário de 1857, os valores foram 1.2%, 29.5%, 16.6%, 42.8%, 50.2%, 51.6% e 45.5%, com uma média de 33.9%.

Apesar de estar perdendo sua importância, o dote continuava sendo entregue aos filhos. Seu papel original, no contexto da transmissão das fortunas entre as gerações, foi diminuindo desde meados do século XVIII até meados do século XIX. A princípio, o ato de dotar passava aos filhos bens em volume mais expressivo, mas aos poucos foi encolhendo para níveis mais reduzidos.

---

(51) Op. cit.

Sua composição, embora variasse de domicílio para domicílio, e de filho para filho, evidenciava uma certa riqueza que colocava esses filhos num patamar sócio-econômico muito mais próximo ao de seus pais do que ao do grosso da massa de pequenos proprietários de escravos. Instrumento dúbio, afeito aos interesses pessoais, ao mesmo tempo em que favorecia os dotados, criava condições para diferenciá-los entre si. Fornecia subsídios para que a geração mais nova conseguisse acumular fortuna, mas ao mesmo tempo era instrumento para impedir que a fortuna se pulverizasse nas mãos de vários herdeiros. Reservando um dote melhor para um filho específico, o pai estava encaminhando, antecipadamente, sua sucessão.

Mas o dote não era o causador principal e único de desigualdade fraterna. No complexo mecanismo de transmissão dos patrimônios, outros elementos se materializavam ao exercer suas influências perturbadoras. A terça (52) e a legítima (53), designadas e repassadas através do testamento, eram também causadores de desigualdades entre os herdeiros.

---

(52) Vide nota 1 deste capítulo.
(53) A legítima era o quinhão que cabia a cada herdeiro quando da partilha dos bens de um inventário. Alguns autos de partilha chegavam a efetuar a operação através de operações matemáticas, de modo a garantir uma pretensa igualdade. Das legítimas de cada herdeiro eram descontadas a metade do valor do dote (caso tenha sido entregue), e o saldo era repassado sob a forma de bens ou moeda inventariados.

CAPÍTULO 9 - SUCESSÃO FINAL

^ terça

Desde que qualquer indivíduo testador tivesse o direito de legar uma terça parte de seus bens para quem lhe aprouvesse, sem qualquer interferência de seus herdeiros, tinha em mãos um instrumento que facilmente poderia provocar a desigualdade entre os mesmos, na medida em que "podiam legalmente favorecer um herdeiro sobre os demais, legando-lhe a terça" (1). Constituíndo um terço de todos os bens do falecido, ela era grande o suficiente para deixar o beneficiado em destacada situação econômica.

Sua forma era amplamente variável, tanto em sua composição quanto em sua destinação. Embora não tenhamos trabalhado diretamente com testamentos, dispusemos de alguns

---

(1) METCALF, Alida, op. cit., p. 105.

deles publicados em genealogias, e que nos forneceram interessantes exemplos de delimitação e destinação de terças.

Joaquim José de Oliveira, testador em 03/10/1826, debitou em sua terça valores que havia previamente distribuído a seus filhos, provavelmente a título de adiantamento:

- "Declaro que há catorze (anos), mais ou menos, dei a meus três filhos Joaquim, José e Luís seiscentos mil réis a cada um (e) duzentos mil réis para negociarem unidos como têm feito até agora cujos lucros industriados são delles e só entrarão para o Monte (mor) os ditos seiscentos mil réis e assim constarão de minha têrça porque é minha vontade deixar aos ditos legatários a referida soma de seiscentos e duzentos a cada um. Declaro que dei à minha neta o valor de cento e cinquenta mil réis que sairão de minha terça" (2).

Neste caso, o procedimento do testamenteiro nomeado era simples. Calculados os valores líquidos totais dos bens do falecido, obtinha-se de imediato o valor da terça. Deste valor, descontava-se as quantias supracitadas

---

(2) BROTERO, Memórias..., p. 912. Note-se que as referidas quantias foram entregues sob a forma de dote para que os filhos se iniciassem nos negócios, e que tais dotes somente entrariam no cálculo do inventário sob seus valores iniciais, não importando quaisquer "lucros industriados".

no testamento, entregues adiantadamente. Com o saldo restante, cumpriam-se os últimos desejos manifestados em testamento.

Mas era mais comum a legação da terça sob a forma de escravos. Tal como o dote, a preferência pelos cativos não era fortuita, mas fruto da percepção da maior facilidade em repartí-los, ao invés de terras ou edificações. No testamento de Maria Joaquina de Araújo, redigido em 26/05/1841 (3), em que a autora divide sua terça em incontáveis frações, a maior parte delas compunha-se de escravos, e apenas três sob a forma de dinheiro, destinadas respectivamente a uma afilhada sobrinha, à Igreja e à esmola aos pobres. Escravos foram destinados aos filhos homens em maior número que às filhas; sobrinhos e netos também foram lembrados, estes devido ao falecimento de um dos filhos herdeiros. Desta terça também foi reservada certa quantia para o pagamento da celebração de missas, e para a libertação condicional de alguns escravos.

Esse testamento reafirma nossas suspeitas de que a terça poderia ser inegualitariamente dividida entre os herdeiros necessários, principalmente devido às palavras finais "Deixo o restante de minha terça a dois filhos...", que patenteiam o privilégio destes dois em prejuízo dos demais.

---

(3) BROTERO, Descendentes de Estanislau..., p. 440-441.

Estudos mais aprofundados poderão nos reafirmar se era prática corrente em nossa elite agrária do Oeste a não entrega de dotes e terças iguais para cada herdeiro. Se testamentos e inventários bandeiristas trazem, em profusão, exemplos de tentativas de igualitarismo nas oportunidades, seria de se indagar se essa prática não foi caindo em desuso à medida em que a legítima cresceu em importância.

Podemos concluir diferenciando os papéis da terça e do dote. Este, disperso no tempo, era geralmente a primeira oportunidade do jovem receber algum apoio paterno efetivo. Seu caráter inegualitário era disfarçado pelo mecanismo de computá-lo no cálculo do monte mor. Já a terça era um instrumento explicitamente previsto para privilegiar, segundo a vontade do testador, alguns em detrimento de outros. Sua concepção é clara, visando compensar o igualitarismo sucessório instituído pela mesma legislação.

A própria legislação oferecia brechas para a quebra de seu caráter igualitário, e essas brechas eram repetidamente utilizadas por nossa elite local. Mas, de qualquer maneira, havia a última e mais importante instância do processo sucessório, a partilha da herança, em que era realizada uma divisão dos bens de forma matemática, sem compensar, contudo, os lucros auferidos com o dote. Descontada a terça e pagas as dívidas relacionadas em inventário, o que restava dos bens era dividido entre todos os herdeiros, a cada um sendo destinada uma porção, a legítima. A exemplo do dote, as listas nominativas também

fornecem várias citações de recebimento de herança através de legítimas:

- "Acresce (...) Antonio, Musumbi, que trouxe da Caza de seo Pay, que lhe tocou de herança..." (4).
- "Recebeu uma escrava, que lhe tocou por herança por morte de sua May D. Izabel de Anhaya..." (5).
- "Dois Escravos e uma escrava que lhe veio de herança de seo sogro..." (6).
- "Seu Escravo Antonio crioulo que lhe coube de herança de seu sogro." (7).
- "Seu Escravo Joze, que lhe coube por falecimento de sua Mai D. Izabel de Anhaya desta villa..." (8).
- "Acresce mais os escravos abaixo declarados, que houve por herança de sua fallecida sogra D. Ignacia de Almeida, moradora em a Villa de Ytú, que são estes: Paulo congo 48, Germana crioula 24, Mathias Banguela 25 e Efigenia crioula

---

(4) Alferes João Baptista do Amaral Gurgel, Itu, 1802, 6a. Cia, fogo 1.
(5) Antônio da Silva Leite, Porto Feliz, 1803, 2a. Cia, fogo 123.
(6) José Antônio Paes, Porto Feliz, 1804, 3a. Cia, fogo 81.
(7) Vicente Leme do Amaral, Porto Feliz, 1804, 3a. Cia, fogo 92.
(8) Manuel José Leite de Moraes, Porto Feliz, 1803, 3a. Cia, fogo 2.

solteira 13"; "Martinho, Manoel, Mariana, Maria, Joaquina, Romano, que lhe tocou por Erança (sic) por falecimento de seu Pai Jose de A... Penteado" (9).

"Acresce seus Escravos Francisco Camunda, Luzia Banguela, sua mulher, Caetana Camunda, Agostinho Camunda, Gaspar Rebolo, Aniceta crioula, que recebeu em herança de seu sogro o Sargento Mor Estanislau de Campos e Arruda, que falleceo." (10)

- "Acresce os escravos Lourenço crioulo, Romão crioulo, Benedito crioulo, Joanna crioula, Joanna crioula, Maria Gang..., Caetana crioula, Mariana crioula, Engracia crioula, Ignacia crioula, e Thomazia crioula, que herdou por fallecimento de seo Pay e Sargento Mor Estanislau de Campos e Arruda." (11).

A legítima diferia grandemente do dote, pois implicava na extinção de uma unidade econômica - o domicílio - quando o falecido era viúvo, ou então no rompimento de uma unidade conjugal, no caso de o cônjuge ainda vivo. De qualquer forma, a transmissão da legítima

---

(9) Manuel José Vaz Botelho, Porto Feliz, 1802, 1a. Cia, fogo 5; Idem, Porto Feliz, 1804, 1a. Cia, fogo 4.
(10) Eufrásio de Arruda Botelho, Itu, 1801, 2a. Cia, fogo 1.
(11) Felipe de Campos e Almeida Lara, Itu, 1801, 3a. Cia, fogo 1.

implicava num processo muito mais complexo e demorado do que o dote. Este, por maior e mais significativo que fosse, jamais poderia compreender uma fração ponderável do patrimônio paterno, sob o risco de dilapidá-lo seriamente.

O dote teria sido constituido principalmente por escravos, conforme vimos no capítulo precedente, graças à sua mobilidade, valor e facilidade de partilha. A legítima, por seu turno, era substancialmente mais rica e variada, pois era composta por qualquer bem que estivesse arrolado no inventário.

A legislação filipina estabelecia que a legítima era idêntica para cada herdeiro. A divisão dos bens era efetuada igualitariamente, tendo como base o auto de avaliação dos mesmos, estabelecido de comum acordo com os herdeiros.

Analisada sob este viés, a partilha dos bens efetivamente era igualitária, seja a nível de legislação, seja a nível de prática. Os inventários deixam claro que a cada herdeiro cabia um quinhão, de valor idêntico. Todavia, ao perseguir os reais resultados destas partilhas, percebemos que havia algum mecanismo atuando em oposição aos ideais da legislação.

A partir de uma extensa documentação, foi-nos possível acompanhar o desenrolar real do processo sucessório entre uma geração e outra. Seguindo-se a trilha de um casal, e a seguir a de seus filhos e netos, tornou-se evidente a existência de um mecanismo que intervia no

seguimento do processo sucessório, desviando-o para rumos largamente inegualitários. Este mecanismo visava "corrigir" os indesejados resultados da partilha, impostos pela legislação então vigente.

Na sucessão do Capitão de Ordenanças Felipe de Campos e Almeida Lara, senhor de engenho de Itu entre 1786 e 1824, a ação deste mecanismo corretor provocou uma situação singular. Este grande proprietário teve dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres, dos quais cinco e duas, respectivamente, vieram a contrair matrimônio. Destes, todos se transformaram em senhores de engenho, herdando em maior ou menor semelhança o status paterno, à exceção do filho primogênito, Camilo, que jamais passou de um pequeno lavrador plantando para sua subsistência, nunca conseguindo possuir mais do que uma dezena de escravos. Semelhante caso chamou-nos a atenção para a necessidade de uma análise mais acurada dos resultados dos processos de transmissão de herança, como que desconfiando da existência de mecanismos sucessórios pós-partilha.

Nossa investigação debruçou-se por sobre a extensa documentação composta pelos Cadastros de Terra de 1817 e 1855. Com o auxílio das listas nominativas, das genealogias e das fichas de famílias reconstituídas, buscamos reproduzir em que situação haviam ficado as gerações de descendentes dos senhores de engenho. Reconstituímos, assim, as descendências de alguns casais, aleatóriamente selecionados, procurando conhecer como o engenho original fora passado aos

filhos, e o quanto estes foram bem sucedidos em reproduzir o padrão sócio-econômico paterno.

O principal mecanismo criado para contornar a legislação consistia em forçar uma redistribuição dos bens após concluída a partilha oficial. Identificamos casos concretos de redistribuição da terra, quer contivesse engenho ou não. Os engenhos criavam um real problema a ser contornado quando da divisão da herança, pois constituíam uma unidade de produção completa que não poderia, sob hipótese alguma, ser fisicamente fracionada. Se suas terras, onde eram plantadas as lavouras de cana-de-açúcar, eram passíveis de repartição, criando novas propriedades, o maquinário de produção do açúcar era indivisível e também muito caro.

Repartir a área de uma propriedade e, principalmente, a de um engenho, era opção que não dependia apenas da vontade de seu proprietário, mas também das características do modelo econômico instaurado, visando à produção e exportação do açúcar. Não somente o caráter indivisível do máquinário do engenho, mas também a disponibilidade de recursos vitais - água, lenha, pastos e terras férteis - impunha limites a qualquer tentativa de divisão territorial.

As dificuldades em se conhecer o tamanho dos engenhos de açúcar são consideráveis. As únicas fontes de fácil acesso que contêm dados referentes à dimensão das propriedades rurais são os cadastros. Nosso grande problema

consiste em aceitar as medidas neles contidos, fornecidas em léguas de sesmaria e braças. Sabemos, com bases em redemarcações atuais de antigas propriedades, que as mesurações da época eram extremamente imprecisas. Além disso, medidas de perímetro de uma área nunca são fiéis à realidade, pois tendem a subestimar a área, em virtude de ignorarem, na mensuração, os acidentes topográficos. Em todo caso, tais medidas podem ser aceitas com reservas, desde que se tenha claro sua imprecisão.

Tabela 28 - Área média dos engenhos em alqueires paulistas, 1818

Vila	Propriedades	Área média
Itu	48	329.19
Porto Feliz	45	329.95
Jundiaí	14	348.05
Campinas	43	469.40
Piracicaba	10	2137.50

Fonte: Cadastro de Terras de 1818.

Não havia qualquer relação aparente entre a fortuna dos grandes proprietários e a dimensão de suas terras. Porém, os engenhos eram maiores nas zonas de mais recente povoamento, tais como Campinas e Piracicaba, como a indicar que suas propriedades, proporcionalmente mais jovens, ainda eram passíveis de partição. Assim, apesar de o fracionamento das terras de um engenho não serem interessantes, elas podiam ser praticadas até certos

limites, a partir dos quais a exploração de um engenho se tornava anti-econômica. As vilas mais antigas do Oeste parecem ter atingido esse limite, com suas propriedades rondando os 330 - 350 alqueires de área. Justifica-se, assim, a saída dos filhos dos senhores de engenho de Itu, Porto Feliz e Jundiaí para outras terras (12).

Frente a essa realidade, eram praticadas três medidas conciliatórias diversas, cada uma buscando resolver o impasse - e contornar a lei - à sua moda. Num primeiro caso, era possível se entregar o engenho a um único herdeiro, compensando-se os demais com a entrega de bens, inclusive terras, em valor similar ao do engenho. Esta compensação era, contudo, ineficiente, pois possuir legítimas de valor idêntico é uma coisa, e possuir um engenho em franca produção é outra. Aquele que herdava o engenho tinha em suas mãos um excelente e imediato meio de aumentar sua fortuna, diferentemente dos demais herdeiros, que recebiam bens menos rentáveis.

Num segundo caso, teríamos o exemplo da propriedade que seria idealmente fracionada em partes fictícias, não demarcadas fisicamente, constituíndo assim partes ideais. Aqui, o engenho era administrado conjuntamente pelos herdeiros, e os lucros repartidos na

---

(12) A opção dos grandes proprietários de terras era única, conforme ponderou Alida Metcalf: "A sobrevivência de propriedades amplas requereu que eles limitassem a divisão da propriedade..." (op. cit, p. 95.).

mesma proporção das partes ideais:

-"...tem sociedade no Engenho com seus (quatro) irmaons, cada hum dos quaes tem humma parte do produto da lavoura e mais rendimentos da Fabrica" (13).

O exemplo acima patenteia a relativa simplicidade desta prática, mas deixa transparecer as dificuldades que poderiam posteriormente surgir pela morte de qualquer dos irmãos ou por brigas entre eles. O caráter dessas propriedades, ditas "pró-indivisas" (divididas em partes ideais), poderia também significar que a terra, embora não houvesse sido desmembrada, era cultivada em lotes distintos, sob diversos herdeiros ou possuidores. Casos assim ocorriam basicamente quando a propriedade não possuía um engenho de açúcar que a forçasse a permanecer unificada em sua exploração. Assim, a nível de lavoura de subsistência ou mesmo do incipiente café, identificamos diversas situações:

-"Sítio dos Barulhos - pertence a diversos e se achão pro indevizo - forão da Sesmaria de Francisco de Camargo Pimentel, deste passou a seos herdeiros, estes venderão a diversos, em cujos poderes se acham (...). Quase todo os possuidores tem cazas de Morada, Pasto e Cultura de

---

(13) Fernando Pacheco Jordão, Itu, 1836, Primeiro Distrito, Sétimo Quarteirão, fogo 34, bairro do Itaim.

Café..."(14).

-"Sítio do Bom Sucesso - Major Joaquim Guerino dos Santos e seos filhos, e se acham pro indevizo (...). (Obtidas) por posse de Salvador do Prado Cortes, que vendeu a Pedro Antonio de Oliveira, que vendeu a Bento Simões Vieira, de quem Guerino houve por herança, e tendo dado partilha a seos herdeiros por falecimento de sua primeira mulher, acha-se ainda pro indevizo (...). Cultiva Café, Pasto, Caza de Morada e fabrica de assucar que está abandonda" (15).

-"Sítio do Monte Alegre - Manoel Joze da Silva Paes e suas Irmãs Maria Francisca da Conceição, Joaquina Francisca da Conceição, Luiza Francisca da Conceição, Ludobina Francisca da Conceição e Cecília Francisca da Conceição, acham-se em Comum entre eles e Luiz Manoel Correa, houveram por herança de seos Pais Manoel Conde Paes e mulher, que houveram por compra (...). Cazas de morada, cultiva café e pasto" (16).

-"Sítio da Serra - pro indevizo - foi da Sismaria de Angelo Cordeiro e Sismaria de João Franco de Brito (...), todos possuidores tem cazas de morada, pastos, culturas de café..." (17).

---

(14) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 68.
(15) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 78.
(16) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 81.
(17) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 151.

-"Este sítio adquirimos por herança de nossos ascendentes, e se acha pró-indivizo. (Proprietários) D. Escolástica Jacintha Rodrigues Jordão, José Pereira de Queiróz, Antonio de Queiróz Telles e Joaquim Benedito de Queiróz Telles" (18).

O caráter de "pró-indiviso" não era provisório. Vários títulos comprovam que esta propriedade indivisa podia perdurar por anos, diante de uma adiada, porém inevitável, partição final:

- "Luciano Francisco Pacheco - sorte de terras bairro Rio assima (...), que me tocou por legitima de meo finado Pay Estanislau de Campos Pacheco a 11 anos mais ou menos - se axa pro indivizo com partes de mais herdeiros, e possuidores do mesmo sitio." (19).

- "Ana Francisca de Araujo, Jose Rafael de Mello Taques, Elias Manuel de Mello Taques, e Manuel Martim de Mello Taques - bairro Mumbuca, (...) - Este sítio nos tocou em quinhão hereditário por morte de meu marido Martim de Mello Taques a 13 anos mais ou menos..." (20).

A terceira forma segue, a princípio, os passos da segunda, sendo na verdade um desdobramento dela. Aqui, a repartição ideal não perdurava, pois os diversos herdeiros

---

(18) Cadastro de Terras de Jundiaí, 1855, título 162.
(19) Cadastro de Terras de Capivari, 1855, título 205.
(20) Cadastro de Terras de Capivari, 1855, título 69.

acabavam vendendo suas frações a um único dentre eles, que assim reunia e concentrava a propriedade do engenho em suas mãos:

-"Chácara das Tres Barras - Jose Joaquim de Oliveira Fernandes - (Proprietário) por herança (de sua cota) e compra feitas a outros herdeiros..." (21).

-"Terras - proprietário, Joaquim Joze Cardozo - parte por herança de seu finado Pay Francisco Pinto Cardozo, e partes compradas a suas irmãs D. Maria Francisca da Anunciação, e D. Eufrozina Antonia do Espírito Santo, e cunhado Joaquim Antonio de Oliveira, que lhes tocou por herança." (22).

-"Fazenda das Sette Quedas - proprietário, Joaquim Bonifácio do Amaral - Parte por herança de seos pais, e parte houve dos demais herdeiros..." (23).

-"Sítio da Cachoeirinha - proprietário, Joaquim Machado da Silva - (foi do) falecido Pai Vicente Jose Machado, e por morte delle foi partilhado por nos os herdeiros então eu rematei em praça as partes dos orffãos meos Irmãos unindo o meu quinhão, por donde sou senhor do dito sítio..." (24).

---

(21) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 4.
(22) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 243.
(23) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 188.
(24) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 108.

A grande questão aqui consiste em saber como este "herdeiro unificador" era selecionado. Esse indivíduo "concentrador" saía extremamente favorecido em relação aos demais herdeiros, pois obtinha, por esse processo, um engenho plenamente produtivo, sem necessidade de repartir seus produtos com outros. Quanto aos demais herdeiros, que denominaríamos "cedentes", comumente irmãos do herdeiro "concentrador", resta também saber seus destinos.

Margarida Moura, ao estudar famílias atuais de pequenos sitiantes de São João da Cristina, Minas Gerais, identificou situações de partilha de terras muito semelhantes às que encontramos. Através de entrevistas, localizou um proprietário que "...após a morte de seus pais, tendo a terra permanecido em condomínio entre os irmãos herdeiros e também depois da morte da maioria destes, comprou deles e dos sobrinhos toda a herança dos pais falecidos, reunificando a totalidade do patrimônio territorial sob sua propriedade" (25). Tais transações, efetuadas entre parentes, seriam transações "claramente preferenciais", e não seriam ditadas pelas regras de mercado, pois "para um parente é cobrado um preço sempre mais baixo" (26).

---

(25) MOURA, Margarida Maria, Os herdeiros da terra - parentesco e herança numa área rural, São Paulo, Hucitec, 1978, p. 7.

(26) Idem, p. 40-41. Conforme adverte Sabean, "a avaliação não levava em consideração o valor de mercado da fazenda, que geralmente era muito superior. Ela somente levava em consideração o que seria satisfatório para o novo fazendeiro

Permanece porém a dúvida acerca de qual herdeiro unificava os quinhões, e como era ele escolhido. Ainda segundo Moura, o irmão que concentrava a propriedade era sempre um homem, e os que cediam, sempre mulheres. "A resposta de vários informantes à pergunta: 'por que as irmãs vendem sua terra aos irmãos ?' é que era 'porque os maridos delas querem comprar em outro lugar perto da terra deles...'" (27).

Se os herdeiros "cedentes" tendiam a ser mulheres, conforme observou Margarida Moura, e se o "concentrador" geralmente era homem, esta venda preferencial da terra pode ser entendida como sendo parte de uma "troca matrimonial". Os maridos dessas mulheres obtinham, via matrimônio, recursos (pela venda do lote da esposa) para adquirirem os lotes de suas respectivas irmãs, repetindo a mesma operação de manutenção do imóvel indiviso (28). Este modelo, sujeito a variantes adaptativas à composição de cada domicílio, parece ter sido o mesmo já aplicado pelas famílias de grandes senhores de engenho de São Paulo, onde também irmãos homens atuavam enquanto "cedentes" (29).

---

pagar". (SABEAN, op. cit, p. 106-107, baseado em Pfalaumer-Rosenberger, Die Anerbensitte in Altbayern, Munich, 1939).

(27) Idem, p. 41-42.

(28) Idem, p. 42.

(29) Neste aspecto, discordamos de Alida Metcalf (op.cit.) quando ela conclui que "...a terra seguia uma linha de descendência matrilineal" (p.121). Sua análise da sucessão da terra falha por não acompanhar a migração dos filhos migrados para fora de Santana do Parnaíba, que muitas vezes haviam herdado patrimônios maiores que os de suas irmãs que

Esta colocação faz-nos crer que semelhante procedimento visava solucionar os possíveis impasses que surgiam quando da partilha da terra. Se não era possível agradar plenamente a todos os herdeiros, ao menos procurava-se chegar ao melhor acordo. Desconhecemos algumas etapas desse processo de preservação da integridade territorial dos engenhos, e o motivo de se escolher este ou aquele herdeiro para o papel de "concentrador" permanece nebuloso. Podemos aventar a hipótese, no caso de herdeiros irmãos entre si, que aquele que exercesse alguma liderança, seja por motivos econômicos, etários - o mais velho - ou de prestígio, tinha grandes chances de se tornar o unificador da propriedade, mas isto é apenas mera especulação. O que sabemos é que arranjos eram discutidos e aceitas pelos integrantes da família, conforme Brotero deixa transparecer em um trecho de inventário que anexa a uma de suas genealogias: "Appenso aos autos (de inventário) existe um requerimento de José de Campos Paes pedindo licença para plantar e fazer roças no sítio de sua sogra sem embargo de estar combinada a venda para Ignacio Xavier. Este concordou e houve nova combinação entre elles" (30).

Assim, era preciso encontrar uma fórmula que recompensasse os herdeiros "cedentes", pois não havia um

---

permaneciam na vila natal. É o caso, por exemplo, de sua análise da sucessão de Antônio Francisco de Andrade (p.99-100).

(30) Inventário de Maria de Arruda Pacheco, transcrito por BROTERO, Descendentes do Ouvidor..., p. 463.

interesse em descerdá-los. Se saíam prejudicados do processo sucessório, era porque havia uma causa mais importante: a preservação da integridade da fortuna familiar. Todo pai "... gostaria de ver cada filha bem casada e cada filho com terra suficiente para sustentar uma família. Do mesmo modo, ele gostaria de ver a propriedade que manteve a duras penas por toda a vida permanecer intacta de modo a prover uma base material para a perpetuação de sua linhagem familiar. Todavia, os magros recursos à sua disposição são, frequentemente, insuficientes para garantir tais desejos. Ele deve balancear seus desejos de modo a perpetuar seu nome no futuro de seus filhos" (31).

A solução parcial do processo inegualitário foi encontrada no interior do próprio funcionamento da Frente Pioneira. Ao vender seu quinhão do engenho paterno, o herdeiro "cedente" obtia um montante de capital não desprezível. Todavia, se resolvesse aplicar esse capital em terras na mesma região, somente conseguiria comprar uma nova fração de dimensão próxima à que vendera. Deste modo, o deslocamento para mais próximo ao sertão, onde as terras decerto eram menos valorizadas, lhe abriria a oportunidade de, com o mesmo capital, adquirir uma porção de terras

---

(31) COLE, J.W. and WOLF, E.R., The hidden frontier: ecology and ethnicity in an Alpine Valley, New York, Academic Press, 1974, p. 176, *apud* GOODY, "Introduction..." in GOODY et allii (eds.), op. cit, p. 5. É óbvio que nossos senhores de engenho não possuíam somente de "magros recursos", mas mesmo assim não dispunham de capital suficiente para legar seu poder econômico a cada um de seus descendentes.

consideravelmente maior. Embora muitas vezes essas terras estivessem ainda inexploradas, necessitando de muito trabalho para promoverem um primeiro retorno do capital investido, ao menos o jovem herdeiro teria reais chances de se transformar em futuro grande proprietário. A permanência em sua vila de origem dificilmente lhe teria aberto tal oportunidade.

De certo, porém, temos que o processo de partilha de heranças era inegualitário em seu final. A igualdade de direitos, nítida enquanto lei, não lograva alcançar sucesso em seus resultados finais. Enquanto um filho podia herdar um engenho em franca produção, outros restavam com terras virgens, sem quaisquer melhoramentos.

Arrolar os motivos desse distanciamento entre teoria e prática não nos é difícil. O interesse em se manter preservada a unidade de produção constituída pelo engenho sobrepujava qualquer idéia favorável à igualdade de direitos dos filhos. Preferia-se a garantia de um filho conservando a unidade dos principais bens paternos, à incerteza da pulverização pela partilha igualitária (32).

---

(32) Alida Metcalf, ao analisar a vila de Santana de Parnaíba no século XVIII, observou que "...todos os filhos tinham direito legal a um parte igualitária da propriedade familiar, mas para desencorajar a fragmentação da mesma, famílias de elite arranjavam para que um herdeiro recebesse um quinhão mais amplo dessa propriedade." (p.6). Desse modo, "famílias de agricultores encorajavam seus filhos a migrar para novas regiões e lá casar com mulheres de proeminentes famílias, e deixavam suas irmãs casarem em Parnaíba..." (p.109). Impelindo os filhos para a migração, as filhas permaneciam em Parnaíba, herdando parte

Portanto, os instrumentos de efetivação do processo sucessório - dote, terça, legítima - tinham valores diferenciados de domicílio para domicílio. O insucesso econômico, a morte, a doença, o número de filhos, tudo era motivo para alterar a importância e o momento da transmissão de bens para os filhos. A mortalidade, por exemplo, embora não fosse catastrófica, era alta o suficiente para perturbar, de tempos em tempos, a estrutura familiar.

Uma análise experimental, efetuada sobre as vinte primeiras famílias que, pela ordem alfabética de nome do chefe do domicílio, possuíam data de falecimento de um dos cônjuges, encontrou uma idade média de orfandade masculina e feminina de 20,8 anos. Embora seja uma média alta para a época, atestanto novamente uma maior longevidade das camadas mais ricas da sociedade (33), ela era baixa diante de nossas espectativas atuais. A ocorrência de morte precoce do pai inevitavelmente significava herdar bens em volume superior

---

substancial dos bens paternos, caracterizando assim um sistema de transmissão da terra por via preferencialmente matrilinear (p.121). A autora inicia sua análise corretamente, mas conclui erroneamente ao defender a herança matrilineal da terra.

(33) A duração média da união, somada à idade média ao casar, mostra que os senhores de engenho efetivamente ultrapassavam a barreira dos cinquenta anos de vida. O Gráfico 1 também verificou esta realidade, ao provar que para se ascender à posse de quarenta ou mais escravos, era preciso que o indivíduo sobrevivesse até a idade aproximada de cinquenta anos. Esta maior esperança de vida tinha reflexos profundos na vida familiar e no encaminhamento do processo sucessório.

ao dos dotes, apressando o movimento sucessório. "Os filhos logo compreendiam que enquanto seus pais vivessem, teriam pouco capital..." (34).

Um número elevado de filhos também poderia ser a fonte de injustiças no momento da sucessão, pois havia uma tendência a se fugir de um exagerado fracionamento dos bens. Além disso, muitos irmãos era também sinônimo de diferença etária considerável entre o caçula e o primogênito, provocando involuntariamente alteração no valor relativo dos bens para cada filho. Quando o Capitão Mor de Itu João de Almeida Prado faleceu, em 1835, sua filha caçula, Teresa, contava com somente três anos de idade e nem mesmo podia receber em mãos a sua legítima. Quanto ao filho primogênito do Capitão Mor, Francisco, meio-irmão de Teresa, contava então com quarenta e dois anos de idade e era próspero senhor de engenho, possuidor de quase cem escravos e, provavelmente, a legítima paterna - de valor idêntico ao de sua meia-irmã - pouco influiria em seu, já elevado, padrão de vida. Para alguns, legítima sem valor, e dote, recebido muito anos antes, valorizado; para outros, legítima valorizada e não recebimento do dote.

No centro de toda essa problemática relativa à transmissão da fortuna, restou claro que a partilha da terra em si não era de importância secundária, como se a terra não

---

(34) METCALF, op. cit, p. 110.

fosse valorizada. Dizer que havia abundância de terras devolutas disponíveis à exploração é fugir da raiz do problema. Ademais, não estamos tratando, ao estudar o grupo de grandes proprietários de engenhos, da terra pura e simples, sem melhoramentos e abundante, como se voltada para a lavoura de subsistência. Estamos tratando, e isto é fundamental, de terras valorizadas por acomodarem sobre si nada menos que um engenho para a produção de açúcar, composto de edificações, maquinários e infra-estruturas muito caro e de difícil e demorada instalação. Este conjunto portentoso, sinônimo de fortuna e poder, era de valor muito elevado, pouco acessível à maior parte dos proprietários de escravos. Mesmo os que se transformaram em senhores de engenho, haviam quase sempre iniciado suas vidas em outras atividades, que lhes permitiu, pouco a pouco, acumular o capital necessário a erguer um engenho.

Esses engenhos, valorizados e constituíndo uma unidade de produção completa, não eram passíveis de fracionamento. Uma moenda, um alambique são unidades indivisíveis; isoladas, perdiam sua funcionalidade e deixavam de ter valor. Não é de se estranhar, portanto, a presença, em ambos os Cadastros de Terras, de propriedades de nossa elite majoritariamente adquiridas por compra. Os títulos de terras herdadas acabavam por desaparecer no momento em que o processo de concentração da terra nas mãos de um único herdeiro era iniciado, deixando uma propriedade cuja apropriação era assim declarada:

- "Fazenda das Sette Quedas. (Proprietário) Joaquim Bonifácio do Amaral. Bairro Boa Esperança. (Adquirido) parte por herança de seos pais, e parte houve dos demais herdeiros..." (35).

Em linhas gerais, é notável a relativa semelhança das situações passados quase quarenta anos entre o primeiro e o segundo cadastros. Embora a conjuntura agrária tenha se alterado consideravelmente nesse intervalo, com um crescimento na produção de açúcar, no número de engenhos e no de escravos, e consequentemente com um aumento real da pressão sobre a oferta de terras, os meios de aquisição de terras permaneciam intimamente ligados à compra.

Todavia, vimos que a percentagem de terras compradas caiu na passagem do Cadastro de 1818 para o de 1855, enquanto a presença das herdadas cresceu. Tal constatação comprova o efetivo enriquecimento da nossa elite agrária durante o período: os senhores de engenho estavam concentrando porções cada vez maiores de terras em suas mãos, pela aquisição de novas e maiores propriedades nas recém-surgidas vilas próximas ao sertão. Surgiram os proprietários absenteístas, e uma visão cada vez mais comercial da posse da terra. A pressão sobre a oferta de terras crescia cada vez mais, forçando o caminhar da Frente de Colonização para oeste.

---

(35) Cadastro de Terras de Campinas, 1855, título 188.

O aumento da pressão sobre o solo, graças a uma grande lavoura progressivamente mais capitalizada, induziu a uma contínua valorização da terra. Vicente de Almeida Prado e seus irmãos declararam, em 1855, terem adquirido uma extensão de terras com plantações de café na vila de Limeira, pelo preço de sete contos de réis, quantia que equivaleria aos rendimentos da venda de aproximadamente 4800 arrobas de açúcar branco, de acordo com as cotações médias do produto fornecidas por Warren Dean (36). Uma safra de tal envergadura não era usual entre os engenhos observados; mesmo que se colhesse tanto, os sete contos seriam um valor bruto, e não líquido, disponível para a compra de terras. Se os dados desta compra não estiverem errados, podemos considerar que a terra com melhoramentos (no caso, café), ao menos já em 1855, não era nada barata, mesmo em se tratando de uma zona próxima à fronteira agrícola, tal como Limeira.

Kuznesof (37) estaria, portanto, correta ao defender a ocorrência de um amplo processo de valorização da terra durante a opulência da produção açucareira. Obviamente, semelhante posicionamento implica em adiantar em muitas décadas a balisa para o início da valorização do solo, até hoje somente identificada à introdução da

---

(36) DEAN, Warren, Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 41.
(37) Op. cit.

cafeicultura.

A opção pela compra da terra caracterizava assim as camadas mais ricas da população paulista. Entre os roceiros, pequenos lavradores e todos aqueles indivíduos que viviam do suor de sua enxada, a posse permaneceu como a prática principal para a obtenção de terras (38). Apossando, abriam caminho para os grandes lavradores forçarem sua expulsão ainda mais para o oeste.

Resta indagar onde se encontrariam registradas essas posses, que são citadas em números mínimos nos dois cadastros de terras. Poderíamos considerar que as posses foram propositalmente "mascaradas", de modo a regularizá-las mais facilmente. Ou então foram ignoradas, não recebendo título definitivo e ficando abertas aos avanços da grande lavoura.

O meio de se obter uma propriedade rural não era, portanto, unidirecional. Quando a intenção era implantar uma lavoura de cana-de-açúcar e participar do comércio exportador, a disponibilidade de terras era restrita, rígida como era pela imperativa necessidade de fácil acesso e proximidade com os centros de comercialização do açúcar. Pelas leis de mercado, tais terras teriam sua cotação elevada, em virtude do grau elevado de procura. Se, por

---

(38) Era o caso dos caiçaras de Ubatuba, para os quais a posse era a forma majoritária de apropriação do solo, de acordo com os Cadastros de Terras de 1818 e 1855. (MARCÍLIO, Caiçaras..., p.65).

outro lado, os fatores fertilidade e localização eram de somenos importância, tal como nos casos dos criadores de gado de Araraquara e Itapetininga e no dos roceiros em geral, a terra tendia a ser mal cotada ou mesmo encontrada desocupada, devoluta.

Portanto, uma jovem elite agrária, recém formada, criou pouco a pouco mecanismos e estratégias que lhe permitiria garantir a preservação, concentração e expansão de suas rendas, terras e podereres. No centro de toda esta preocupação, a preservação da integridade do engenho era fundamental. Para tanto, era preciso interferir nos preceitos ditados pelas leis. Nos documentos, a herança era igualitária, conforme a lei. Na prática, nos interstícios da legislação, a realidade era outra. Mas os filhos desprivilegiados não eram deixados de lado, à semelhança do morgadio (39), apesar da importância de sua sobrevivência ser inferior à necessidade da preservação do engenho, ponto de referência do patrimônio familiar.

As poucas famílias que ser tornaram donas de um engenho precisaram adaptar seus comportamentos demográficos e sua estrutura familiar às novas necessidades da sociedade, que passava de uma economia de subsistência para a grande lavoura de exportação. Iam, assim, construindo, à sua

---

(39) A prática do morgadio não foi identificada uma única vez entre os senhores de engenho do Oeste, contrariando opinião de Eni de Mesquita Samara, que defende, sem provas, a sua ocorrência em nosso século XIX. (SAMARA, "O dote...", p.48).

volta , mecanismos garantidores de sua auto - preservação .

CAPÍTULO 10 - O SUCEDER DAS GERAÇÕES

A rapidez da penetração da grande lavoura exportadora em São Paulo contribuiu para tornar nebuloso o seu processo de instalação. Em pouco mais que uma única geração, uma economia de subsistência de antiga origem viu surgir, em seus meandros, pequenas lavouras de cana-de-açúcar e diversos engenhos. Pais que eram simples lavradores, a colher os poucos excedentes que desembocavam nas cada vez mais decadentes zonas mineradoras, viam seus filhos se lançando em novos empreendimentos, jamais antes intentados em território paulista.

Condições propícias começavam a transformar a Capitania de São Paulo em área estratégica, quer por seu papel de barreira contra um possível avanço castelhano pelo sul, quer pela identificação de suas potencialidades agrícolas, até então inexploradas.

Um dos grandes debates que se tem desenvolvido acerca da instalação de engenhos em São Paulo tenciona

desvendar a origem do capital utilizado na montagem de tais engenhos. Em outras palavras, como surgiu esta elite agrária. A mineração, o tropeirismo e o comércio são sempre lembrados como a fonte de enriquecimento por excelência das populações paulistas que, de um modo ou de outro, buscavam se integrar no amplo círculo de influência do surto aurífero do Brasil Central.

A transferência de capitais da mineração para a grande lavoura tenta-nos pela facilidade de explicação, mas até o momento restringe-se a poucos casos. As referências a senhores de engenho que teriam passado pela mineração fora da capitania, ou mesmo que tivessem tido seus pais envolvidos nessa atividade, são raras e pouco esclarecedoras.

A decadência da mineração, ainda na primeira metade do século XVIII, produziu uma barreira cronológica considerável em relação ao início da instalação dos primeiros engenhos ituanos. Somente os senhores de engenhos instalados nas décadas de 1760 e 1770 puderam ter alguma relação com a mineração. Foi o caso, por exemplo, do Capitão José Manuel da Fonseca Leite e do Capitão Antônio de Barros Penteado (1).

---

(1) "José Manoel da Fonseca, juntamente com seu irmão Antonio Ribeiro Leite, esteve nas minas de Cuyabá, onde possuiu a lavra denominada Melgueira. Regressando a Itú, dedicou-se à lavoura, comprou muitas terras na margem do Tietê e fundou o engenho de assucar conhecido pelo nome de Pirapitinguy..." (SOUSA FILHO, João Baptista, Apontamentos histórico-genealógicos sobre a família Pacheco da Silva,

O tropeirismo também pode ser aceito como fonte de acumulação de capitais para a grande lavoura, mas nossa documentação não fornece provas nesse sentido. A comercialização de tropas, iniciada com a mineração e persistindo até o advento da ferrovia, estava mais proximamente relacionada aos engenhos, pois todo o açúcar paulista utilizou-se de muares para chegar a Santos. Permanecendo enquanto fonte de acumulação de capitais até o século XIX, o tropeirismo e cultivo da cana-de-açúcar andaram a passos juntos, como bem o comprovou Petrone em seu estudo sobre Antônio da Silva Prado (2). Muitos senhores de engenho declararam, através das listas nominativas, não somente possuírem tropas para transporte de seu açúcar, mas também enquanto fonte de renda (3):

- "Lavrador, Tropeiro, Engenho de Açucar - Tem 50 bestas trabalhando no Caminho; Rendeo a tropa

---

São Paulo, 1930, p. 142); "Capitão Antonio de Barros Penteado (...) foi as minas com seu irmão o capitão José de Barros (...), e na exploração da mina da Melgueira, conseguiu tirar em alguns annos uma arroba de ouro, com que, voltando para São Paulo, comprou terras em Itú onde ficou estabelecido." (LEME, op.cit, vol. 3, p. 385, título 2.6). Elizabeth Kuznesof também defende este ponto de vista: "A prosperidade de parte da elite listada no censo de 1765 originou-se de sua estadia nas minas" (op. cit, p. 20).

(2) PETRONE, "Um comerciante...".

(3) Contrariando assim a proposição de Sueli Queiroz de que "...eram raros os fazendeiros donos de tropas; a maior parte recorria a arrieiros ou tropeiros a quem pagava por arrôba de açúcar." (QUEIROZ, Suely Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial" in Anais do Museu Paulista, 21:109-278, 1967, p. 191).

2:000$000" (4).

- "Lavrador, Tropeiro e tem Engenho de açucar - Tem 70 bestas no caminho" (5).
- "Fabrica de açucar, tem 70 bestas que rendem 1:500$000" (6).
- "Fabrica de assucar (...); Tão bem tem huma tropa de Besta com que trabalha em conduzir assucar para a Vila de Santos, e ganha cem mil réis, e tudo vai para pagar suas dividas, e gasto de sua Caza" (7).

O comércio, por sua vez, era igualmente uma atividade relacionada ao processo de formação das fortunas de nossa elite. Diversos indivíduos, notadamente os portugueses, partiram da atividade comercial diversa para o acúmulo inicial de seus capitais, de modo a, posteriormente, construirem seus engenhos. As listas nominativas fornecem diversos exemplos de passagem da atividade comercial para a produção de açúcar:

- "Vive de seu negocio de Fazenda Seca; é Senhor

---

(4) Antônio de Queiroz Telles, Jundiaí, 1836, Sétimo Quarteirão, fogo 11.
(5) José Pereira de Queirós, Jundiaí, 1836, Sétimo Quarteirão, fogo 16.
(6) José de Salles Leme, Campinas, 1835, Sexto Distrito, Primeiro Quarteirão, fogo 11.
(7) Felix Antônio do Prado, Itu, 1798, Cia. do Cap. Pedro da Silveira, fogo sem número.

de Engenho, fábrica que está fazendo de novo" (8).

- "Negociante de fazenda seca, este ano não meteu fazenda alguma. Tem seu sitio onde trabalha na agricultura, e esta fabricando Engenho, ou fábrica de açucar" (9).
- "Negociante, tem engenho de Sociedade que seos socios dão conta" (10).
- "Negociante de fazenda seca; esta estabelecendo fábrica de açucar" (11).
- "Vive de seu negócio de Fazenda Mercantil, tem engenho de açucar" (12).

Elizabeth Kuznesof também vê uma nítida associação entre o comércio e a grande lavoura, numa conjunção em que os portugueses foram os maiores representantes. Todavia, discordamos da autora quando ela dá ao comércio o papel de principal agente capitalizador da lavoura do açúcar, desde finais do século XVIII (13). Nossos dados indicam, pelo contrário, que o processo de expansão da lavoura canavieira deu-se por meio de auto-financiamento, como o prova o

---

(8) Francisco da Costa Alvares, Jundiaí, 1807, 3a. Cia, fogo 2.
(9) José Vicente Ferreira, Jundiaí, 1817, 1a. Cia, fogo 2.
(10) Caetano José Portela, Itu, 1815, 1a. Cia, fogo 30.
(11) Manuel Soares Ferraz, Jundiaí, 1818, 1a. Cia, fogo 11.
(12) João Batista da Luz, Moji Mirim, 1825, 2a. Cia, fogo 1.
(13) Conforme argumentação de Kuznesof às páginas 29 e 178.

predomínio de senhores de engenho que jamais exerceram quaisquer atividades relacionadas ao comercio, mineiração e tropeirismo.

De qualquer maneira, a importância destas atividades deve ser repensada. O Gráfico 1 indicou a tendência, entre os senhores de engenho, de um início de vida sem muitas posses, ou melhor, sem muitos escravos. Isto significa que a capitalização desses indivíduos não estava ocorrendo previamente a sua atividade de produção do açúcar, mas sim durante a mesma (14).

Consequentemente, se houve algum movimento de transferência de capitais de outras atividades para a lavoura da cana-de-açúcar, ele foi discreto e de volume restrito. Talvez tenha havido um ou outro caso de vultosos capitais investidos na lavoura canavieira, mas pequena era sua representatividade. O aporte de capitais no Oeste raramente teve expressão suficiente para permitir o surgimento imediato de um engenho de grandes proporções,

---

(14) Os cinco comerciantes citados acima possuíam, ao se tornar senhores de engenho, respectivamente 16, 17, 8, 34 e 41 escravos. Via-de-regra, esse acúmulo de escravos era lento, e ocorria durante toda a vida produtiva do indivíduo (conforme Gráfico 1). O caso de Antônio da Silva Leme, senhor de engenho de Campinas, foi típico, conforme vemos pela evolução do tamanho de seu plantel:

1795 - 2 escravos
1800 - 11 "
1805 - 14 "
1810 - 24 "
1815 - 27 "
1818 - 35 "
1825 - 48 "

contando com um amplo plantel de escravos.

Por outro lado, todos os indivíduos que chegaram a possuir quarenta ou mais escravos o fizeram através da produção de açúcar, em engenho próprio. Jamais foi localizado, em todo o Oeste Paulista, possuidor de tamanho plantel que estivesse prioritariamente envolvido em outra atividade econômica. Isto comprova que a produção de açúcar, por si só, possibilitava uma acumulação de capital vultosa, que diferenciava o indivíduo da grande maioria dos proprietários de escravos do Oeste.

Concomitantemente, em oposição ao papel único da atividade de produção de açúcar, como etapa principal no ciclo de vida de nossos grandes proprietários, atividades menores realmente desempenhavam papéis fundamentais no empuxo inicial da vida econômica dos mesmos.

Tabela 2º - Ocupação dos chefes de família, segundo as listas nominativas em que surgem pela primeira vez declaradas suas ocupações, 1765-1836.

Ocupação	Número de casos	%
Senhor de engenho	120	58.3
Vive de suas lavouras/ Agricultor/Planta mantimentos para o gasto	33	16.0
Planta canas de partido	22	10.7
Vive de seu negócio	11	5.3
Lavouras e criação	4	1.9
Tropeiro	4	1.9
Administrador de engenho	3	1.5
Está construindo engenho	3	1.5
Contratador dos dízimos e criador	1	0.5
Arrenda engenho	1	0.5
Vive de seus jornais	1	0.5
Vive de suas agências	1	0.5
Não especificados	2	1.0
Total	206	100.1

Havia uma tendência de se iniciar a vida em atividades subsidiárias aos engenhos, tal como a lavoura de subsistência, o plantio de canas de partido e a administração de engenho. A atividade de senhor de engenho viria numa segunda fase na vida do indivíduo, quando ele alcançava meios de pagar pela montagem da moenda e de toda a infra-estrutura necessária à produção do açúcar.

Antônio Pacheco da Fonseca, morador em Itu, foi recenseado em 1801, aos vinte e um anos de idade, como partidista de cana, e possuidor de somente oito escravos; já em 1806, apareceu como senhor de engenho e possuidor de vinte e dois cativos. De modo análogo, Antônio Pires de Almeida Moura, também morador em Itu, surgiu em 1809, aos

vinte e três anos de idade, como plantador de mantimentos para o seu próprio consumo, e proprietário de cinco escravos; em 1816, já com trinta e seis escravos, transformou-se em senhor de engenho. O Capitão Eufrazio de Arruda Botelho, também morador em Itu, surgiu plantando mantimentos na lista de 1798, possuindo treze escravos; em 1801, aumentando seu plantel para vinte e três escravos, transformou-se em "mercador de loja", passando, finalmente, em 1803, a senhor de engenho, possuidor de trinta e um escravos.

Indubitavelmente, o melhor meio para se chegar a senhor de engenho era exercer a atividade subsidiária mais lucrativa, o plantio de canas de partido. Opção comumente perseguida, quando o pai ou algum parente do indivíduo já era senhor de engenho:

- "Planta Canas no Engenho de seu Pay" (15).
- "Vive de seu negocio e planta cana de partido no Engenho de D.Maria Luiza (sua sogra)" (16).
- "Planta cana de partido com seu pai Tenente Domingos da Costa; por hora nada fez" (17).
- "Partidista com seu cunhado Antonio Teixeira" (18).

---

(15) Francisco Pacheco de Campos, Itu, 1829, 2a. Cia, fogo 125.
(16) Luís Antônio de Assumpção, Porto Feliz, 1811, 3a. Cia, fogo 130.
(17) Inácio de Camargo Leme, Campinas, 1818, 6a. Cia, fogo 7.

- "É partidista, planta cana nas terras de sua Mai D.Anna de Campos" (19).
- "Fez assucar de favor no Engenho da may" (20).

Iniciar plantando canas facilitava o implantação de um engenho. Assim que a moenda e os alambiques estivessem prontos, a cana também já estaria disponível, em plena produção.

Casos de indivíduos que começaram diretamente com engenhos não foram identificados. Havia sempre a necessidade de instalação em outro ramo de atividade para depois, com o auxílio familiar - dote, terça e legítima -, com o casamento e a lenta acumulação de algum capital, ir aos poucos ascendendo economicamente:

- "Plantou canas, inda não fez assucar; cazou-se neste anno" (1802); "Vive de sua lavoura" (1803); "Senhor de Engenho" (1806) - (21).
- "Planta cana de Partido e mantimentos" (1798); "Cazou-se, planta canas de partido" (1804); "Senhor de Engenho" (1805) - (22).

---

(18) Joaquim Ferreira da Silva,Campinas, 1812, 6a. Cia, fogo 43.
(19) José de Campos Penteado, Campinas, 1812, 6a. Cia, fogo 60.
(20) Joaquim Manuel da Fonseca Pacheco, Itu, 1809, 3a. Cia, fogo 61.
(21) Antônio Correa Pacheco, Itu, 3a. Cia, fogos 36, 98 e 71.
(22) Joaquim Correia Leite de Moraes, Porto Feliz, 2a. Cia, fogos 2, 2 e 2.

Diversos outros exemplos poderiam ser arrolados, indicando o quão comum era essa sequência de mudanças de atividades rumo à posse de um engenho. Alguns poucos indivíduos parecem também ter acumulado capital atráves da arrecadação de impostos, tal como o português Caetano José Portela e o Capitão Mor de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha (23).

Assim, se a acumulação não se dava previamente à atividade de produção de açúcar, fica óbvio que a transmissão de capital entre as gerações revestia-se de caracteristicas peculiares. Os engenhos paternos não eram, sob hipótese alguma, transferidos para as mãos_dos _filhos enquanto o pai e a mãe permanecessem vivos. Estes necessitavam de seu engenho por uma questão de pura sobrevivência; se o mesmo fosse entregue ao filho, o pai se transformaria em simples agregado.

Mantendo o engenho em suas mãos, o pai somente podia ceder aos filhos o dote, e liberá-lo para tentar sua sorte em domicílio independente. Se o pai dispunha de muita terra, podia ceder ao filho a exploração de parte dela. Mas a prática mais comum era a de impelí-los para outras vilas, onde as ofertas de terra seriam melhores. Os mecanismos de

---

(23) Caetano José Portela tem essa sua atividade de contratador dos dízimos registrada pelas listas nominativas a partir de 1803; já o Capitão Mor nada declara às listas, mas um ofício de 1780 o cita como arrematante do contrato dos dízimos, junto com dois sócios, pelo triênio 1780-1783. (Documentos Interessantes, vol XLIII, 1903, p.328-329, documento 135, datado de 07/06/1780).

concentração da fortuna e das terras do engenho sob o controle de um único herdeiro, que pagava aos irmãos preços abaixo da cotação de mercado pelos seus quinhões (24), forçava a migração destes para áreas onde o capital obtido tivesse melhor rentabilidade. As terras novas da Frente Pioneira constituíam um atrativo flagrante.

Se a preferência pela manutenção da unicidade do engenho paterno na sucessão era patente, a escolha do herdeiro unificador era extremamente diferenciada, obedecendo aos mais variados motivos. Na partilha dos bens do Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva, de Itu, optou-se por manter a posse do engenho familiar sob as mãos do filho caçula, o Tenente Elias Antônio Pacheco da Silva. Ele era o único filho que permanecera residindo no domicílio paterno até a morte dos pais, e fora o administrador do engenho de sua mãe, viúva nos últimos anos de sua vida. Assim, herdou o engenho não somente por o mesmo já estar há anos sob sua responsabilidade, mas provavelmente também por ser, então, o único filho que ainda não estava estabelecido com sua própria fazenda. Além de ter herdado o engenho paterno, Elias se casou com a filha do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, uma das maiores fortunas da época, que lhe legou também o grande engenho de Queluz, em Campinas.

---

(24) "A aplicação da lei de heranças à terra estava tendo um efeito de fracionamento em toda a propriedade, exceto aquela dos ricos suficientemente para que seus herdeiros pudessem comprar seus lotes entre si" (KUZNESOF, op. cit, p. 171).

Já quando da partilha dos bens do Capitão Mor de Itu, João de Almeida Prado, pai de vinte e um filhos, com suas duas esposas, a estratégia adotada foi diferente. Seu filho primogênito, Francisco, recebeu sozinho as terras dos dois engenhos paternos de Itu, enquanto todos seus irmãos e meios-irmãos foram obrigados a migrar para outras vilas, onde adquiriram novas propriedades. Encontramos esses irmãos espalhados pelas mais diversas vilas, tais como Indaiatuba, Limeira, Rio Claro, Jaú e Piracicaba, onde todos conseguiram se transformar em proprietários de considerável prestígio.

Entre os herdeiros do Brigadeiro Luís Antônio de Souza o procedimento foi particularmente interessante. Uma dos maiores potentados da época, o Brigadeiro, português migrado para o Brasil, acumulou fortuna considerável, parte em sociedade com outro português, o Senador Vergueiro. Somente no Cadastro de 1818 foram arroladas doze suas propriedades, quase todas dispondo de engenhos, e várias adquiridas em sociedades. Possuindo tantas terras, não havia motivos para concentrá-las nas mãos de um único herdeiro. Assim, cada um dos seis filhos que teve com Genebra de Barros Leite herdou alguma propriedade, inclusive sua filha solteira, Maria Inocência de Souza Queirós. Neste caso, a fortuna familiar pesou na distribuição mais ou menos equitativa dos bens, e é de se ressaltar que cada um dos filhos conseguiu adquirir diversas novas propriedades, além das herdadas (25). Não sabemos, todavia, qual a relação dos

bens possuídos pelos filhos no Cadastro de 1855 com o patrimônio de seu padastro, José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, segundo marido de sua mãe.

Outra situação curiosa foi a encontrada na partilha dos bens do Capitão Inácio Caetano Leme, senhor de engenho de Campinas. Teve como herdeiros oito filhos de seu casamento com Maria Francisca de Campos, e um filho natural e legitimado, Lourenço, havido antes de seu matrimônio. Por algum critério obscuro, foi justamente este filho natural quem herdou as três principais propriedades paternas em Campinas, pouca coisa restando a seus irmãos legítimos.

Estes exemplos demonstram como a herança da terra podia tomar formas variadas, de acordo com a realidade própria a cada domicílio. Indivíduos mais capitalizados, possuidores de diversas fazendas, podiam se preocupar em distribuí-las entre os herdeiros, seguindo mais de perto os preceitos de igualitariedade. Proprietários de apenas um engenho já não podiam se dar ao luxo de fracionar suas

---

(25) A relação das propriedades dos filhos de D.Genebra é extensa: Estevão Ribeiro de Rezende (genro), Sitio de São Pedro, Sitio Santo Antônio e Fazenda Santa Genebra; Francisco Antônio de Souza Queiroz: Fazenda de São Jerônimo, Fazenda Água Vermelha, Sitio "as Carrinhas", Fazenda do Cricium al, Engenho do Quilombo, duas terras sem nome; Luís Antônio de Souza Barros: Fazenda Felissíssima ou Barreiro, Sitio Taquaral, Fazenda Lourenço, "Camandocaia", Sitio Santo Antônio; Vicente de Souza Queiroz: Sitio Bom Retiro, Fazenda de Santa Genebra, Fazenda da Anhumas, Fazenda Bomjardim, Fazenda da Atibaia; Maria Inocência de Souza Queiroz: Sitio do Funil, Fazenda Tapera, Engenho Monjolinho. Essas propriedades distribuíam-se pelos municípios de Campinas, Piracicaba, Limeira, Jaboticabal, Pirassununga, Belém do Descalvado, Moji Mirim e Porto Feliz.

posses em nome da igualdade de condições dos filhos.

Caracteristicamente, os proprietários de várias terras, geralmente em uma mesma vila, ao repartirem igualitariamente seu patrimônio mantinham os filhos próximos entre si, residindo no mesmo município. Foi o que ocorreu com o Capitão Mor Floriano de Camargo Penteado, que conseguiu manter todos os seus doze filhos em Campinas. Em oposição, o Capitão Mor João de Almeida Prado, não podendo fracionar as suas duas únicas propriedades de Itu, entre todos os filhos, compeliu-os a migrar para novas paragens.

A prática da migração causada pela falta de terras cultiváveis parece ter sido ampla, como o atesta a presença das gerações mais novas de nossas famílias de elite nas vilas de mais recente criação. À primeira vista, seria confortável afirmar que os filhos que permaneciam nas terras originais paternas saiam em vantagem diante da necessidade de migração de seus irmãos. Se pensarmos semelhante situação embutida na realidade do período de explosão da lavoura canavieira, de certo modo esta afirmação estaria correta. O problema representado pelo aumento das distâncias a serem percorridas pelas tropas de transporte de açúcar era crítico, e dificilmente haveria lucratividade em se trazer tal carga desde além de Piracicaba. Nesta linha de raciocínio, herdar um engenho montado, em plena produção, e mais próximo aos portos constituía uma vantagem considerável para aquele herdeiro concentrador das terras paternas.

Todavia, se pensarmos no problema da sucessão da propriedade paterna face à nova realidade de surgimento da lavoura cafeeira, acreditamos que a situação ganharia novos contornos. A partir de meados da década de 1840, o açúcar perdeu sua primazia, enquanto produto de exportação paulista, para o café. Espalhado por amplas faixas do Vale do Paraíba, impulsionado pelo crescimento da procura no mercado internacional, o café começara a se tornar mais atraente para muitos dos antigos senhores de engenho do Oeste (26).

Os projetos iniciais de implantação do café no Oeste devem ter enfrentado uma realidade óbvia, a de que os solos dos antigos núcleos urbanos do Oeste eram impróprios para esta nova lavoura. Com exceção de Campinas, não houve nenhum sucesso na introdução da cafeicultura nas fracas terras de Itu, Porto Feliz, Jundiaí e Moji Mirim. Sendo, a partir de então, um produto mais valorizado que o açúcar, e passível de melhor conservação sobre os lombos das tropas, o

---

(26) Seria interessante se conseguíssemos seguir os passos da introdução e popularização do café nos hábitos alimentares brasileiros, tal como sugere o seguinte documento: "S.M o Imperador, Sendo-lhe presente o offício de 28 de fevereiro passado, em que o Intendente da Marinha, ponderando a falta, e mesmo o subido preço por que ora se vende o chá, propõe o meio de occorrer a este incoveniente adoptando-se para os navios da Armada Nacional e Imperial o uso do café, de que tanto abunda o Paiz, e cuja despeza é menor; Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, participar ao referido Intendente que Ha por bem Approvar a sua proposta, para que assim se execute. Paço em 2 de Março de 1825." (Coleção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1825, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p.31).

café partiu à procura de novos solos a oeste e noroeste.

Assim, nesta fase específica, herdar a propriedade paterna tornou-se, muitas vezes, uma faca de dois gumes. Herdando terras que passaram a se desvalorizar continuamente por não serem aptas para o café, muitos indivíduos se viram diminuídos em suas posses. Permanecer na produção do açúcar foi, para muitos, não uma questão de opção, mas sim de impossibilidade de cultivar o café nas fracas terras de sua propriedade (27).

Uma nova forma de ascenção à posse de um engenho de açúcar surgiu no Oeste por volta da última década do século XVIII, quando a capitalização da economia açucareira começou a se tornar marcante. Alguns indivíduos, dentre os senhores de engenho mais enriquecidos, passaram a aumentar suas posses através da realização de sociedades com proprietários de terras sem engenhos:

> - "Senhor de Engenho; Possue mais hua Fazenda de Criar Gado Vacum, e Cavallares na Villa de Mogi-Mirim que por hora nada marcou. Tem sociedade com o Coronel Francisco Pinto Ferraz que entrou com dinheiros e os escravos. Acresce nesta Lista 8 escravos que comprou do Coronel

---

(27) Foi o caso da vila de Porto Feliz, onde o açúcar resiste até o final do século XIX, inclusive com a implantação do famosos Engenho Central. Vide SOUZA, Jonas Soares de, "Uma empresa pioneira em São Paulo, o engenho central de Porto Feliz" in Brasil Açucareiro, 92(5):51-64, novembro de 1978.

Luis Antonio de Souza" (28).

- "Senhor de Engenho, tem sociedade com o Coronel Luis Antônio de Souza, morador em São Paulo" (29).
- "Senhor de Engenho, tem sociedade com o Coronel Luis Antonio de Souza que entrou com a escravatura e dinheiro" (30).
- "Senhor de Engenho, tem sociedade com o Tenente Coronel Francisco Antonio de Souza que entrou com escravatura e dinheiro" (31).
- "Senhor de Engenho em sociedade com o sogro Ignacio Ferraz Leite" (32).

Nesses casos, o procedimento corriqueiro era o de um grande proprietário entrar com o dinheiro e os escravos, em sociedade com um indivíduo que dispunha de terras boas para a instalação de um engenho. Este último deveria ser sócio minoritário, pois não entrava com grandes capitais, apesar de, certamente, extrair da sociedade lucros consideráveis, pois todos acabavam proprietários de seus próprios engenhos.

---

(28) Antônio de Cerqueira Cezar, Campinas, 1800, 1a. Cia, fogo 70.
(29) Caetano José Gomes, Campinas, 1812, 6a. Cia, fogo 5.
(30) Inácio Ferreira de Sá, Campinas, 1800, 1a. Cia, fogo 71.
(31) João José da Silva, Campinas, 1800, 1a.Cia, fogo 82.
(32) Modesto Antônio Correa, Jundiaí, 1818, 1a. Cia, fogo 164.

Possuir um engenho de açúcar era a meta de todos os membros desta nossa elite. Os caminhos para alcançá-la eram vários: lavoura de cana, tropas, comércio, sociedade em engenho. Somente uns poucos filhos privilegiados conseguiram herdar um engenho em atividade. Eram os herdeiros "concentradores", os continuadores das atividades paternas. Seus irmãos acabavam por também possuir um engenho, mas de modo mais demorado, acumulando suas fortunas pouco a pouco.

Os mecanismos de preservação, concentração e expansão das fortunas estavam em plena atuação. Garantia-se o sucesso de um herdeiro, mas dava-se oportunidades aos demais para que se tornassem senhores de engenho. Saindo precocemente do fogo paterno, recebendo um dote, casando com um consanguíneo ou filho de grande proprietário, migrando para o oeste, todo jovem tinha sua chance de se tornar um grande proprietário.

Aqueles que obtiveram sucesso, mantendo o status sócio-econômico dos pais, eram valorizados, mantinham vínculos estreitos com a família. Pertenciam ao mesmo grupo social, eram reconhecidos enquanto tal, e continuavam a ser vistos como parentes. Por outro lado, aqueles que não obtivessem sucesso, tornando-se grandes proprietários, a exemplo de seus pais, podiam deixar de serem reconhecidos como pertencentes ao mesmo grupo (33). Vários eram os

instrumentos de distinção para aquela restrita elite de grandes proprietários, conforme veremos em nosso último capítulo.

---

(33) "Por este motivo, certos indivíduos ligados por sangue ou casamento às vezes não se reconheciam como 'família', não obstante sua consanguinidade ser evidente na abstrata categoria de uma parentela" (LEWIN, Linda, "Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the brazilian northeast" in Comparative Studies in Society and History - An International Quartely, 21(2):262-293, april 1979 op. cit, p.268).

CAPÍTULO 11 - CONSCIÊNCIA DE ELITE

A partir do momento em que as famílias de senhores de engenho tomaram consciência de que constituíam um grupo à parte do restante da sociedade, buscaram instituir critérios demarcadores de sua especificidade. A elaboração de genealogias sempre foi uma prática difundida para tentar justificar posições de domínio sócio-econômico. Em São Paulo, a incipiente elite agrária da cana-de-açúcar fez surgir uma genealogia a seu respeito, redigida por Pedro Taques Paes Leme. Datada da segunda metade do século XVIII, essa obra tentava traçar laços de descendência entre essa elite local e a nobreza européia (1). Posteriormente, Silva Leme, em sua Genealogia Paulistana, retomou e refinou a obra de Taques, por interesses dos descendentes daqueles senhores

---

(1) LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, Nobiliarqu paulistana histórica e genealógica, 5a. ed, Belo Horizont Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, 3 volumes.

de engenho.

Elaborar genealogias era, assim, um dos meios para aquela elite agrária tentar justificar e preservar seu status, criando pontos de referência com a nobreza peninsular. Todavia, ela podia também dispor de outros mecanismos para reafirmar sua especificidade. As próprias genealogias indiciam as mudanças promovidas, ainda durante o surto açucareiro paulista, nas práticas de transmissão dos sobrenomes entre as gerações.

Desde há algum tempo iniciaram-se os primeiros estudos a respeito da prática da transmissão do sobrenome em sociedades do passado (2). Deles resultaram fortes indicações de que a posse de um sobrenome não era fato comum em uma parcela considerável de nossa população livre colonial. Segundo Marcílio, 6.2% dos homens e 66.9% das mulheres casadas de Ubatuba entre o fim do século XVIII e início do XIX não apresentavam sobrenome (3).

Por outro lado, as obras genealógicas já deixavam claro que não havia preocupação, mesmo nas famílias de elite, com a diferenciação dos indivíduos através de nomes de família. A fixação de um sobrenome se tornou prática

---

(2) Para o Brasil, vide MARCÍLIO, Maria Luiza, "Anthroponymie au Brésil" in HENRY, Louis (dir.), Noms et prénoms - aperçu historique sur la dénomination des personnes en divers pays, Belgique, UIESP, 1974, p. 37-46; MARCILIO, Maria Luiza, "Variations des noms et des prénoms au Brésil de 1800 à 1930" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1972, p. 345-353. Para outras sociedades, vide a supracitada coletânea de Henry.
(3) MARCÍLIO, Caiçaras..., p. 40.

corrente a partir do momento em que alguns indivíduos passaram a se "sentir diferentes" da população que os cercava. A acumulação de riquezas, permitida desde que a grande lavoura de exportação fora introduzida na Capitania de São Paulo, fez com que algumas famílias tomassem consciência dessas "diferenças": possuíam um engenho e muitos escravos, produziam um gênero de produto voltado para a exportação e tinham acesso a um mercado exportador, através do qual passaram a entrar em contato com um mundo diferente daquele em que viviam.

Adquirindo novos parâmetros para analisar a sua própria sociedade, passaram não somente a se julgar diferenciados, "melhores", mas também a tentar provar isto. Constroem casas maiores, mais imponentes, com materiais relativamente mais refinados. Elaboram extensas genealogias. Alteram a forma de seus testamentos, diminuindo progressivamente o seu conteúdo religioso - pedidos de missas, encomendação da alma, enumeração dos santos de sua fé, organização de seu funeral - e incorpando, como sinal de enriquecimento, a descrição e destinação de seus bens. Cobiçam os títulos e patentes, muitas vezes de valor apenas simbólico.

Procurou-se também fixar um nome que não apenas identificasse a linhagem familiar, mas também comprovasse a filiação, para fins de herança, do patrimônio e privilégios conquistados.

Essas mudanças, claras para demonstrar que aquele grupo de senhores de engenho ganhava consciência de que era uma elite, surgiram aos poucos. Eram parte substancial dos mecanismos de preservação, concentração e reprodução das fortunas que estamos identificando.

A não normatização da transmissão do nome de família era prática comum a toda a sociedade, conforme indicam as genealogias:

Pai: Pedro Vaz de Campos, nascido em Parnaíba em 1674;
Mãe: Escolástica de Oliveira Paes;
Filhos: - Francisco Xavier de Campo
- Manuel de Campos de Oliveira
- Estanislau de Campos Paes
- Maximiano de Oliveira Paes
- Bernardo José de Campos
- Pedro Vaz de Campos
- Luzia Leme de Barros
- José Paes de Campos (4)

Entretanto, não é necessário recuarmos tanto no tempo. Casos semelhantes são encontrados em abundância ainda no século XIX, em pleno auge da lavoura monocultora da cana-de-açúcar. Diversas fichas de reconstituição de famílias exibem sintomas inequívocos de formas confusas de transmissão de sobrenomes:

---

(4) LEME, op. cit, vol. 4, p. 173-174.

Pai: Domingos de Almeida Campos

Mãe: Maria Inácia Leite

Casamento: Porto Feliz, 1813.

Avô paterno: Antônio de Pádua Botelho

Avó paterna: Ana Tereza Paes

Avô materno: Francisco de Oliveira Setúbal

Avó materna: Izabel de Almeida Falcão

Filhos: Maria Dulcelina de Campos

Augusta de Almeida Campos

Joaquim de Almeida Campos

Cândida de Campos Barros

Izabel de Almeida Leite

Honorata de Campos Mello

Durcia de Campos

Tereza de Almeida Campos

Feliciana de Almeida Campos

Francisca Carolina

Domingos de Almeida Campos

Antônio de Pádua Botelho

Francisco

Apesar de a repetição do sobrenome paterno completo predominar, indício de uma normatização progressiva da transmissão dos sobrenomes, destacam-se exceções significativas. Há apenas uma utilização do sobrenome materno (Leite), uma do sobrenome do avô paterno (Pádua

Botelho), e duas de sobrenomes de origem desconhecida (Barros e Mello).

Opções diferentes puderam ser observadas em outras famílias:

Pai: Felipe de Campos e Almeida Lara
Mãe: Andreza Pacheca de Arruda
Casamento: Itu, 1784.
Avô paterno: Estanislau de Campos Bicudo
Avó paterna: Antônia de Arruda
Avô materno: Guilherme Vaz Pinto
Avó materna: Bárbara Dias Leite
Filhos: Ana de Campos Pacheca
Camilo de Campos Almeida
João Pinto Ribeiro
Bárbara Dias Leite
Estanislau de Campos Arruda
Joaquim José de Campos Almeida
Antônia de Arruda
Mariana Leme
José Vaz Pinto

Aqui podemos notar como o último sobrenome do pai (Lara) jamais foi adotado pelos filhos. Além disso, praticou-se, diferentemente do exemplo anterior, o costume de misturar os sobrenomes do pai com os da mãe (Campos Pacheca, Campos Arruda). Os sobrenomes dos avós também foram adotados (Vaz Pinto, Dias Leite), bem como seus

prenomes (Bárbara, Estanislau) - esta, uma atitude comum também na atualidade. Por fim, um sobrenome estranho também apareceu (Leme).

Outra característica notável de ambos os casais reconstituídos diz respeito à não transmissão da maior parte dos sobrenomes dos avós para a geração seguinte.

A inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família era uma das características de nossa sociedade colonial, e os integrantes da elite da cana-de-açúcar ainda participavam de tal realidade. Somente então estavam principiando a se diferenciar enquanto grupo privilegiado.

Desse modo, alertados pelos indícios surgidos quando da reconstituição das famílias nas fichas de Louis Henry (5), resolvemos nos voltar para a análise do problema.

---

(5) Não podemos nos esquecer que as fichas de reconstituição de famílias de Henry são estruturadas com base no nome dos indivíduos componentes do casal. Ao se trabalhar com sociedades européias, os indivíduos são acompanhados pelos seus nomes de família. Para nossas populações coloniais, no entanto, qualquer tentativa de se acompanhar os indivíduos nas séries documentais através do sobrenome se frustra prontamente, pois ele não era transmitido regularmente entre as gerações e comumente era alterado. O controle dos indivíduos através do prenome tem se mostrado uma opção eficiente e confiável.

Número de sobrenomes	Homens (%)	Mulheres (%)
0	0.0	6.2
1	18.3	45.1
2	69.5	45.1
3	11.0	3.6
4	1.2	0.0
Total	100.0	100.0
Número de indivíduos	164	193

A prática de se receber um sobrenome era mais presente entre os homens do que entre as mulheres. Os homens tendiam a receber dois sobrenomes, enquanto para as mulheres a tendência se dividia entre um e dois sobrenomes, ao lado de uma consistente propensão a não se receber nenhum. As listas nominativas indicam que o nome de família era muito mais importante para os homens do que para as mulheres. Aqueles jamais podiam, ao nível da elite agrária em formação, surgir apenas com o prenome, a não ser durante a infância. A importância do sobrenome para o homem de elite se traduz pela alta percentagem de indivíduos com três e mesmo quatro sobrenomes, ao contrário das mulheres, que os carregavam com bem menor frequência.

Tabela 31 - Origem dos sobrenomes

Origem do sobrenome	Filhos (%)	Filhas (%)
Só do pai	43.9	34.7
Só da mãe	3.7	12.4
De ambos	16.5	19.7
Do pai e desconhecido	21.3	7.3
Da mãe e desconhecido	3.7	3.6
Somente desconhecidos	9.1	15.6
De ambos e desconhecido	1.8	0.5
Sem sobrenome	0.0	6.2
Total	100.0	100.0

Os sobrenomes paternos tendiam a ser passados mais para os filhos homens do que para as mulheres; 37.8% destas não recebiam sobrenome paterno, contra 16.5% dos homens. Em oposição, 74.3% dos homens não herdavam sobrenome materno, contra 53.8% das mulheres. Tal preferência pelo sobrenome paterno talvez tenha alguma relação com a opção preferencial pelos primos-irmãos paternos, identificada no Capítulo 5.

A não análise dos sobrenomes ditos desconhecidos deveu-se à extrema dificuldade em desvendar suas origens. Deviam provir, muitas vezes, dos avós, como já o observara Linda Lewin (6). Aqui, novamente, os filhos homens foram encontrados em maior número, quase sempre unindo um sobrenome do pai a outro, desconhecido. A posse exclusiva de sobrenome desconhecido, contudo, é mais presente entre as mulheres, onde encontramos muitos sobrenomes de origem

(6) LEWIN, op. cit., p. 269.

religiosa, tal como Josefa Maria do Espírito Santo, Liberata Joaquina da Purificação, Maria Joaquina de Jesus, Maria Luiza da Conceição e Maria Jacinta da Natividade (7).

Estamos, portanto, analisando um grupo de famílias que começava a ganhar consciência de sua posição dentro da sociedade. O sobrenome ganhava, progressivamente, valor diferenciador, como a marcar que este ou aquele indivíduo era pertencente a um restrito círculo social. Mas semelhante prática ainda era, durante o período em que nos detivemos, recente e não plenamente assentada. Assim, vemos nomes de família serem transcritos para o feminino, atitude impensável tempos depois: Teresa Antônia de Góes "Pacheca", Maria Paula "Machada", Isabel de Campos "Penteada", Ana Franca "Cardoza".

Outra característica de nossas famílias era a não necessidade de a mulher adotar o sobrenome do marido. Raríssimas vezes encontramos alterações de sobrenomes de mulheres pelo matrimônio, adotando o sobrenome do marido, tal como: Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca e Inácia Joaquina da Fonseca (8). A grande maioria dos maridos e

---

(7) Esta realidade era generalizada para nossa sociedade colonial, e Burmester, entre outros, a identificou em sua monografia sobre Curitiba. (BURMESTER, Ana Maria de O., Population de Curitiba..., p. 46).

(8) Sanchez-Albornoz, ao discutir a prática da adoção do sobrenome na América espanhola colonial, ressalta que "...quanto à espôsa, enfim, ela mantem seu nome de solteira duas vezes sobre três. O marido não lhe impõe jamais o seu. No máximo, ela não adota nenhum." Apenas mais uma das semelhanças entre o modelo castelhano e o português, atestando sua origem comum. (SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas, "Les

mulheres com mesmo sobrenome nada mais era do que grande coincidência - comum com os sobrenomes Almeida, Arruda, Silva, Leite e outros - ou de consanguinidade muito próxima. Na quase totalidade dos casos, marido e mulher mantinham sobrenomes distintos:

- Antônio Ferraz Pacheco e Ana Maria Soares de Camargo;
- Antônio Francisco de Andrade e Maria Bárbara de Campos;
- Antônio José de Souza e Gertrudes Celedônia de Siqueira Rego e Mello;
- Bento Paes de Barros e Leonarda Francisca de Aguiar;

Por outro lado, mesmo quando os filhos herdavam os sobrenomes dos pais, frequentemente estes eram "recombinados". Diversamente da nossa prática atual, nem sempre o último sobrenome paterno se transformava no último sobrenome dos filhos. O último sobrenome paterno manteve-se como último apenas para 50.9% dos filhos e 29.9 das filhas que dispunham de algum sobrenome. Nomes de família desconhecidos foram encontrados como último sobrenome para 21.0% dos filhos e 25.3% das filhas. Disto tudo decorre que não havia se instalado em profundidade a postura de que o último sobrenome devia ser herdado do pai ou da mãe. Se os

---

denominations des personnes en Amerique Espagnole" in HENRY, Noms et prénoms..., p. 17).

ascendência, e com alguma dificuldade (10). A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada, desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer:

- Gertrudes Angélica Rodrigues ou Gertrudes Maria de Camargo;
- Antônio Pires de Almeida Moura ou Antônio de Almeida Leme;
- Eliazário de Camargo Penteado ou Eliazário de Camargo Andrade;
- Félix Antônio do Prado ou Félix Antônio de Oliveira;
- Maria Dias Leite ou Maria de Barros Leite;
- Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca ou Joaquim Manuel da Fonseca Pacheco;
- José de Amaral Gurgel ou José de Arruda Gurgel;
- Leonor de Siqueira Pacheca ou Leonor de Almeida Prado;

Pelas genealogias, vemos que semelhante prática se manteve exclusiva até aproximadamente o início do século XIX, quando conseguimos identificar alguns poucos casos de

---

(10) Como saber, por exemplo, que Bento Dias Pacheco e Antônio Ferraz de Arruda, senhores de engenho nas primeiras décadas do século XIX, eram irmãos entre si, com sobrenomes tão díspares ?

transmissão padronizada de sobrenomes (11). A partir de então, a padronização se expandiu, até predominar totalmente no seio da elite.

Outras práticas diferenciadoras, criadas pela elite, podem ainda ser identificadas. Seria o caso dos testamentos, que passaram a ser deixados não mais para fins preferencialemente religiosos e espirituais, mas também para atender às preocupações relacionadas ao destino da fortuna. O espaço reservado para a descrição dos bens cresceu à medida em que patrimônios mais vultuosos foram sendo legados. As terras se valorizam, e mesmo aquelas que não possuíam quaisquer benfeitorias passam a ser descritas em testamento, prática incomum ainda no século XVIII.

Por fim, as listas nominativas nos transmitiram, atraves de sua linguagem, toda uma normatização do vocabulário de tratamento das pessoas cuja posição sócio-econômica era de destaque. Os grandes proprietários eram quase sempre "Senhores de Engenho", ou "Engenheiros", estes já na década de 1830. Suas esposas sempre apareciam com seus nomes acompanhados de "Dona" e, quando enviuvavam, também eram denominadas "Senhoras de Engenho".

Os homens ainda tinham acesso a todo um quadro de títulos da Milícia e, posteriormente, da Guarda Nacional. Alguns poucos, ricos o suficiente para se destacarem fora do

---

(11) O Capitão Mor de Itu João de Almeida Prado, por exemplo, casou-se em 1792 e teve 21 filhos, todos herdando o sobrenome Almeida Prado.

contexto regional, tornaram-se Senadores, Conselheiros, Brigadeiros, Ouvidores, Barões, Marqueses e Presidentes de Província.

Tabela 32 - As patentes militares dos chefes de família da elite do Oeste, 1765 - 1855.

Patente	Número de Casos	%
Capitão	43	21.2
Tenente	22	10.8
Sargento Mor	20	9.9
Alferes	16	7.9
Capitão Mor	13	6.4
Soldado	6	3.0
Sargento	5	2.5
Guarda Mor	3	1.5
Major (Guarda Nacional)	3	1.5
Cabo	2	1.0
Coronel (Guarda Nacional)	2	1.0
Ajudante	1	0.5
Sem título	65	32.0
Total	203	100.2

Embora muitas destas patentes pouco significassem, traduzindo postos fora da ativa (Capitão Reformado, Alferes Reformado), outras eram detentoras de real poder político regional, tal como Capitão Mor e Sargento Mor, autênticos administradores municipais.

O crescente poder econômico dos senhores de engenho do Oeste levou-os a ocupar cargos cada vez mais altos na administração pública. Partindo das instâncias do poder municipal, chegam a ocupar postos mais elevados: Francisco de Paula Souza e Mello, deputado nas Cortes de

Lisboa, e Nicolau Vergueiro, Senador, eram senhores de engenho.

A última geração de grandes senhores de engenho, surgida nas décadas de 1820 e 1830, viu seus filhos optarem pelo cultivo do café. A mudança para uma lavoura mais rentável proporcionou um enriquecimento ainda mais acelerado das fortunas familiares. A penetração dos grandes cafeicultores no meio político nacional se comprova pela distribuição de títulos nobiliárquicos por todo o Oeste. Era o início do período áureo do Oeste Paulista, que se estendeu até o início da República Velha.

(final)

CONCLUSÃO

Ao buscar caracterizar os senhores de engenho do Oeste, estivemos mapeando o processo de contínua diversificação vertical da sociedade paulista ocorrido a partir de meados do século XVIII. A introdução da grande lavoura monocultora escravista permitiu que um restrito número de famílias controlasse a volumosa renda da produção do açúcar, acumulando assim fortunas consideráveis.

O enriquecimento econômico foi o passo inicial da diferenciação daquelas poucas famílias. A partir de então, procuraram criar mecanismos que não somente aperfeiçoassem o movimento de concentração de capitais, mas que o reproduzisse ao longo das gerações sucessoras.

Tais mecanismos, que procuramos descrever, foram moldados de acordo com a realidade da sociedade local, e muitas vezes burlavam a legislação vigente. Para salvaguardar o processo sucessório de fracionamentos indesejáveis, apelava-se para uma concentração da

propriedade nas mãos de poucos sucessores e para o encaminhamento dos demais rumo à Frente Pioneira. Assim, evitava-se os mecanismos seja da herança igualitária, seja do morgadio.

O sucesso da lavoura da cana-de-açúcar possibilitou um rápido enriquecimento de uma elite local. O volume do açúcar exportado crescia ano a ano e o contingente de senhores de engenho também se avolumava.

A posterior instalação, após a metade do século XIX, da cafeicultura na terras do Oeste, viu-se, em muito, facilitada pela capitalização ponderável das vilas produtoras do açúcar. A queda das cotações do açúcar e a valorização do café permitiu que vultosos capitais fossem invertidos na nova lavoura, transformando engenhos em cafezais.

Ao contrário do café, a expansão da lavoura de cana-de-açúcar foi relativamente mais lenta, pois não contava com capitais pré-existentes para financiá-la. Atividades menores - tropeirismo, comércio e mineração decadente - repassaram seus lucros, mas em níveis mais modestos. Em grande parte, a lavoura canavieira cresceu através do auto-financiamento, conforme demonstramos pelo lento, porém contínuo, crescimento dos plantéis escravos dos engenhos.

Não temos a pretensão de haver respondido às inúmeras dúvidas sobre o tema. Muito resta por desvendar. Esperamos, no entanto, haver sugerido algumas linhas de

análise para a recuperação das histórias de vida não somente das camadas mais ricas de nossa sociedade do passado, como também de toda a população envolvida com a lavoura de subsistência, tropeirismo, comércio, etc... Nesse sentido, e cada vez mais, a Demografia Histórica tem se revelado um instrumento, dos mais perfeitos, para a reconstituição da história, ainda pouco conhecida, de nossas sociedades coloniais.

ANEXO - Relação dos chefes de famílias do Oeste, com a respectiva data de primeiro recenseamento em que aparecem.

ALBANO LEITE DO CANTO	1822 PIRACICABA
ALEXANDRE LUIS DE ALMEIDA PEDROSO	1781 ITU
ANA JOAQUINAN DE CAMARGO	1936 ITU
ANA MARIA CORDEIRA NOVAIS	1817 CAMPINAS
ANTONIO MANUEL DOS REIS	1791 PORTO FELIZ
ANTONIO ALVARES DE ALMEIDA LIMA	1829 MOJI MIRIM
ANTONIO BARBOSA SANDOVAL	1835 FRANCA
ANTONIO BENEDITO DE CASTRO	1836 ITU
ANTONIO BENEDITO DE CERQUEIRA LEITE	1829 JUNDIAI
ANTONIO CORREA BARBOSA	1822 CAMPINAS
ANTONIO CORREA DA SILVEIRA LEITE	1811 PORTO FELIZ
ANTONIO CORREA PACHECO DA SILVA	1802 ITU
ANTONIO DA CUNHA LOBO	1801 MOJI MIRIM
ANTONIO DA SILVA LEME	1795 CAMPINAS
ANTONIO DA SILVA TEIXEIRA	1799 PORTO FELIZ
ANTONIO DE ALMEIDA LEITE	1786 ITU
ANTONIO DE BARROS PENTEADO	1781 ITU
ANTONIO DE CAMARGO PENTEADO	1792 CAMPINAS
ANTONIO DE PADUA BOTELHO	1803 PORTO FELIZ
ANTONIO DE QUEIROZ TELLES	1816 JUNDIAI
ANTONIO DE SAMPAIO LEITE	1798 ITU
ANTONIO FERRAZ DE ARRUDA	1773 ITU
ANTONIO FERRAZ DE ARRUDA	1817 ITU/PORTO F
ANTONIO FERRAZ DE CAMARGO	1801 PORTO FELIZ
ANTONIO FERRAZ DE CAMPOS	1789 CAMPINAS
ANTONIO FERRAZ PACHECO	1765 ITU
ANTONIO FRANCISCO DA LUZ (Pe)	1777 ITU
ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE	1805 CAMPINAS
ANTONIO JOSE DA CRUZ	1787 JUNDIAI
ANTONIO JOSE DE SOUSA	1791 ITU
ANTONIO JOSE LEITE DA SILVA	1816 PORTO FELIZ
ANTONIO JOSE LEITE DA SILVA	1789 PORTO FELIZ
ANTONIO MANUEL DE ARRUDA	1817 CAMPINAS
ANTONIO MANUEL TEIXEIRA VILELA	1817 CAMPINAS
ANTONIO PACHECO DA FONSECA	1801 ITU
ANTONIO PACHECO DA SILVA	1765 ITU
ANTONIO PAES DE BARROS	1829 ITU/PIRACIC
ANTONIO PIRES DE ALMEIDA MOURA	1816 ITU/PORTO F
ANTONIO POMPEU DE CAMARGO	1804 CAMPINAS
ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA LEITE	1789 ITU
ANTONIO TEIXEIRA DE CAMARGO	1812 CAMPINAS
ANTONIO TEIXEIRA PINTO	1816 PORTO FELIZ
BARBARA DIAS LEITE	1776 ITU
BENEDITO ANTONIO ALVES	1843 CAPIVARI
BENTO BARBOSA DE MAGALHAES	1825 FRANCA
BENTO DIAS PACHECO	1776 ITU
BENTO DIAS PACHECO	1805 ITU/PORTO F
BENTO JOSE DE SOUSA	1836 ITU
BENTO PAES DE BARROS	1829 ITU
BERNARDO GUEDES BARRETO	1779 CAMPINAS
BERNARDO LUIS GONZAGA GOES, E ARANHA	1808 ITU
CAETANO JOSE GOMES	1811 CAMPINAS
CAETANO JOSE PORTELA	1789 ITU
CARLOS MARIANO DE VASCONCELOS, E NORONHA	1791 ITU

CLAUDINO DA COSTA GUIMARAES	1843 CAPIVARI
CONSTANTINA DE ALMEIDA LIMA	1824 PORTO FELIZ
CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO	1773 ITU
DOMICIANO JOSE DE SOUSA	1827 MOJI MIRIM
DOMINGOS DA COSTA MACHADO	1797 CAMPINAS
DOMINGOS DE ALMEIDA CAMPOS	1829 PORTO FELIZ
DOMINGOS DIAS LEME	1773 JUNDIAI
DOMINGOS FERREIRA ALVES	1796 ITU
ELEUTERIO DA SILVA PRADO (ENG)	1792 JUNDIAI
ELIAS ANTONIO ARANHA DE CAMARGO	1811 MOJI MIRIM
ELIAS ANTONIO PACHECO DA SILVA	1796 ITU
ELIZIARIO DE CAMARGO PENTEADO	1810 CAMPINAS
ESCOLASTICA JOAQUINA DE SIQUEIRA BARROS	1817 JUNDIAI
ESTANISLAU DE CAMPOS E ARRUDA	1773 ITU
ESTANISLAU JOSE DE OLIVEIRA (ENG)	1816 CAMPINAS
EUFRASIO DE ARRUDA BOTELHO	1790 ITU
FELIPE DE CAMPOS BICUDO	1796 ITU/PORTO F
FELIPE DE CAMPOS E ALMEIDA LARA	1782 ITU
FELIPE NERI TEIXEIRA	1787 CAMPINAS
FELISBERTO PINTO TAVARES	1823 MOJI MIRIM
FELIX ANTONIO ALVARES	1820 PIRACICABA
FELIX ANTONIO DO PRADO	1781 ITU
FERNANDO DIAS PAES LEME	1811 ITU
FERNANDO PACHECO JORDAO	1836 ITU
FERNANDO PAES LEME DE BARROS	1824 ITU
FERNARDO PAES DE BARROS	1807 ITU/PORTO F
FLORIANO DE CAMARGO PENTEADO	1792 CAMPINAS
FRANCISCA BARBOSA	1850 MOJI MIRIM
FRANCISCO ANTONIO	1818 PIRACICABA
FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA	1820 PORTO FELIZ
FRANCISCO ANTONIO DINIZ JUNQUEIRA	1825 FRANCA
FRANCISCO CORREA DE MORAES LEITE	1782 PORTO FELIZ
FRANCISCO DA COSTA ALVARES	1803 JUNDIAI
FRANCISCO DE ALMEIDA PRADO	1824 ITU
FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA	1835 MOJI MIRIM
FRANCISCO DE PAULA CAMARGO	1792 CAMPINAS
FRANCISCO DE PAULA LEITE	1805 JUNDIAI
FRANCISCO DE PAULA PENTEADO	1813 PORTO FELIZ
FRANCISCO DE PAULA SOUSA E MELLO	1836 ITU
FRANCISCO DIAS DE TOLEDO	1836 PORTO FELIZ
FRANCISCO EGIDIO DE SOUSA ARANHA	1822 CAMPINAS
FRANCISCO IGNACIO DE SOUSA QUEIROZ	1810 MOJI MIRIM
FRANCISCO JOSE DE CAMARGO ANDRADE	1829 CAMPINAS
FRANCISCO PACHECO DE TOLEDO	1799 JUNDIAI
FRANCISCO PEREIRA MENDES	1836 ITU
FRANCISCO XAVIER DE CARVALHO (PE)	1801 ITU
GERTRUDES MATILDES DO IMPERIO	1803 MOJI MIRIM
INACIO ALVES DE ALMEIDA LIMA	1817 MOJI MIRIM
INACIO CAETANO LEME	1797 CAMPINAS
INACIO DE CAMARGO LEME	1818 CAMPINAS
INACIO FERRAZ LEITE PENTEADO	1776 ITU
INACIO FERREIRA DE SA	1792 CAMPINAS
INACIO LEITE PENTEADO	1829 CAMPINAS
INACIO XAVIER PAES DE CAMPOS	1782 ITU

JANUARIO JOSE DL SOUSA	1824 FRANCA
JERONIMO JOSE DE CARVALHO	1850 MOJI MIRIM
JOAO BATISTA DA LUZ	1822 MOJI MIRIM
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	1825 CAMPINAS
JOAO BATISTA FERREIRA	1776 MOJI MIRIM
JOAO BICUDO DE AGUIRRA	1789 ITU
JOAO BUENO DE CAMARGO	1836 ITU
JOAO CAETANO ROSA	1820 PIRACICABA
JOAO DE AGUIRRA E CAMARGO	1810 ITU
JOAO DE ALMEIDA LEME	1828 PIRACICABA
JOAO DE ALMEIDA PRADO	1790 ITU
JOAO DE SOUSA PEREIRA	1836 ITU
JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA BUENO (PE)	1806 PORTO FELIZ
JOAO FRANCISCO DE ANDRADE	1803 CAMPINAS
JOAO FRANCISCO JUNQUEIRA	1831 FRANCA
JOAO ILARIO GRELET	1820 PORTO FELIZ
JOAO JOSE DA SILVA	1792 CAMPINAS/PI
JOAO JOSE DE CARVALHO	1829 FRANCA
JOAO LEITE DE FREITAS	1816 CAMPINAS
JOAO TIBIRICA DE PIRATININGA	1836 ITU
JOAQUIM ANTONIO DE CARVALHO	1827 PORTO FELIZ
JOAQUIM CARDOSO DE GUSMAO	1782 CAMPINAS
JOAQUIM CORREA LEITE DE CAMARGO	1818 PORTO FELIZ
JOAQUIM CORREA LEITE DE MORAES	1794 PORTO FELIZ
JOAQUIM CUSTODIO	1850 MOJI MIRIM
JOAQUIM DAMIAO PASTANA	1829 CAMPINAS/CA
JOAQUIM DE TOLEDO PIZA	1806 PORTO FELIZ
JOAQUIM DUARTE DO REGO	1789 ITU/PORTO F
JOAQUIM DUARTE NOVAIS (PE)	1822 CAMPINAS
JOAQUIM FERREIRA DA SILVA	1811 CAMPINAS
JOAQUIM FLORIANO DE BARROS	1825 JUNDIAI
JOAQUIM GALVAO DE FRANCA	1798 ITU
JOAQUIM GONCALVES DOS SANTOS	1820 MOJI MIRIM
JOAQUIM JOSE DE ALMEIDA	1822 ITU
JOAQUIM JOSE DE ARAUJO	1835 ITU
JOAQUIM JOSE DOS SANTOS CAMARGO	1806 CAMPINAS
JOAQUIM JOSE TEIXEIRA NOGUEIRA	1790 CAMPINAS
JOAQUIM MANUEL PACHECO DA FONSECA	1809 ITU
JOAQUIM NOVAES PORTELA	1822 ITU
JOAQUIM VIEIRA DE MORAES	1809 PORTO FELIZ
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	1796 ITU
JOSE ANTONIO DO AMARAL	1787 CAMPINAS
JOSE ANTONIO PAES	1786 PORTO FELIZ
JOSE CAETANO ROSA	1820 PIRACICABA
JOSE CASTANHO DE ALMEIDA	1792 JUNDIAI
JOSE CORREA LEITE DE MORAES	1817 PORTO FELIZ
JOSE CRISTOVAO LIMA	1835 MOJI MIRIM
JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA LEITE	1794 PORTO FELIZ
JOSE CUSTODIO DIAS	1835 MOJI MIRIM
JOSE CUSTODIO SOARES	1806 JUNDIAI
JOSE DA ROCHA CAMARGO	1795 CAMPINAS
JOSE DE ALMEIDA LEITE PACHECO	1813 ITU
JOSE DE AMARAL GURGEL	1818 ITU
JOSE DE AMARAL GURGEL	1773 ITU

JOSE DE CAMPOS PAES	1792 ITU
JOSE DE CAMPOS PENTEADO	1808 CAMPINAS
JOSE DE GOES PACHECO	1791 ITU
JOSE DE SALLES LEME	1822 CAMPINAS
JOSE DE SOUSA SIQUEIRA	1797 CAMPINAS
JOSE FERRAZ DE ARRUDA	1843 ITU
JOSE FERRAZ DE CAMPOS	1806 CAMPINAS
JOSE FERREIRA ALVES	1824 ITU
JOSE FIGUEIREDO	1850 MOJI MIRIM
JOSE FLORENCIO	1791 PORTO FELIZ
JOSE FRANCISCO ARANHA BARRETO (PE)	1817 CAMPINAS
JOSE GOMES DE LIMA	1850 MOJI MIRIM
JOSE GONCALVES NEIRA	1818 PORTO FELIZ
JOSE JOAQUIM CORREA	1811 CAMPINAS
JOSE JOAQUIM CORREA DA ROCHA	1816 PORTO FELIZ
JOSE JOAQUIM DE SAMPAIO	1801 JUNDIAI/POR
JOSE LUIS COELHO DA SILVA	1789 PORTO FELIZ
JOSE MANUEL DA FONSECA LEITE	1775 ITU
JOSE MANUEL DE AGUIRRA	1818 ITU
JOSE MANUEL DE ARRUDA	1825 PORTO FELIZ
JOSE MANUEL DE MESQUITA	1793 ITU
JOSE PEREIRA DE QUEIROZ	1822 JUNDIAI
JOSE PONTES PEREIRA	1829 MOJI MIRIM
JOSE RODRIGUES FERRAZ DO AMARAL	1803 CAMPINAS
JOSE SOARES DE SIQUEIRA	1791 ITU
JOSE VENANCIO VILLAS BOAS	1850 MOJI MIRIM
JOSE VICENTE FERREIRA	1796 JUNDIAI
JOSE VITORINO DA ROCHA PINTO	1836 ITU
JULIO CESAR DE CERQUEIRA LEITE	1822 JUNDIAI/MOJ
JULIO LUIS MIGUEL	1828 PORTO FELIZ
LOURENCO DE ALMEIDA PRADO	1765 ITU
LUCIANO FRANCISCO PACHECO	1782 ITU
LUIS ANTONIO DA CRUZ	1836 JUNDIAI
LUIS ANTONIO DE ASSUNCAO	1811 PORTO FELIZ
LUIS BERNARDO PINTO FERRAZ	1835 PORTO FELIZ
LUIS BERNARDO PINTO FERRAZ	1817 CAMPINAS
LUIS JOSE PEREIRA DE QUEIROZ	1797 JUNDIAI
MANUEL ALVES DE ALMEIDA LIMA	1917 PORTO FELIZ
MANUEL DE AGUIRRA CAMARGO	1817 ITU
MANUEL DE BARROS FERRAZ	1808 PIRACICABA
MANUEL FERRAZ DE CAMPOS	1789 CAMPINAS
MANUEL FERRAZ DO AMARAL	1818 PORTO FELIZ
MANUEL JOAQUIM DE MORAES	1835 CAMPINAS
MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA	1798 ITU
MANUEL JOAQUIM RODRIGUES DE ARRUDA	1822 JUNDIAI
MANUEL JOSE LEITE DE MORAES	1798 PORTO FELIZ
MANUEL JOSE VAZ BOTELHO	1791 PORTO FELIZ
MANUEL JOSE VAZ DO AMARAL	1829 PORTO FELIZ
MANUEL LEITE DE SAMPAIO	1809 ITU
MANUEL MARTINS BONILHA	1827 PORTO FELIZ
MANUEL PINTO FERRAZ	1786 ITU/PORTO F
MANUEL SOARES FERRAZ	1796 JUNDIAI
MANUEL TEIXEIRA VILELA	1841 CAMPINAS
MANUELA BATISTA ARANHA	1827 PORTO FELIZ

MARCELINO PEREIRA (PE)	1822 PORTO FELIZ
MARIA DIAS LEITE	1789 ITU
MARIA DUARTE	1824 PORTO FELIZ
MARIA FAUSTA MIQUELINA DE ARAUJO E AZAMBUJA (ENG)	1800 CAMPINAS
MARIA JOAQUIM	1836 ITU
MARIA JOAQUINA DE SOUSA	1811 ITU
MARIA LUIZA DE FRANCA	1797 PORTO FELIZ
MARIA MARGARETH DO NASCIMENTO LIMA	1803 PORTO FELIZ
MARTIM DE MELO TAQUES GOES, E ARANHA	1793 ITU
MATIAS TEIXEIRA DA SILVA	1792 PORTO FELIZ
MODESTO ANTONIO CORREA	1817 JUNDIAI
NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO	1817 PORTO FELIZ
ORDORICO FERREIRA DE CAMARGO	1822 PIRACICABA
PEDRO FERRAZ DE ARRUDA	1803 JUNDIAI
PEDRO FERRAZ DE ARRUDA	1825 PORTO FELIZ
PEDRO GONCALVES MEIRA	1775 ITU
PRUDENTE JOSE CORREA	1850 MOJI MIRIM
ROSA MARIA DE CAMARGO	1810 ITU
SALVADOR BUENO DA SILVEIRA	1817 CAMPINAS
SALVADOR MARTINS BONILHA	1783 PORTO FELIZ
SALVADOR MARTINS BONILHA	1828 PORTO FELIZ
SALVADOR NARDI DE VASCONCELOS	1836 ITU
SALVADOR PEREIRA DE ALMEIDA	1836 PORTO FELIZ
SILVINO JOSE DA ROSA	1850 MOJI MIRIM
TEODORO FERRAZ LEITE	1801 CAMPINAS.
TEOLINDA DE MESQUITA	1836 ITU
TOMAS DE MOLINA	1830 FRANCA
TOMAS JOSE	1850 MOJI MIRIM
TOME JOAQUIM DOS PASSOS	1816 JUNDIAI
TRISTAO ANTONIO DE CARVALHO	1850 MOJI MIRIM
VICENMTE LEME DO AMARAL	1801 PORTO FELIZ
VICENTE DA COSTA TAQUES GOES, E ARANHA	1778 ITU
VICENTE DE SAMPAIO GOES	1793 JUNDIAI
VICENTE DO AMARAL CAMPOS	1786 ITU
VIGILATO JOSE DE SOUSA	1835 MOJI MIRIM

FONTES MANUSCRITAS

1) Listas nominativas anuais de habitantes:

- ITU: 1765, 1767, 1773, 1774, 1776, 1777, 1778, 1781, 1782, 1784, 1786, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1796, 1797, 1798, 1799, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825, 1829, 1836.
- JUNDIAí: 1766, 1768, 1770, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1781, 1782, 1783, 1785, 1786, 1787, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1797, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1813, 1814, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825, 1827, 1828, 1829, 1830, 1836.
- MOJI MIRIM: 1765, 1766, 1767, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1782, 1784, 1786, 1787, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1801, 1803, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1820, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1829, 1835, 1850.
- PORTO FELIZ: 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825, 1829, 1835, 1843.
- CAMPINAS: 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825, 1829, 1835, 1843.
- PIRACICABA: 1824, 1825, 1826, 1828, 1835.
- FRANCA: 1824, 1825, 1826, 1829, 1830, 1831, 1835.
- CAPIVARI (Freguesia de Itu): 1836, 1843.
- CASA BRANCA (Freguesia de Moji Mirim): 1850.

2) Registros de Terra

1817 - Vilas de Itu, Campinas, Jundiaí, Moji Mirim, Piracicaba e Porto Feliz.

1855 - Para este ano, utilizamos os registros referentes a todas as vilas da Província.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, John, and KASAKOFF, Alice - "Migration and the family in colonial New England: the view from genealogies" in Journal of Family History, 9(1):24-43, spring 1984.

AGUIRRA, João B.C.- "Tombamento de 1817" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano I, vol. X, 1935.

ALINCOURT, Luiz D' - Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.

ALMEIDA, Cândido Mendes de, Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rei Filipe I, 14a. ed., Rio de Janeiro, 1870.

ALMEIDA, Elisabeth D.R. - A elite na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII, São Paulo, 1972 (tese mimeografada).

AMARAL, Antonio B. do - Dicionário de história de São Paulo, São Paulo, Governo do Estado, 1980 (Col. Paulística, v. 19).

ANNALES E.S.C. (4/5) - Número Special: Famille et société, jul-oct. 1978.

ARANTES, Arnaldo - A Família Arantes, estudo genealógico, São Paulo, ed. do autor, 1953.

ARIES, Philippe - História social da criança e da família, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ARROM, Silvia - "Marriage patterns in Mexico City, 1811" in Journal of Family History, 3(4):376-391, winter 1978.

AUGÉ, Marc (dir) - Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência, Lisboa, Edições 70, 1978.

AZEVEDO, Eliane S. anda TAVARES NETO, José - "Racial origin and historical aspects of family names in Bahia, Brazil" in Human Biology, Wayne State Univ. Press, 49(3):287-299, 1977

AZEVEDO, Thales de - As regras do namoro à antiga (aproximações socioculturais), São Paulo, Ática, 1986.

BACELLAR, Carlos A.P. - "Herança em família: a partilha dos engenhos de açúcar do oeste paulista, 1765-1855" in ANAIS do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 12-16 out. 1986, v.1, p. 123-137.

BALHANA, Altiva P. et WESTPHALEN, Cecília M. - "Dinâmica demográfica e sistema de herança no Brasil meridional" in Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, out. 1984, v. 4, p. 2175-2196.

BALHANA, Altiva P. et HENRY, Louis - "La population du Paraná depuis de XVIIIe. siecle" in Population, Número Spécial, Paris, INED, nov. 1975, p. 157-186.

BANDECCHI, Brasil - Origem do latifúndio no Brasil, São Paulo, Fulgor, 1963.

BARDET, Jean-Pierre - "Les variantes des noms de personnes a Rouen aux XVIIe. et XVIIIe. siecles" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1972, p. 251-264.

BARROS, José de Paula Leite de - Notas genealógicas da família Paula Leite, São Paulo, Graphica Paulista, 1935.

BASTIDE, Roger, e FERNANDES, Florestan - Brancos e Negros em São Paulo, 2a. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1959.

BELLOTTO, Heloisa L. - Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BERKNER, Lutz K. - "Inheritance, land tenure and peasant family structure: a German regional comparison" in GOODY, Jack, et allii (eds.) - Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 71-95.

BIANCO, Bela Feldmann - "Capitalismo e família: os pequenos burgueses" in CORRÊA, Mariza (org.) - Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 137-158.

BIDEAU, Alain, et POULAIN, Michel - "De la genealogie a la demographie historique: genealogie ascendante et analyse demographique" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1984, p. 55-69.

BIDEAU, Alain - "Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais" in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) - População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 47-68.

BRENAN, E.R., JAMES, A.V. and MORRILL, W.T. - "Inheritance, demographic structure, and marriage: a cross-cultural perspective" in Journal of Family History, 7(3):289-298, fall 1982.

BRIOSCHI, Lucila Reis - Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família no sudeste brasileiro, Tese de mestrado pela FFLCH-USP, 1985.

BRIOSCHI, Lucila Reis - "Família e povoamento: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (1758-1850)" in Cadernos do CERU, São Paulo, 19:44-50, junho 1984.

BRITO, Joluma - História de Campinas, 3 vols., Campinas, 1956-1957.

BROTERO, Frederico de Barros - Descendência do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado, São Paulo, Escolas Profissionaes Salesianas, 1938.

BROTERO, Frederico de Barros - Descendentes do Tenente Fernando Paes de Barros, 2a. ed., São Paulo, 1956.

BROTERO, Frederico de Barros - Memórias e tradições da família Junqueira, 1a. ed., São Paulo, 1957.

BROTERO, Frederico de Barros - Memórias e tradições da família Junqueira, 2a. ed., São Paulo, 1960.

BROTERO, Frederico de Barros - Oliveiras: Descendentes de Estanislau José de Oliveira, Professor de Retórica; notas genealógicas, aditamentos a Silva Leme, São Paulo, 1942.

BROWNE, George P. - "A Lei de Terras de 1850 e a imigração" in Anais do VIII Simpósio Nacional de Prof. Univ. de

História: A propriedade da terra, Coleção Revista de História, 65(2):453-464, São Paulo, 1976.

BRUNO, Ernani da Silva - História do açúcar no Brasil colonial, Diários Associados, Ed. Especial do Açúcar, São Paulo, 12/01/1956.

BURGUIERE, André - A demografia" in LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre, História: novas abordagens, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

BURGUIERE, André - "Endogamie et communauté villageoises: pratique matrimoniale a Romainville au XVIIIe. siecle" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1979, p. 313-336.

BURMESTER, Ana Maria de O. - Population de Curitiba au XVIIIe. siecle, Tese de PhD pela Universidade de Montreal, jan. 1981.

BUSCH, Reynaldo K. - História de Limeira, 2a. ed., Limeira, 1967.

CABOURDIN, Guy - "Marriages et origine des epoux dans un bourg lorrain, Vezelise, 1578-1633" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1970, p. 151-155.

CAMARGO, José Francisco de - Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, vol. I, São Paulo, IPE, 1981.

CANABRAVA, Alice P. - "A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818" in Estudos Econômicos, IPE/USP, 2:77-120, 1972.

CANABRAVA, Alice P. - O açúcar nas Antilhas, 1697-1755, São Paulo, IPE/USP, 1981.

CANABRAVA, Alice P. - "Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67" in Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(4):95-123, out-dez. 1972.

CANABRAVA, Alice P. - "Terras e escravos na grande lavoura paulista" in Anais do VIII Simpósio Nacional dos Prof. Univ. de História: A propriedade rural, Coleção Revista de História, 65(3):889-898, São Paulo, 1976.

CANCIAN, F.M., GOODMAN, L.W. and SMITH, P.H. - "Capitalism, industrialization, and kinship in Latin America: major issues" in Journal of Family History, Special Issue: The family in Latin America, 3(4):319-336, winter 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. - Agricultura, escravidão e capitalismo, Petrópolis, Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., e PÉREZ BRIGNOLI, H. - Os métodos da história, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique - Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARLI, Gileno de - Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1943.

CHAUNU, Pierre - A história como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

CHIACHIRI FILHO, José - Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador, Ribeirão Preto, Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986.

CÓDIGO Civil Brasileiro, 1916, 5a. edição, Rio de Janeiro, Forense, 1984.

COLEÇÃO das decisões do Governo do Império do Brazil de 1825, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

COLLOMP, A. - "Alliance et filiation en Haute Provence au XVIIIe. siecle" in Annales E.S.C., 3:445-477, mai-jun. 1977.

COOPER, J.P. - "Patterns of inheritance and settlement by great landowners from the fifteenth to the eighteenth centuries" in GOODY, Jack, et allii (eds.), Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 192-327.

CORRÊA, Mariza (org.) - Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982.

CORRÊA, Mariza - "Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)" in CORRÊA, Mariza (org.) - Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 13-38.

COSTA, Emilia Viotti da - Da senzala à colônia, 2a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.

COSTA, Iraci del Nero da - Minas Gerais: estruturas populacionais típicas, São Paulo, EDEC, 1982.

COSTA, Iraci del Nero da - Populações mineiras (sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX), São Paulo, IPE/USP, 1981.

DAUMARD, Adeline (org.) - Les fortunes françaises au XIXe. siecle, Paris - La Haye, Mouton, 1973.

DAUMARD, Adeline - Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa, São Paulo, Perspectiva, 1985.

DAUNT, Ricardo G. - "Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, vol. XL, 1942.

DAVATZ, T. - Memórias de um colono no Brasil, 1850, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.

DAVIDOFF, Carlos Henrique - Bandeirantismo: verso e reverso, 2a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984 (Col. Tudo é História, vol. 47).

DEAN, Warren - "Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil" in The Hispanic American Historical Review, 51:606-625, 1971.

DEAN, Warren - Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DEROUET, B. - "Une démographie sociale différentielle: clés pour un systeme auto-regulateur des populations rurales d'Ancien Régime" in Annales E.S.C., 1:3-41, jan-fev. 1980.

DIAS, Maria Odila L. da Silva - Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense, 1984.

DUPÂQUIER, Jacques - "Demografia histórica e história social" in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) - População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 25-46.

DUPÂQUIER, Jacques - Introduction à la démographie historique, Paris, Gamma, 1974.

DUPÂQUIER, Jacques - "Le mouvement saisonnier des mariages en France, 1856-1960" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1977, p. 131-145.

DUPÂQUIER, Jacques - La population française aux XVIIe et XVIIIe siecles, Paris, PUF, 1979 (Que sais-je, 1786).

DUPÂQUIER, Jacques - "Problemes de la codification socio-profissionelle" in L'Histoire sociale: sources et méthodes, Paris, PUF, 1967.

DUPÂQUIER, Jacques, et allii - Marriage and remariage in populations of the past, London, Academic Press, 1981.

EASTERLIN, R.A., ALTER, G. and CONDRAN, G.A. - "Farms and farm families in old and new areas: the northen states in 1860" in HAREVEN, T.K. and VINOVSKIS, M.A. (eds.) - Family and population in nineteenth-century America, Princeton Univ. Press, 1978, p. 22-84.

EISENBERG, Peter L. - Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910, Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Unicamp, 1977.

ELLIS Jr., Alfredo - A economia paulista no século XVIII, Boletim n. 11 de História da Civilização Brasileira,, FFLCH-USP, 1950.

ELLIS Jr., Alfredo - O café e a paulistânia, Boletim n. 13 de História da Civilização Brasileira, FFLCH-USP, 1951.

EVERSLEY, D.E.C. - "Population history and local history" in WRIGLEY, E.A. (ed.), An introduction to English historical demography, London, Weindenfeld and Nicolson, 1966.

FERRAZ, J. Romeu - História do Rio Claro: a sua vida, os seus costumes e os seus homens, 1821, 1827, 1922, São Paulo, Typographia Hennies Irmãos, 1922.

FLANDRIN, Jean-Louis - Amour paysannes, amour et sexualité dans le campagne de l'Ancienne France (XVIe. - XIXe. siecles), Paris, Gallimard, 1975.

FLANDRIN, Jean-Louis - L'Eglise et le contrôle des naissances, Paris, Flammarion, 1970.

FLANDRIN, Jean-Louis - Familles: parenté, maison, sexualité dans le ancienne société, Paris, Hachette, 1976.

FLANDRIN, Jean-Louis - Le sexe et l'Occident: evolution des attitudes et des comportements, Paris, Ed. du Seuil, 1981.

FLORENCE, Hercules - Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s.d.

FORJAZ, Djalma - O Senador Vergueiro: sua vida e sua época, 1778-1859, vol. I, São Paulo, Officinas do Diário Oficial, 1924.

FORSTER, R. et PAPENFUSE, E.C. - "Les grands planteurs du Maryland au XVIIIe. siecle: une élite politique et

économique" in Annales E.S.C., 3:552-573, mai-jun. 1982.
FOX, Robin - Kinship and marriage: an anthropological perspective. Harmondsworth, Penguin, 1970.
FRANCO, Maria Silvia de Carvalho - Homens livres na ordem escravocrata, 2a. ed., São Paulo, Ática, 1976.
FREYRE, Gilberto - Casa grande e senzala, 19a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
FREYRE, Gilberto - Vida social no Brasil nos meados do século XIX, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1964.
FUKUI, Lia F.G. - Parentesco e família entre sitiantes tradicionais, São Paulo, Tese de doutoramento pela FFLCH-USP, 1972.
FUKUI, Lia F.G. - "A riqueza do pobre: relações pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros" in Revista do IEB, São Paulo, 14:67-77, 1973.
FUKUI, Lia F.G. - Sertão e bairro rural, São Paulo, Ática, 1979.
FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil, 8a. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
GASKIN, Katharine - "Age at first marriage in Europe before 1850: a summary of family reconstitution data" in Journal of Family History, 3(1):23-36, spring 1978.
GENOVESE, Eugene D. - O mundo dos senhores de escravos - dois ensaios de interpretação, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
GIRARD, Alain - Le choix du conjoint - une enquête psycho-sociologique en France, Paris, PUF/INED, 1974 (Travaux et documents, cahier n. 70, nouvelle édition augmenteé d'une préface).
GLASS, D.V. and EVERSLEY, D.E.C. (eds.) - Population in history (essays in historical demography), London, Arnold, 1965.
GLASS, D.V. and REVELLE, R. (eds.) - Populations and social change, London, Arnold, 1972.
GODOY, Joaquim Floriano de - A Província de São Paulo: trabalho estatistico, histórico e noticioso, 2a. ed. facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulistica, v. 12).
GOODE, W. - Revolução mundial e padrões de família, São Paulo, Ed. Nacional/EDUSP, 1969.
GOODY, Jack, THIRSK, Joan, and THOMPSON, E.P. (eds.) - Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979.
GOODY, Jack - "Inheritance, property and women: some comparative considerations" in GOODY, Jack, et alii (eds.)- Family and inheritance: rural society in Westerm Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 10-36.
GOUBERT, Pierre - "Histoire sociale et démographie" in L'Histoire sociale: sources et méthodes, Paris, PUF, 1967, p. 223-237.
GOUBERT, Pierre - La vie quotidienne des paysans français au XVIIe. siecle, Paris, Hachette, 1982.

GOUESSE, J-M. - "Migrations féminines et mariages - quelques exemples bas-normands (XVIIe.-XVIIIe siecles)" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1976, p. 319-339.
GOULART, José Alípio - Tropas e tropeiros na formação do Brasil, Rio de Janeiro, Conquista, 1961.
GRANZIERA, Rui G. - A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil, São Paulo, Hucitec; Campinas, Unicamp, 1979.
GREVEN Jr., P.J. - Four generations: populations, land and family in colonial Andover, Massachusets, Ithaca, Cornell Univ. Press, 1970.
GUENEAU-JALABERT, A. - "Sur les structures de parenté dans l'Europe Médiévale" in Annales E.S.C., 6:1028-1049, nov-dec. 1981.
GUILLAUME, P. et POUSSOU, J-P. - Démographie historique, Paris, Armand Colin, 1970.
GUILLEMIN, Alain - "Patrimoine foncier et pouvoir nobiliaire: la noblesse de la Manche sous la Monarchie de Juillet" in Études Rurales, Paris, EHESS, (63-64):117-140, jui-dec. 1976.
GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro séculos de latifúndio, São Paulo, Fulgor, 1964.
HAREVEN, Tamara K. and VINOVSKIS, Morris A. (eds.) - Family and population in nineteenth-century America, Princeton Univ. Press, 1978.
HAYAMI, A. - "Aspects démographiques d'un village japonais, 1671-1871" in Annales E.S.C., 3:617-637, mai-jun. 1969.
HEFFER, J., ROBERT, J-L. et SALY, P. - Outils statistiques pour les historiens, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981.
HENRY, Louis - Anciennes familles genevoises: étude démographique, XVIe.- XXe. siecle, Paris, PUF, 1956.
HENRY, Louis - Démographie: analyse et modéles, Paris, Lib. Larousse, 1972.
HENRY, Louis - "O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias" in Marcílio, Maria Luiza (org.) - Demografia histórica, orientações técnicas e metodológicas, São Paulo, Pioneira, 1977.
HENRY, Louis - Manuel de démographie historique, Geneve, Droz, 1967.
HENRY, Louis (dir.) - Noms et prénoms - aperçu historique sur la dénomination des personnes en divers pays, Belgique, UIESP, 1974.
HENRY, Louis - Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien, 2a. ed., Paris, INED, 1976.
HENRY, Louis, et GAUTIER, E. - La population de Crulai, paroisse normande: étude historique, Paris, PUF, 1958.
HENRY, Louis - Técnicas de análise em demografia histórica, Curitiba, Univ. Federal do Paraná, 1977.
HERRMANN, Lucila - "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos" in Revista de Administração do Instituto de Administração, FEA-USP, ano II, número 5-6, 1948.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de - Caminhos e fronteiras, Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1957.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de - "Movimentos da população em São Paulo no século XVIII" in Revista do IEB, São Paulo, 1:55-111, 1966.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de - "Prefácio" in DAVATZ, Thomas - Memórias de um colono no Brasil, 1850, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980, p. 15-45.

HOLLINGSWORTH, T.H. - The demography of the british peerage, Supplement to Population Studies, 18(2), The Population Investigation Commitee. London, s.d.

HOLLINGSWORTH, T.H. - "Genealogy and historical demography" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1974, p. 167-170.

HOLLINGSWORTH, T.H. - Historical demography: the sources of history studies in the uses of historical evidence, London, Camelot Press, 1969.

HOWELL, Cicely - "Peasant inheritance customs in the Midlands, 1280-1700" in GOODY, Jack, et allii (eds.), Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 112-155.

IMHOF, Arthur - "A mortalidade européia do século XVIII ao XX: resultados e problemas" in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 247-265.

JETTE, René, et CHARBONNEAU, Hubert - "Genealogies descendantes et analyse demographique" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1984, p. 45-54.

JONES, Alice H. - "Fortune privée dans trois colonies d'Amerique" in Annales E.S.C., 2:235-249, mai-avr. 1969.

KIDDER, Daniel P. - Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo), São Paulo, Martins/Edusp, 1972.

KIERNAN, V.G. - "Private property in history" in GOODY, Jack, et allii (eds.), Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 361-398.

KUZNESOF, Elizabeth A. and OPPENHEIMER, Robert - "The family and society in nineteenth-century Latin America: an historiographical introduction" in Journal of Family History, 10(3):215-234, fall 1985.

KUZNESOF, Elizabeth A. - Household economy and urban development: São Paulo, 1765 to 1836, Boulder and London, Westview Press, 1986 (Dellplain Latin American Studies, No. 18).

LADURIE, E. LeRoy - "Family structures and inheritance customs in sixteenth-century France" in GOODY, Jack, et allii (eds.), Family and inheritance: rural society in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 37-70.

LADURIE, E. LeRoy - Le territoire de l'historien, Paris, Gallimard, 1973.

LAMAISON, Pierre - "Les stratégies matrimoniales dans un système complexe de parenté: Ribennes en Gévandau, 1650-1830" in Annales E.S.C., 4:721-743, jui-août 1979.
LAPA, José Roberto do Amaral (org.) - Modos de produção e realidade brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980.
LASLETT, Peter - "La famille et le ménage: approches historiques" in Annales E.S.C., 1972, p. 847-872.
LASLETT, Peter - Household and family in past time. Cambridge Univ. Press, 1972.
LASLETT, Peter - "The study of social structure from listing of inhabitants" in WRIGLEY, E.A. (ed.) - An introduction to english historical demography, London, Weindenfeld and Nicolson, 1966, p. 160-208.
LEBRUN, François - "Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais" in MARCILIO, Maria Luiza (org.) - População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 171-192.
LEBRUN, François - La vie conjugale sous l'Ancien Régime, Paris, Armand Colin, 1975.
LEITE, Beatriz W.C. - Região bragantina: estudo econômico-social, 1653-1836, Marília, FFCL, 1974.
LEME, Luis Gonzaga da Silva - Genealogia Paulistana, 9 vols., São Paulo, Duprat e Cia, 1903/1905.
LEME, Pedro Taques de A. Paes - Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica, 5a. ed., 3 vols, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.
LENHARO, A. - "Rota menor: o movimento da economia mercantil de subsistência no centro sul do Brasil, 1808-1831" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 28:25-49, 1977/78.
LEONZO, Nancy - "Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luis Antonio de Souza" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 30:241-254, 1980/81.
LEVI, Darrell E. - A família Prado, São Paulo, Cultura 70, 1977.
LÉVI-STRAUSS, Claude - As estruturas elementares do parentesco, Petrópolis, Vozes; São Paulo, EDUSP, 1976.
LÉVI-STRAUSS, L. - "Pouvoir municipal et parenté dans un village bourguignon" in Annales E.S.C., 1:149-159, jan-fev. 1975.
LEVINE, David - "'For their own reasons': individual marriage decisions and family life" in Journal of Family History, 7(3):255-264, fall 1982.
LEWIN, Linda - "Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the brazilian northeast" in Comparative Studies in Society and History - An International Quartely, 21(2):262-293, april 1979.
LIMA, Ruy Cirne - Pequena história territorial do Brasil, 2 vols., Porto Alegre, Sulina, 1954.
LINHARES, Maria Yedda, e SILVA, Francisco Carlos T. da - História da agricultura brasileira - combates e controvérsias, São Paulo, Brasiliense, 1981.

LISANTI, Luis - O Brasil e a Europa no fim do século XVIII e início do XIX: o exemplo de três vilas paulistas, São Paulo, 1962 (tese de doutoramento da USP).

LOMNITZ, Larissa A. and PÉREZ Lizan, Marisol - "The history of a mexican urban family" in Journal of Family History, 3(4):392-409, winter 1978.

LOPES, José S. Leite - O vapor do diabo - o trabalho dos operários do açúcar, 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LUNA, Francisco V., e COSTA, Iraci del Nero da - "Devassa nas Minas Gerais: observações sobre os casos de concubinato" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 23:3-15, 1982.

LUNA, Francisco V. - "Estrutura da posse de escravos" in LUNA, F.V. e COSTA, Iraci N. - Minas colonial: economia e sociedade, São Paulo, FIPE/Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco V. - Minas colonial: economia e sociedade, São Paulo, FIPE/Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco V. - "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX" in Estudos Econômicos, São Paulo, IPE, 13(1):211-221, jan-abril 1983.

MACFARLANE, Alan - Família, propriedade e transição social, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MACHADO, Alcântara - Vida e morte do bandeirante, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980.

MAGALHÃES, Basílio de - Expansão geográfica do Brasil colonial, 3a. ed., Rio de Janeiro, EPASA, 1944.

MALHEIRO, M.C.S. - "Comentário sobre leis dos bens de raiz das ordens religiosas no Brasil" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 25:53-77, 1971/74.

MARCÍLIO, Maria Luiza - "Algunos aspectos de la estrutura de la fuerza del trabajo en la Capitania de São Paulo" in Anais de História, Assis, 3:53-62, 1971.

MARCÍLIO, Maria Luiza - "Anthroponymie au Brésil" in HENRY, Louis (dir.) - Noms et prénoms - aperçu historique sur la dénomination des personnes en divers pays, Belgique, UIESP, 1974, p. 37-46.

MARCÍLIO, Maria Luiza - Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luiza - "O casamento e a família na demografia histórica" in Cadernos do CERU, São Paulo, 19:35-43, junho 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza - A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza - Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836, FFLCH-USP, 1974 (tese de livre-docência mimeografada).

MARCÍLIO, Maria Luiza - Crescimento histórico da população brasileira até 1872. Comunicação apresentada na XXVa. Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, 1973, 24 p.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) - Demografia Histórica - questões técnicas e metodológicas, São Paulo, Pioneira, 1977.

MARCILIO, Maria Luiza - "Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: lois, intensité, calendrier" in DUPAQUIER, Jacques, et allii (eds.) - Marriage and remariage in population of the past, London, Academic Press, 1981.

MARCILIO, Maria Luiza - "População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança: a Província de São Paulo no final da época colonial" in Revista de História, São Paulo, USP, 114:21-30, jan-jun. 1983.

MARCILIO, Maria Luiza - "Variations des noms et des prénoms au Brésil" in Annales de Démographie Historique, Paris, EHESS, 1972, p. 345-353.

MARQUES, Abílio A.S. - Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, profissional e comercial: para o ano de 1878, ed. facsimilar, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1983.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo - Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, 2 tomos.

MARQUES e IRMÃO - Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857, São Paulo, Typographia Imparcial, 1856.

MARTINEZ-ALIER, V. - Marriage, class and colour in nineteenth-century Cuba: a study of racial attitudes and sexual values in a slave society, London, Cambridge Univ. Press, 1974.

MARTINS, José de Souza - O cativeiro da terra, 2a. ed., São Paulo, LECH, 1981.

MARTINS, José de Souza - A imigração e a crise do Brasil agrário, São Paulo, Pioneira, 1973.

MATTOSO, Kátia de Queirós - Ser escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MAWE, John - Viagens ao interior do Brasil, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978.

MELLO, Zélia M. Cardoso de - "Contribuição ao estudo da formação do empresariado paulista" in Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, 2(4):193-216, set. 1982.

MELLO, Zélia M. Cardoso de - Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895, São Paulo, Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

MENDELS, F. - "La composition du ménage paysan en France au XIXe. siecle: une analyse économique du mode de production domestique" in Annales E.S.C., 4:780-802, jul-août 1978.

MENDRAS, Henri - "Un schema d'analyse de la paysannerie occidental", part 1, in Paesant Studies Newsletters, Pittsburgh, 1:126-139, 1972.

METCALF, Alida C. - Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1829, The University of Texas at Austin, may 1983.

MILLIET, S. - Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil, São Paulo, USPA, 1946.

MOODY, John - "Residence, family, kinship: some recent research" in Journal of Family History, 1(1)):95-105, autumn 1976.

MORICEAU, Pierre - Pioneiros e fazendeiros de São Paulo, São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.

MORSE, Richard M. - Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970.

MOTTA SOBRINHO, Alves - A civilização do café, 1820-1920, 3a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1978.

MOURA, Margarida M. - Camponeses, São Paulo, Ática, 1986.

MOURA, Margarida M., e BARBOSA, M.A. - "Direito oficial e direito costumeiro no Brasil" in Temas IMESC: sociedade, direito, saúde, São Paulo, IMESC, 3(2):159-182, dez. 1986.

MOURA, Margarida M. - Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural, São Paulo, Hicitec, 1978.

MULLER, Daniel P. - Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, 3a. ed. facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulística, v. 11).

NARDY FILHO, Francisco - "Casamentos" in O Estado de São Paulo, 16/02/1950, p. 3.

NARDY FILHO, Francisco - A cidade de Itu, 4 vols., São Paulo, edição do autor, 1951.

NAZZARI, Muriel - Women and property in the transition to capitalism: decline of the dowry in São Paulo, Brazil (1640-1870), Paper presented at the 1984 meetings of the American Historical Association in Chicago, Illinois. 18 p.

NEME, Mario - Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba, São Paulo, Coleção Museu Paulista, Série de História, 1, 1974.

NEME, Mario - História da fundação de Piracicaba, Piracicaba, João Mendes Fonseca, Editor, 1943.

NEME, Mario - "Piracicaba no século XVIII" in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 45(4):133-186, mar. 1938.

NOVAIS, Fernando A. - Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808, São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, A.R. Veloso de - Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, 2a. ed., São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulística, v. 6).

OLIVEIRA, J.J.Machado D' - Quadro histórico da Província de São Paulo, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulística, v. 4).

ORBIGNY, Alcide D' - Viagem pitoresca através do Brasil, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976.

PETRONE, Maria Tereza S. - O Barão de Iguape, São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

PETRONE, Maria Tereza S. - A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851, São Paulo, Difel, 1968.

PETRONE, Maria Tereza S. - "Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado, 1817-1829" in Revista de História, São Paulo, USP, 36(73):115-138, 1963; 37(76):315-343, 1968; 39(79):121-127, 1969.

PINTO, L.A.C. - Lutas de famílias no Brasil, São Paulo, Ed. Nacional, 1949.

PINTO, Virgílio N. - "Balanço das transformações econômicas no século XIX" in MOTA, Carlos Guilherme (org.) - Brasil em perspectiva, 9a. ed., São Paulo, Difel, 1977.

PONSOT, P. - "Voisine, marrions-nous ! Les choix du conjoint dans une communauté bocagere: Romanay, en Bresse" in Annales de Demographie Historique, Paris, EHESS, 1981, p. 189-193.

PORTO, José da Costa - Estudo sobre o sistema sesmarial, Recife, Imprensa Universitária, 1965.

POUSSOU, J-Pierre - "Introdução ao estudo das migrações antigas" in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) - Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas, São Paulo, Pioneira, 1977, p. 139-174.

PRADO JÚNIOR, Caio - Formação do Brasil contemporâneo, 16a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio - História econômica do Brasil, 20a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

PRADO, Sálvio P.A. - O primeiro ciclo do café no Brasil, São Paulo, edição do autor, 1977.

PRESSAT, Roland - Les méthodes en démographie, Paris, PUF, 1981 (Col. Que sais-je ? vol. 1964).

QUEIROZ, Carlota P. de - Um fazendeiro paulista no século XIX, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, s.d.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de - Bairros rurais paulistas, São Paulo, Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Suely Robles de - "Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 21:109-277, 1967.

RABELLO, Elizabeth Darwiche - As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII, São Paulo, Editora Comercial Safady, 1980.

RAMOS, Donald - "City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838" in Journal of Family History, 3(4):361-375, winter 1978.

RENDON, J.A. de Toledo - Obras, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulística, v. 3).

RIO CLARO Sesquicentenária, Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"/Governo do Estado de São Paulo, 1978.

RODRIGUES, José Honório - "A literatura brasileira sobre o açúcar no século XIX" in Brasil Açucareiro, vol. XIX, ano X, Rio de Janeiro, 1942.

RODRIGUES, J. Wasth - Tropas paulistas de outrora, São Paulo, Governo do Estado, 1978 (Col. Paulística, vol. 10)

SABEAN, David - "Aspects of kinship behavior and property in rural Western Europe before 1800" in GOODY, Jack, et alii (eds.) - Family and inheritance: rural society

in Western Europe, 1200-1800, Cambridge Univ. Press, 1979, p. 96-111.

SAINT-HILAIRE, A. de - Viagem à Provincia de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. de - Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia; Sao Paulo, Edusp, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita - "Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX" in Cadernos de Pesquisa da Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, 37:17-25, maio 1981.

SAMARA, Eni de Mesquita - "O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências" in Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 30:41-53, 1980/81.

SAMARA, Eni de Mesquita - A estrutura da família paulista no começo do século XIX, Separata do Boletim n. 4 editado pelo Museu da Casa Brasileira, s.d.

SAMARA, Eni de Mesquita - A família brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1983 (Col. Tudo é História, vol. 71).

SAMARA, Eni de Mesquita - A família na sociedade paulista do século XIX, 1800-1860, São Paulo, FFLCH-USP, 1980 (tese de doutoramento mimeografada).

SAMPAIO, Teodoro - São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos, 2a. ed., Petrópolis, Vozes; São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978 (Col. Dimensões do Brasil, 11).

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas - "Les denominations des personnes en Amerique Espagnole" in HENRY, Louis (dir.), Noms et prénoms - aperçu historique sur la dénomination des personnes en divers pays, Belgique, UIESP, 1974.

SANTIAGO, Theo - "A manufatura e o engenho de açúcar no Brasil colonial" in LAPA, José Roberto do Amaral - Modos de produção e realidade brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980, p.195-205.

SANTOS, Corcino Medeiros dos - "Distribuição e uso da terra no Rio Grande do Sul no século XVIII" in Anais do VIII Simpósio Nacional dos Prof. Univ. de História: A propriedade rural, Coleção Revista de História, 65(2):371-390, São Paulo, 1976.

SCHWARTZ, Stuart B. - "Free labor in a slave economy. The lavradores de cana of colonial Bahia" in ALDEN, Dauril (ed.)- Colonial roots of modern Brazil, Berkeley, Univ. of California Press, 1973, p. 147-197.

SCHWARTZ, Stuart B. - "Padrões de propriedade de escravos nas Américas: novas evidências para o Brasil" in Estudos Econômicos, São Paulo, IPE, 13(1):259-287, jan-abril 1983.

SCOTT, Ana Silvia Volpi - "A propriedade da terra e a elite paulista: os grandes proprietários do Vale do Paraíba" in Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 12-16 out. 1986, v. 1, p. 107-122.

SEGALEN, Martine - Mari et femme dans la société pausanne, Paris, Flammarion, 1979.